

A Inserção dos Jovens Egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Mercado de Trabalho
- um estudo exploratório -



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ROSELIANE DE FÁTIMA COSTA FERREIRA

Projeto de Intervenção

**A Inserção dos Jovens Egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino
Técnico e Emprego no Mercado de Trabalho
- um estudo exploratório -**

PORTO, 2018

A Inserção dos Jovens Egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Mercado de Trabalho
- um estudo exploratório -

A Inserção dos Jovens Egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Mercado de Trabalho
- um estudo exploratório -



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ROSELIANE DE FÁTIMA COSTA FERREIRA

Projeto de Intervenção

**A Inserção dos Jovens Egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino
Técnico e Emprego no Mercado de Trabalho
- um estudo exploratório -**

Porto, 2018

Projeto de Intervenção

A Inserção dos Jovens Egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Mercado de Trabalho - um estudo exploratório -

Trabalho de Projeto apresentado pela Mestranda Roseliane de Fátima Costa Ferreira à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau Mestre em Docência e Gestão da Educação (área de Especialização em Administração Escolar e Administração Educacional), sob a orientação da Professora Doutora Tereza Ventura.

Ao meu filho amado Vicente Paulo.

Com amor e carinho eu dedico esse trabalho também, aos meus avós (em memoriam). Aos meus pais Almir e Concita.

Ao Chris pelo incentivo e orientação nesta jornada.

A todos os meus amigos e alunos que contribuíram e dedicaram tempo para responder ao questionário.

AGRADECIMENTOS

À Deus em primeiro lugar, pela força espiritual e mental não deixando que eu desanimasse ou enfraquecesse diante das dificuldades, proporcionando-nos inteligência, sabedoria e força de vontade para crescer.

Aos familiares e amigos, que direta ou indiretamente incentivaram, dando uma palavra carinhosa com a finalidade que não houvesse desistência e que a conclusão deste mestrado ocorresse dentro do planejado tendo como resultado um aprendizado qualitativo para eu ser uma pessoa centrada e disciplinada, bem como pela ajuda do projeto Coworking do IFMA, em especial a Professora Ivanilde e o discente Abel que me apoiaram nos momentos que eu me encontrava perdida, eles me orientaram de como utilizar o Google Educations (Formulários on line no google), obrigada pelo incentivo e poder prosseguir em buscar as aspirações que almejei neste trabalho de projeto dissertativo para uma intervenção de melhoria.

Ao corpo docente do Mestrado em Docência e Gestão em Educação, que é o principal responsável pelos conhecimentos adquiridos durante os períodos que foram cursadas as disciplinas da grade curricular do curso.

A prof^ª. Doutora Tereza Ventura, pela orientação desse trabalho, bem como pela paciência que teve para que o processo de aquisição de conhecimento, fosse buscado através da autoaprendizagem durante as longas noites que eu tive que dedicar para que o trabalho fosse concluído. Peço-lhe desculpas pela falta de comunicação e mal entendimento que tivemos. Mas no final tudo deu certo. Graças a Deus.

“As habilidades cognitivas, sociais e emocionais nos dão o equilíbrio necessário para o bem-viver e são essenciais para o desenvolvimento humano”.

Habilidade Cognitiva é a capacidade de compreender informações e transforma-las em conhecimento. É fazer com que a aprendizagem seja significativa. É usar da razão é utilizar os estímulos corretos para ativar a memória.

A cognição é exercida cotidianamente. Há sempre algo novo a se aprender. E sempre se pode aprender.

O conhecimento requer a ação transformadora do sujeito sobre sua realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer [...]

Paulo Freire

RESUMO

O presente projeto de intervenção intitulado de A inserção dos jovens egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) dos cursos técnicos no Mercado de trabalho: o caso do IFMA em São Luís MA versa sobre a conjuntura para o Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro e o Mercado de Trabalho no contexto educativo. Aborda-se uma breve história econômica e política da Educação Profissional e suas nuances com a criação dos Institutos Federais no século XXI e a política pública do PRONATEC. Assim, também com o desenvolvimento baseado na sustentabilidade como evidência das políticas públicas. Demonstra-se a evolução do conceito de desenvolvimento. Demonstra-se a exigência do envolvimento do governo e da comunidade no desenvolvimento sustentável, bem como a concepção de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. Discorre-se um estudo empírico com a finalidade de conhecer a inserção dos alunos oriundo dos cursos técnicos profissionalizantes no mercado de trabalho em São Luís (MA) sob o olhar dos discentes/jovens, dos professores e gestores do PRONATEC. Portanto, surge como proposta de intervenção para melhoria, foi feito um diagnóstico no IFMA/CESJO sobre Arranjos Produtivos Locais – APLs como incubadora empreendedora inclusiva. Este estudo realizado em uma escola pública federal do Estado do Maranhão tendo como opção metodológica um estudo de caso qualitativo exploratório com o uso de inquérito por questionário **online**. Apresenta-se o resultado deste projeto a conscientização dos obstáculos e as dificuldades impeditivas da inserção no mercado de trabalho no setor de logística, como as reduzidas oportunidades para progredir na carreira ou no seu desenvolvimento profissional na capital maranhense.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico. Mercado de Trabalho. Educação Profissional. PRONATEC.

ABSTRACT

The present intervention project entitled The insertion of young PRONATEC graduates from the technical courses in the labor market: the IFMA case in São Luís MA is about the conjuncture for the Brazilian Socioeconomic Development and the Labor Market in the educational context. It addresses a brief economic and political history of Professional Education and its nuances with the creation of the Federal Institutes in the XXI century and PRONATEC public policy. Thus, also with sustainability-based development as evidence of public policies. The evolution of the concept of development is demonstrated. It demonstrates the need for government and community involvement in sustainable development, as well as the concept of Sustainable Local Integrated Development. An empirical study is carried out with the purpose of knowing the insertion of the students coming from the vocational technical courses in the labor market in São Luís (MA) under the eyes of the students / youth, teachers and managers of PRONATEC. Therefore, as a proposal for intervention for improvement, a diagnosis was made in IFMA / CESJO on Local Productive Arrangements - APLs as an inclusive entrepreneurial incubator. This study was carried out at a federal public school in the state of Maranhão, having as methodological option a qualitative exploratory case study with the use of an online questionnaire survey. The result of this project is the awareness of the obstacles and the impediments impeding the insertion in the labor market in the logistics sector, such as the reduced opportunities for career advancement or professional development in the capital of Maranhão.

Keywords: Socioeconomic Development. Job market. Professional education. PRONATEC.

ÍNDICE GERAL

I. INTRODUÇÃO.....	1
II .MARCO TEÓRICO	7
1. Conjuntura para o Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro.....	7
1.1 O Mercado de Trabalho e o desenvolvimento integrado da Juventude no contexto educativo.....	13
1.2 O envolvimento do governo no desenvolvimento e o padrão histórico de inserção dos jovens no mercado de trabalho	24
1.3 Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável	27
2. Breve história econômica e política da Educação Profissional	34
2.1 A educação profissional no Brasil: da fundação do Estado capitalista dependente à crise dos anos 80.....	34
2.2 A Educação Profissional a partir do Presidente Lula e a criação dos Institutos Federais de Educação na primeira década do século XXI.....	41
2.3 A Política Pública do PRONATEC	44
III. ESTUDO EMPÍRICO	50
1. O Contexto e os Participantes.....	50
1.1 Perfil do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia/Brasil	51
1.2 Perfil Institucional do IFMA no Estado do Maranhão	53
1.3 Organização Didático Pedagógica Geral do IFMA.....	57
1.3.1 Diretrizes Curriculares Internas.....	57
1.3.2 Estruturação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFMA	60
1.3.3 Perfil Institucional do IFMA/Campus São Luís Centro Histórico.	62
2. Metodologia de Projeto	66
2.1 Estratégia metodológica	67
3. Objetivos.....	68
4. Procedimentos e Instrumentos de recolha de dados	69
5. Descrição da Amostra.....	69
5.1 Perfil dos jovens inquiridos	70
5.2 Perfil dos Professores inquiridos	76
5.3 Perfil dos Gestores e Supervisores inquiridos	78
6. Cumprimento dos Princípios Éticos	78
7. Diagnóstico: apresentação, análise e discussão de resultados	79
7.1 Respostas dos alunos e ex-alunos inquiridos.....	79
7.2 Respostas dos professores inquiridos	89
7.3 Respostas dos gestores inquiridos	94
8. Discussão dos resultados e Proposta de Intervenção.....	96
8.1 Discussão dos resultados	96
8.2 Proposta de Intervenção	98
8.2.1 Arranjos Produtivos Locais – APLs	99
8.2.2 Estratégias metodológicas.....	102
9. Considerações Finais	103
IV. BIBLIOGRAFIA.....	106 105

I. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a sociedade brasileira privilegiou o crescimento econômico na lógica do capital sem conceder igual importância ao desenvolvimento social dos jovens no país. Acontece que este modelo produziu imensas desigualdades sociais, e por consequência, deteriorado a qualidade de condições de vida da população jovem. Estas associam-se ao crescente desemprego, precarização do trabalho e de suas relações, causado através da transformação do mercado de trabalho, pelas novas formas organizativas das instituições, sejam públicas e/ou privadas. Assim, a juventude é a mais afetada por essa lógica de um quadro excludente do aumento do índice de desemprego, de um dos seus direitos constitucionais, que é o direito de ter direito a um emprego digno, almejado por todos.

Essa questão de emprego tem sido a abordagem de vários centros de pesquisas em economia do Brasil e do mundo, bem como de renomados pesquisadores. No entanto, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OECD) destacou no seu panorama sobre emprego em 2007, a importância do Brasil para a economia mundial, juntamente com Rússia, Índia e China, os chamados BRICs. (Silva et. al, 2011 p.13).

Foi observado em 2007 pela OECD, que os BRICs responderam por 25% do PIB global, o que tornou importantes parceiros destes países considerados desenvolvidos. Observou-se também, o sucesso econômico dos BRICs depende do mercado de trabalho. O destaque característico positivo do mercado de trabalho dos BRICs, o aumento do emprego é puxado pelas taxas de crescimento econômico. Em conjunto esses países criaram 22 milhões de novos postos de trabalho a cada ano nos primeiros cinco milênios, contra 3,7 milhões criados por todos os membros da OECD.

No entanto, isto significa de acordo com a OECD, ainda em 2007, que a qualificação profissional do trabalhador passará a ser um aspecto fundamental para a maioria dos membros do BRIC. Apesar da Rússia superar a OECD em parcela de força de trabalho educada, o Brasil, a Índia e a China estão bem abaixo desses padrões.

Nesse contexto, a crise atual brasileira nesse mercado laboral se dá pela exclusão e marginalização da juventude classificada com uma diminuição permanente da renda média populacional. Diante desses fatores, são impostas restrições aos jovens no que se refere ao seu desenvolvimento educacional, muitos estão fora da sala de aula ficando mais vulneráveis para

a sua inserção no mercado de trabalho, sofrendo assim, os maiores impactos de desemprego no cenário brasileiro e maranhense. Mas afinal o que significa o Mercado de Trabalho?

No Mercado de Trabalho, estão associados a oferta da força de trabalho, juntamente com os jovens que procuram trabalhos em um sistema de mercado, onde há uma negociação para determinar os preços e as quantidades nessa transação. O estudo dessa temática é relevante para observar e prever os fenômenos que interagem entre esses dois polos tendo em vista a situação econômica e social do país, região ou cidade. Nesse sentido, incluem-se as ofertas de trabalho em todas as organizações públicas e ou privadas, com seus normativos de gestão, remuneração, benefícios, carreiras, condutas éticas e aptidões profissionais solicitadas ou oferecidas.

Para tanto, as dificuldades dos jovens na ocupação no mercado de trabalho oriundas de ensino técnico profissional, são incertas e sem muita clareza e transparência, marcadas por mudanças conjunturais recentes no Brasil, a partir das mudanças das leis trabalhistas, ocasionando mais precariedade e flexibilização no emprego, limitando os jovens no seu projeto de vida para adquirir autonomia e constituir sua família, através de um casamento ou saída da casa dos pais, por exemplo, ao optarem por morar só.

Essas questões problematizadoras estruturais do trabalho acontecem no mundo todo. No Brasil e no Maranhão não é diferente. O Estado é tido, segundo dados do IBGE, como sendo o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, onde a maioria da população vive abaixo da linha de pobreza.

O desafio está posto, inserir os jovens no mercado de trabalho carece de bastante discussão tanto do setor público quanto da iniciativa privada, para que esse público não sofra e minimizem as dificuldades que se deparam quando procuram uma ocupação, com postos de trabalho mais precários ou o que conhecemos como subempregos. Tal situação é observada em muitos países devido ao abandono dos seus estudos. Essa classe é marcada por baixa escolarização e pelos empecilhos decorrentes da baixa formação na educação de uma parcela significativa da população.

Em decorrência aos altos índices de desemprego dessa população (dos jovens), este torna-se objeto de políticas específicas em muitos países. Diante desse contexto, a política de emprego para os jovens é de fundamental importância considerando que além de democratizar as possibilidades de elevação social e minimizar as desigualdades, ainda se depara com uma parcela que durante décadas sucessivas será integrante primordial da força de trabalho do país, gerando impactos para o potencial produtivo e competitivo (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, após sua criação pelo governo federal em 2008, com base em esforços do Ministério de Educação (MEC) e reivindicação na Conferência Nacional de Educação (Conae), que fosse destinado 10% do orçamento do PIB para a educação brasileira. Assim, para fugir dessa problemática o governo em 2011 criou a lei do PRONATEC que demandava qualificação por mão de obra no Brasil e, para os Estados através de uma pactuação de ações coletivas e integradas.

Como estratégia de expansão de uma demanda de investimento rigoroso no médio prazo criou-se também pelo governo três elementos básicos de gestão: O Plano Nacional de Educação, As Diretrizes para o Ensino Médio e para a Educação Técnica Profissional, o PRONATEC como um programa de combate à pobreza e inclusão produtiva para inserção de jovens e adultos nos cursos técnicos com o objetivo de qualificar a mão de obra para o mercado de trabalho.

Nesse novo cenário, a ética, a cidadania, a responsabilidade social e o desenvolvimento econômico, humano e social são temas que vêm sendo discutidos em todos os foros e despertando grande interesse no meio acadêmico e empresarial, governamental, educacional e na própria sociedade civil que, de forma organizada, apresenta na atualidade força e princípios reguladores das ações e políticas institucionais. Para fins deste trabalho, considere-se responsabilidade social como comprometimento permanente das organizações empresarial e governamental em adotar um comportamento ético e contributivo ao desenvolvimento econômico e melhoria simultânea da qualidade de vida dos seus colaboradores comunitários.

O desenvolvimento social dentro de uma lógica sustentável é considerado como processo que viabiliza garantir o atendimento da necessidade de melhoramentos das futuras gerações, sem prejudicar o legado nas novas gerações, de modo que harmonize o imperativo do crescimento econômico sustentado com a promoção da igualdade social, inserção de sujeitos na vida laborativa e a preservação dos recursos naturais.

A reestruturação do mercado de trabalho, superando a fragmentação e a precarização dos contratos, o combate à informalidade e o reforço a alternativas de trabalho, especialmente no campo da Economia Solidária, combinadas com políticas públicas básicas de educação, saúde e habitação, são elementos-chaves para se instituir um novo modelo de desenvolvimento. (Artur Henrique, 2010p.74) disponível em <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/riscos-e-oportunidades.pdf>> acesso em 22/03/2018.

O presente estudo está fundamentado nos conceitos, princípios e dimensões do Desenvolvimento Socioeconômico nacional, estadual e local, Promoção da Integração e

Verticalização, Processo Educativo e Investigativo, soluções técnicas e demandas sociais, dentre outras. Sendo as pesquisas particularizadas numa comunidade integrativa social, o Centro Educacional e Social São José Operário – Cesjo / Instituto Pobres Servos da Divina Providência, onde funciona uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia em São Luís do Maranhão. O público alvo dessa pesquisa/projeto são os jovens egressos que participam/participaram dos Cursos Técnicos Profissionalizantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, nesta capital.

Para tanto, é notório que a Lei de criação dos Institutos Federais de nº 11.892 de dezembro de 2008 em seu art. 6º inciso IV, diz o seguinte:

Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

Os estudos sobre a problemática da inserção dos jovens egressos, após formação técnica profissional, compreendem que este processo vem sofrendo alterações profundas nas trajetórias da empregabilidade, que nos leva ao questionamento dos fatores que influenciam no processo de inclusão social para o mercado de trabalho. Portanto, a questão central do trabalho interventivo é conhecer para buscar uma clareza ao problema: **Como vêm os jovens egressos dos cursos técnicos do PRONATEC a sua inserção no mercado de trabalho?**

No sentido de responder à questão central, e como forma de dar o devido direcionamento ao estudo foram definidos os seguintes objetivos: **Geral** – Descrever a percepção dos jovens egressos do PRONATEC dos cursos técnicos sobre a sua inserção no Mercado de Trabalho;

E os **Específicos**: Identificar as formas de publicitação dos cursos técnicos que são ofertados; Informar-se sobre o nível de absentismo e evasão dos cursos técnicos que são ofertados; Identificar impactos do curso na situação de emprego dos alunos dos cursos técnicos que são ofertados; Avaliar o nível de satisfação dos alunos com a transmissão de conhecimentos por parte dos professores; Avaliar, na percepção dos participantes, se houve melhoria no seu desenvolvimento pessoal e profissional; Avaliar, na percepção dos participantes, o papel do IFMA nas ações desenvolvidas pela gestão democrática,

potencializadoras para os cursos técnicos, da inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho.

Finalmente, para fins da pesquisa de campo, determinou-se a natureza da mesma como sendo exploratória e descritiva. Para a coleta de dados, foram aplicados 67 (sessenta e sete) questionários *online*, do tipo estruturado, para buscar as informações da comunidade participante do **Projeto de Inclusão Social Empreendedora**, promovido pelo IFMA/Cesjo. Os elementos pesquisados, no total determinado pela amostra, foram escolhidos de forma não probabilística, ou seja, intencional, visto a dificuldade que existe em encontrar pessoas que se disponibilizem a responder um questionário/inquérito. Além do questionário/inquérito, foram realizadas entrevistas tanto com pessoas que integram o projeto como por parte dos gestores do Instituto e do CESJO, como por parte dos jovens egressos.

O resultado da pesquisa expõe os dados levantados, procede às interpretações e a análise, buscando as relações pertinentes a um diagnóstico da situação. Encerrando o estudo, com uma proposta de linhas de intervenção e apresentam-se ao e conclusão e recomendações indicando as tendências e sugerindo aspetos que possam dar prosseguimento a pesquisas futuras.

A motivação para realizar este estudo, que pode ser apresentada como justificativa da pesquisa, é a necessidade de aprofundamento teórico e prático da educação profissional, da realidade educacional maranhense e a satisfação tanto na vida pessoal como na vida profissional, pela contribuição ao aprimoramento do tema, como convicções filosóficas de uma sociedade mais justa e igual a todos, sem distinção e preconceitos sociais. E, na visão de construir subsídios de propor um **Projeto Inclusivo** na formação técnica profissional, voltado na perspectiva empreendedora que interessam aos jovens egressos e toda a comunidade com objetivos comuns e comprometidos com a melhoria de vida desses jovens como sujeitos emancipatórios dessa sociedade.

Contudo, essa pesquisa pretende também contribuir para ampliar o conhecimento do assunto, podendo interessar a vários setores da sociedade, especialmente aos que atuam em área de gestão social do governo e das empresas, formuladores de políticas públicas e pesquisadores da temática investigada.

O Estudo contempla, uma parte teórica na busca de suprir o necessário embasamento para garantir a análise da pesquisa. Nessa revisão, os conhecimentos, explicações

relativas a Conjuntura para o Desenvolvimento Socioeconômico; Formação Técnica Profissional, sua história e princípios; PRONATEC e a proposta de intervenção na lógica dos Arranjos Produtivos Locais dentro da Cadeia Produtiva de valor agregado (incubadora empreendedora experimental) e sua aplicabilidade no Instituto Federal de Educação e no Centro de Formação São José Operário, são referenciados por autores cujas contribuições procuram cobrir aspectos relevantes de posicionamentos conceituais sobre a temática estudada. Espera-se, com os achados desta pesquisa, sensibilizar os gestores e colaboradores de todas as instituições envolvidas neste estudo empírico para a necessidade de remodelar o seu envolvimento na integração de políticas públicas setoriais, interdisciplinares, transversais, transdisciplinares, multidisciplinares. Mas também, comentar sobre as **estruturas físicas e administrativas num modelo pedagógico inclusivo** com a intenção de facilitar e fomentar o desenvolvimento socioeconômico e a profissionalização tanto dos docentes como discentes, utilizando o conhecimento presente em cada um dos envolvidos, bem como incentivar a pesquisa e a produção de novos conhecimentos relacionados com a **prática pedagógica inovadora** e assim, poder contribuir para um desenvolvimento humanos e social, dentro do ambiente escolar ou fora dele.

II .MARCO TEÓRICO

Neste capítulo relevam-se os resultados de um conjunto de leituras no âmbito da problemática e da conjuntura para o desenvolvimento sócioeconômico brasileiro, o mercado de trabalho e o desenvolvimento integrado dos jovens na educação, o envolvimento do governo no desenvolvimento e o padrão histórico da inserção dos jovens egressos dos cursos técnicos no mercado de trabalho, alterações do mercado de trabalho, precariedade no emprego, desemprego e políticas públicas de emprego no Brasil.

1. Conjuntura para o Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro

O Brasil passou por profundas transformações econômicas e culturais ao longo de duas décadas, num processo de crescente valorização de mão de obra no mercado de trabalho. Assim, foi a partir desse desenvolvimento que as tendências valorativas dos governos se deram numa lógica de renovação das políticas públicas. Mudanças essas causadas por desempregos estruturais e crises que pressionaram e pressionam até hoje os governantes e seus agentes, a buscarem alternativas para solucionar problemas de produção, de emprego e de renda, de forma que todos os setores da economia buscassem modelos estruturantes novos para se desenvolver de modo justo e buscando sempre, a sustentabilidade.

Para tanto, no primeiro trimestre de 2012, formou-se uma equipe liderada pelo professor Marcio Pochmann, onde foi delineado um documento intitulado como o **projeto Agenda Desenvolvimentista Brasileira e sua Inserção Global**. Esse documento foi pensado, com auxílio de pesquisadores renomados de diferentes instituições, as dimensões do desenvolvimento contemporâneo necessárias para o país, a doméstica e a internacional. Nesse documento foram propostos políticas alternativas que possibilitassem a expansão futura brasileira.

Nesse contexto, foi importante a compreensão do presente, através de um diagnóstico de cenários, e após o diagnóstico montar uma agenda desenvolvimentista para construir o futuro. Assim, que no plano doméstico tiveram como desafios a identificação das transformações econômicas e sociais das últimas décadas e definir estratégias que sustentassem o processo de crescimento e inclusão social no país. Contudo, no plano internacional, foi compreender a articulação financeira e produtiva da economia brasileira e comparar com os

outros países e desenhar políticas para o aperfeiçoamento da inserção do Brasil na economia global. Nesse documento diz:

“A globalização produtiva, por sua vez, estava promovendo a ampliação dos fluxos de comércio exterior e mudanças na forma de organização e de localização da produção. As cadeias globais de valor, formadas por redes internacionais de produção, de cadeias globais de suprimento e de terceirização de segmentos da produção, fragmentavam a produção manufatureira, sobretudo nas indústrias de montagem (aeronáutica, automobilística, eletrônica e vestuário). O desmembramento do processo produtivo em diversos blocos de produção e sua realocação para países de menores custos ocorreriam, predominantemente, nas tarefas rotineiras de montagem e de fornecimento de serviços gerais (centrais de atendimento), que exigiam menor qualificação dos trabalhadores e, simultaneamente, melhores condições nas tecnologias de informação, de comunicação, dos transportes e facilitação dos procedimentos e normas de comércio exterior (barreiras tarifárias e não tarifárias). As empresas líderes, no entanto, mantinham o controle das marcas, da concepção dos produtos, das tecnologias de produção, dos sistemas de distribuição e de marketing global. Por meio deste fatiamento da cadeia de valor agregado, as empresas da América do Norte, da Europa e da Ásia se rearticularam de forma hierarquizada. Os países em desenvolvimento da América Latina, da África e do Oriente Médio permaneceram relativamente à margem destas cadeias globais de valor, dadas as deficiências nas infraestruturas de logística de transporte, bem como no perfil das estruturas produtivas. Estes países se inseriram por meio da produção e da exportação de commodities minerais, agrícolas e energéticas”. (<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_presente_futuro_d_esenvolvimento>) acesso 12/02/2018.

Assim, inserir a economia brasileira nas duas forças dinâmicas presentes na esfera internacional ocorreu de forma desequilibrada, diz o estudo de alguns teóricos. Na dimensão financeira, aconteceu uma ampla integração do sofisticado sistema financeiro doméstico com o internacional, por meio da abertura da conta de capital do balanço de pagamento – permaneceram restritas apenas as operações de moeda estrangeira no mercado interno. Entende-se nesse contexto, que existem regras para o capital estrangeiro entrar no país, devido aos impostos e taxas.

Na dimensão produtiva, sobreveio uma limitada integração da estrutura produtiva doméstica com as cadeias produtivas globais – resultando em um déficit comercial crescente da indústria manufatureira e um superávit do setor produtor de commodities – alimentos, minérios e petróleo, (o pré-sal em construção no Brasil no período).

De todo modo, no estudo, a economia brasileira foi capaz de aproveitar a combinação excepcional de expansão da liquidez financeira internacional, da demanda e dos preços das commodities, e promover mudanças importantes em seu modelo de desenvolvimento. Os ciclos de capitais e de expansão das exportações de commodities possibilitaram o enfrentamento da restrição externa – até mesmo a acumulação de reservas

internacionais – e o crescimento do produto e do emprego doméstico, apoiados por um amplo **programa de inclusão social e de melhoria das condições de vida das populações mais pobres**, bem como em um conjunto de investimentos públicos, consubstanciados nos Programas de Aceleração do Crescimento no Brasil.(IPEA, 2014 < http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_presente_futuro_desenvolvimento> [Acesso em 07/06/2018]).

Esse modelo de **desenvolvimento inclusivo** foi ancorado em quatro pilares primordiais. Primeiro, **o crescimento econômico impulsionado pelo aumento do emprego**, do **salário mínimo** real e pela **redistribuição da renda salarial**. Segundo, o avanço na consolidação de um **Estado de bem-estar social** estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), por meio da **implementação de um vasto conjunto de políticas públicas**, tanto as universais como as direcionadas aos grupos sociais mais pobres: transferência de renda – Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) –, aumento dos desembolsos efetuados pela previdência social e muitos outros, como Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos, **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**, Programa Universidade para Todos (Prouni), ProJovem, dentre outros.

Nesse sentido, as estimativas naquele período, indicavam que as “transferências (públicas) de assistência e previdência social” agregadas atingiram mais de 15% do produto interno bruto (PIB) em 2012, com impactos relevantes no consumo das famílias. Terceiro, a expansão do ciclo de crédito (crédito consignado e crédito ao consumidor) pelo sistema financeiro doméstico, com queda da taxa de juros – que permaneceu elevada, para os padrões internacionais, mas menor do que era em períodos anteriores –, melhores expectativas em relação ao futuro – devido à ampliação do emprego formal – e aumento real nos salários. Quarto, a articulação de um conjunto de investimentos públicos, seja diretamente – por meio das empresas estatais e do Orçamento Geral da União (OGU) e dos estados da Federação –, seja indiretamente – por meio dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB) ao investimento privado e da participação em consórcios para viabilizar grandes projetos de infraestrutura e de logística.(IPEA, 2017).

Essas transformações na trajetória brasileira reascenderam o debate sobre o desenvolvimento e o desenvolvimentismo, acrescentando novas contradições e desafios

extraordinários. Em primeiro lugar, as políticas de crescimento econômico resultaram na reprodução da heterogeneidade estrutural, e não em desenvolvimento, entendido como homogeneização estrutural. Além disso, o crescimento e a acomodação – ou a conciliação – dos interesses dificultaram a configuração de condições para a promoção e a ebulição do desenvolvimento. Em segundo lugar, **a ênfase nas políticas sociais redistributivas não foi capaz de superar o subdesenvolvimento.** (IPEA,2014)

A homogeneização das estruturas sociais – o principal problema não resolvido das experiências anteriores do nacional-desenvolvimentismo no país – permaneceu inalterada pela incapacidade de o crescimento não desencadear o desenvolvimento, principalmente com uma boa distribuição de renda.

Contudo, o crescimento econômico e o relaxamento da estrutura concentrada de poder social do subdesenvolvimento brasileiro – principalmente pelo retorno da mobilidade entre os estratos – oxigenaram o problema do desenvolvimento.

Entretanto, diante das raízes profundas da condição periférica, dependente e subdesenvolvida, o crescimento e a mobilidade social foram insuficientes para promover a ruptura desse modelo perverso, principalmente pelo um fator considerado um câncer no país, a corrupção, e atrelada ainda nesse contexto a impunidade. Tudo isso causando desemprego estrutural, principalmente para os jovens que estão iniciando suas carreiras e muitas vezes encontram dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho.

Contudo, em uma reportagem de o globo intitulado de “Desemprego fica 13,7% no 1º trimestre de 2017 e atinge 14,2 milhões”, esses indicadores mostram a destruição dos postos de trabalhos brasileiro, segundo os dados oficiais do IBGE:

“O desemprego subiu para 13,7% no trimestre de janeiro a março, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da pesquisa Pnad Contínua. De acordo com o IBGE, essa foi a maior taxa de desocupação da série histórica, iniciada em 2012. No 1º trimestre, o Brasil tinha 14,2 milhões de desempregados, também batendo recorde da série histórica”.(disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml>>) acesso em 12/12/2017.

De acordo com o gráfico da taxa de desocupação no Brasil por percentual (%), mostra um crescimento gradativo:



Figura 1 - Taxa de Desocupação Brasileira Fonte:< <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml>> acesso em 12/12/2017.

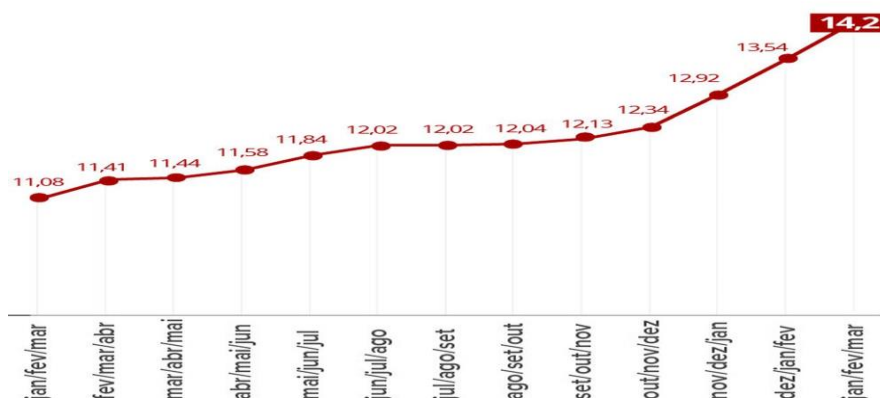
Em relação à taxa, as altas são de 1,7 ponto percentual frente ao trimestre de outubro a dezembro de 2016 (12%) e de 2,8 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2016 (10,9%). Já em relação ao número de desocupados, o contingente cresceu 14,9% (mais 1,8 milhão de pessoas) frente ao trimestre de outubro a dezembro de 2016 e 27,8% (mais 3,1 milhões em busca de trabalho) em relação ao mesmo trimestre de 2016, segundo o IBGE.

Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, desde o 1º trimestre de 2014, o país perdeu cerca de 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, a menor desocupação foi registrada no trimestre encerrado em fevereiro de 2014, quando havia 6,6 milhões de desempregados, ou seja, esse número mais que dobrou em três anos. (Globo, 2017)

Nesse sentido, o mercado de trabalho continua a apresentar deterioração, o país perdeu mais de 1,8 milhão de postos de trabalho, sendo que cerca de 70% dessa perda foi de empregos com carteira de trabalho assinada. Entretanto, a população ocupada também bateu recorde - é o menor contingente desde o trimestre fevereiro-abril de 2012.

No trimestre encerrado em março, eram 88,9 milhões de pessoas no mercado de trabalho. O recuo se deu tanto em relação ao trimestre anterior (-1,5%, ou menos 1,3 milhão de pessoas) como em relação ao mesmo trimestre de 2016 (-1,9%, ou menos 1,7 milhão de pessoas). Na passagem do 4º trimestre para o 1º trimestre percebe-se uma redução da população ocupada e conseqüentemente aumento da desocupação em função da dispensa das contratações temporárias do final do ano. Mas, o que está em questão, é o fato de o Brasil manter esse ritmo da crise no mercado de trabalho, analisa Azeredo.

Nº de pessoas desocupadas, em milhões



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 26/04/2017

Figura 2-Números de Pessoas desocupadas no Brasil - Disponível em<<https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml>> acesso em 10/12/2017.

Ele encerra sua fala dizendo que, “não tem absolutamente nada na Pnad Contínua que mostre uma melhoria no mercado de trabalho, na geração de empregos, ou qualquer tipo de recuperação em qualquer tipo de inserção ou grupamento de atividade”, completa o pesquisador Azeredo.

Hoje é disponível o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, índice esse medido, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, pela longevidade, qualidade de vida e a renda per capita anual de cada brasileiro, especialmente a juventude do país que inicia uma carreira, e vive sempre criando expectativas, gostam de novidades. E???

Este estudo **busca conhecer a inserção dos jovens egressos do PRONATEC nos cursos técnicos no mercado de trabalho**, enfatizando a sua importância no desenvolvimento social dos sujeitos e harmonizar o crescimento econômico com a equidade social e a preservação dos recursos naturais da sociobiodiversidade, não só para sobrevivência da geração atual como para as gerações futuras.

Com os impactos advindos da globalização, a crise do desemprego e os baixos índices de desenvolvimento, soluções alternativas tiveram que ser encontradas com bastante critério para dar uma melhoria de vida às pessoas menos favorecidas socialmente.

Assim aparece a abordagem do desenvolvimento internacional, social, educacional, econômico como processo desencadeador na melhoria da qualidade de vida dos jovens egressos oriundo da Política Educacional do País, em especial Programa de governo denominado PRONATEC, e no seu contexto local onde será aplicado. É bom frisar que todo o

contexto no Mercado de Trabalho e o Sistema Educacional no país, teve toda uma evolução histórica.

1.1 O Mercado de Trabalho e o desenvolvimento integrado da Juventude no contexto educativo

Os conceitos evolutivos do mercado de trabalho e política educativa vêm sofrendo mudanças, embora os enfoques econômicos e sociais tenham prevalecido em todos os períodos e lugares. São muitos conceitos, alguns contraditórios e vários adjetivos, tanto no setor econômico, social, político, como educativo.

No Brasil, a formação do mercado de trabalho, na sua forma capitalista, tem como data marcante o ano de 1850, tanto pela Lei de Terras, como pela lei que decretou, de vez, o fim do tráfico negreiro de forma eficaz (Lei Eusébio de Queiroz), abrindo espaço para o processo de abolição da escravatura no Brasil (CONRAD, 1978).

O mercado de trabalho brasileiro foi formado com base em três elementos: o primeiro, oriundo do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pós-abolição de 1888, sendo este incorporado ao mercado de trabalho (GEBARA, 1986, p.208). O segundo elemento é o imigrante, que foi a principal fonte de mão de obra para a cafeicultura que se expandiu pelo Oeste Novo Paulista nas últimas décadas do século XIX. Estes também foram a principal fonte de força de trabalho para a indústria que se iniciava no estado de São Paulo. (BEIGUELMAN, 1977). O terceiro elemento, e talvez o mais complexo foi o “elemento nacional livre”, composto por homens brancos livres e pobres, negros forros, libertos, “fugidos” e mestiços. Foram indivíduos que durante o período colonial e o período da escravatura pós-independência, constituíram parte acessória da força de trabalho. (KOWARICK, 1987). Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A23.pdf>> acesso em 10/02/2018.

Muitos jovens almejam sua inserção no mercado de trabalho, mas não é uma tarefa fácil, pois necessita de aprendizado, autoestima e mais importante responsabilidade profissional e pessoal. No Brasil, os jovens encontram dificuldades de conseguir emprego, principalmente pela falta de experiência: algumas empresas já querem contratar profissionais qualificados nas áreas específicas, para não gastar tempo nem dinheiro com treinamentos.

Mas, os jovens estão encontrando dificuldade em ter a inserção garantida nesse século, por vários outros fatores. De facto, em pleno século XXI, o mundo está acelerado em função do processo de globalização que veio acompanhado de profunda desigualdades sociais. Esse mercado sofre transformações econômicas e tecnológicas, refletindo no mercado de trabalho, provocando mudanças significativas que exigem profissões novas e habilidades específicas. Necessidades essas, que atingem toda a sociedade, mas tem implicação maior sobre os jovens, que estão num momento da vida em buscar autonomias e emancipar-se.

Para corroborar com essa temática no artigo intitulado de Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho, os autores (SANTOS; GIMENEZ 2015) justificaram que o dinamismo recente no mercado de trabalho brasileiro facilitou a inserção dos jovens e a obter o primeiro emprego, entretanto, por ser um segmento da força de trabalho com grande vulnerabilidade social, com histórico elevado de taxa de participação em um mercado de trabalho estruturalmente heterogêneo. Essa taxa elevada de participação dos jovens no mercado de trabalho, em comparação com outros países, esteve sempre associada no Brasil a formas degradantes de exploração da atividade laboral, com impactos negativos sobre a condição de educação dos jovens.

As políticas públicas se transformam ao considerar as mudanças do mundo contemporâneo e as características da sociedade brasileira. Nesse sentido, nos últimos tempos já podemos falar de política pública de juventude no país, ou seja, políticas governamentais que demonstram preocupação como os jovens, sendo essa juventude reconhecida na faixa etária entre 15 e 29 anos. (Brasil, Política Nacional de Juventude, 2006 p. 22).

No contexto deste trabalho, a juventude é uma condição social que remete características inerentes a todo jovem, em qualquer parte do mundo, mas a inúmeras diferenças

entre os jovens, diferenças essas, de toda natureza, especialmente, culturais e socioeconômicas, de múltiplas e diversas formas de viver a realidade.

Os jovens são criativos e gostam de novas possibilidades de vida. Inclusive de reivindicar os seus direitos através do exercício da cidadania. Nesse aspecto, nos últimos vinte anos surge de modo ampliado a noção de direitos humanos e direitos de cidadania. Nesse sentido, verifica-se em termos políticos e sociais, os jovens são sujeitos detentores de direitos coletivos. É importante esse reconhecimento para valorização das diferenças e das identidades coletivas desses direitos. É nessa perspectiva que se inserem a elaboração de políticas públicas para a juventude, numa configuração relevante para este estudo. (NOVAES, 2006, p.08).

Assim, após o reconhecimento da política da criança e do adolescente como sujeitos de direitos sociais e individuais foi viabilizada, associada a novas conquistas, a criação de uma política nacional de juventude que teve início em 2004 no Brasil, a partir da organização de um grupo interministerial composto por 19 ministérios de atuação no levantamento de programas voltados para a juventude.

Nesse contexto, em 2005 foi instituída a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude que apresentou o Plano Nacional de Juventude com duração de 10 anos, cujo objetivo é articular as diversas esferas do poder público para a execução das políticas públicas para a juventude:

“[...] o plano em âmbito nacional, configurou-se como um marco importante na agenda da juventude ao prevê a criação de programas de assistência integral a estes sujeitos, por meio da garantia aos direitos fundamentais inerentes a pessoa/humana em sua formação integral: trabalho, saúde, educação, cultura, lazer e desportos, segurança, participação. Propiciou a criação de programas de prevenção e atendimento para jovens com deficiência; programas de prevenção e atendimento especializado aos sujeitos dependentes de drogas ilícitas e entorpecentes. Concomitante a sua criação, foi aprovada a Emenda Constitucional(PEC) nº138/2003 que dispôs sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, aprovada em julho de 2010 e que incluiu na Constituição Federal de 1988 o reconhecimento e a prioridade da juventude como destinatária de políticas públicas específicas, estendendo os direitos do Estado para este segmento, para além dos direitos previstos para a infância e adolescência”.

(Karen Maciel UNIRIO /Adriano Cardoso UERJ, 2012). (disponível em <<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-148.pdf>> acesso em 12/12/2017.

Contudo, as políticas públicas brasileiras se constituíram em grande parte, através de políticas assistencialistas e reparadoras que não tiveram preocupações em responder as reais demandas e necessidades dos jovens, mas acabaram se fragilizando institucionalmente ainda mais diante do cenário atual brasileiro.

Por isso, entender como se dá o desenvolvimento profissional dos jovens e sua empregabilidade tem constituído fonte de debates e reflexões nos últimos anos. Dentre vários termos para o desenvolvimento já aparece com uma nova conotação quando se dá por um processo pelo qual um organismo, uma pessoa/humana ou um sistema social, materializa suas capacidades e potencialidades atingindo níveis superiores e mais desejáveis de realização e organização, em outras palavras, uma geração de cidadãos que se transformam para alcançar um estado de melhoria sistemática de qualidade de vida, através de um desenvolvimento humano e inclusivo, a educação e o trabalho está inserido nesse aspecto social.

Enfatiza-se nesse contexto, que a juventude desse país só adquiriu visibilidade no campo político, quando os seus problemas foram colocados na agenda política brasileira, os desafios foram postos na mesa para discussão, a exemplo da escassez de empregos, inadequada formação para o trabalho, violência no ambiente urbano, desencadeado pelos números de homicídios dos jovens, principalmente negros, pobres e homens, conforme aponta o mapa da violência em 2016 e no Atlas da Violência 2017 produzido pelo Ipea numa parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Esse estudo analisou o número e as taxas de homicídio no país entre 2005 e 2015 e detalhou os dados por região. Unidades da Federação e municípios com mais de 100 mil habitantes Apenas 2% dos municípios brasileiros (111) respondiam, em 2015, por metade dos casos de homicídios no país e 10% dos municípios (557) concentram 76,5% do total de mortes. Assim:

- O Brasil registou em 2015 um total de 59.080 homicídios, significa 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes
- Os estados que apresentaram crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio no período analisado estão localizados nas regiões Norte e Nordeste;
- O destaque é o Rio Grande do Norte, com um crescimento de 232%. Em 2005, a taxa de homicídios no estado era de 13,5 para cada 100 mil habitantes.
- Em 2015, esse número passou para 44,9. Em seguida estão Sergipe (134,7%) e **Maranhão (130,5)**;

- Pernambuco e Espírito Santo, por sua vez, reduziram a taxa de homicídios em 20% e 21,5%, respectivamente.
- Porém, as reduções mais significativas ficaram em estados do Sudeste: em São Paulo, a taxa caiu 44,3% (de 21,9 para 12,2), e, no Rio de Janeiro, 36,4% (de 48,2 para 30,6).
- Houve um aumento no número de Unidades da Federação que diminuíram a taxa de homicídios depois de 2010.
- Especificamente nesse período, as maiores quedas ocorreram no Espírito Santo (27,6%), Paraná (23,4%) e Alagoas (21,8%).
- No sentido contrário, houve crescimento intenso das taxas entre 2010 e 2015 nos estados de Sergipe (77,7%), Rio Grande do Norte (75,5%), Piauí (54,0%) e **Maranhão (52,8%)**. A pesquisa também aponta uma difusão dos homicídios para municípios do interior do país.

Assim, observa-se que os jovens brasileiros, vem morrendo por consequência de uma enorme desestruturação socioeconômica que existe nos grandes centros urbanos, no campo e na cidade. A exemplo, o aumento do analfabetismo, o uso de drogas lícitas ou ilícitas, sobretudo nas periferias, comunidades populares, e em localidades afastadas dos grandes centros urbanos e comerciais.

[...] são reflexos do intenso processo de abandono com que se depara historicamente as classes populares, e principalmente os jovens, como grupo mais afetado pelas transformações contemporâneas. Hoje, o desafio é fornecer mudança da situação, tratando as necessidades dos jovens pelo status de problemas políticos (Ibidem) como percebemos nas principais ações criadas em prol das Juventudes no Brasil, a exemplo da instituição da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do ProJovem em 2005”. (Brasil, 2016)

Nesta perspectiva, o jovem é considerado cidadão, e tanto sua vida escolar como sua preparação para o mercado de trabalho são fundamentais para inserção social. Lançado concomitante à criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, o programa foi concebido como medida emergencial e experimental dada a necessidade, deste segmento, chegar ainda jovem ao Ensino Médio.

Ao apresentar uma proposta curricular baseada em novos paradigmas de ensino - aprendizagem, por meio da articulação do tripé: aumento de escolaridade, qualificação profissional e participação cidadã, o programa direciona-se ao segmento juvenil de 18 a 29 anos em condições de vulnerabilidades e potencialidades sociais, valorizando sua cultura e ampliando perspectivas de inserção social por meio da formação profissional básica com vista à dimensão emancipatória possibilitada pela inserção no mercado de trabalho.

Em outras palavras, promover o desenvolvimento social e inclusivo dos jovens é contribuir para que esses públicos envolvidos se organizem e se capacitem ainda mais, para

identificar seus problemas e buscar atender suas necessidades e os recursos para uma sobrevivência digna e socialmente justa, com essa concepção que o PRONATEC foi criado em 2011, pela Presidenta Dilma Rousseff no seu slogan de campanha política nas eleições de 2014. Assim,

“É importante destacar que as políticas de expansão do Ensino Técnico e Programas promovidos pelo Governo Federal, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), surge de uma proposta de educação que procura legitimar-se a partir de um discurso que alega promover uma formação mais articulada com as necessidades econômicas, sociais e culturais, de modo a compor uma abordagem mais sistêmica e menos simplista da educação profissionalizante e da qualificação profissional, que são protagonizadas por diversos agentes, entre os quais figuram o Sistema S (SESC, SESI, SENAI, SENAT, SENAR, SESCOOP, SENAC, SEST), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Faculdades e Universidades Privadas, por todo o território nacional”. (Lira, 2015 p.22)

De outro modo, que movimentos sociais de jovens e universidades propuseram maneiras de harmonizar o desenvolvimento socioeconômico e as preservações dos recursos naturais seguindo a linha de desenvolvimento de Sachs (1996 p.60-61) que fundamentou esse desenvolvimento nos:

princípios de uma visão integrada e formulado nas seguintes dimensões: econômica, que condiciona o desenvolvimento a investimentos públicos e privados que garantam oportunidades de emprego e segurança social; social, que busca a redução das desigualdades sociais pela distribuição equitativa de renda e o atendimento das necessidades básicas; ecológica, que trata da preservação dos recursos naturais e solidariedade com as gerações futuras; geográfica, que trata da distribuição dos assentamentos humanos, mas defende a necessidade de equilíbrio entre o rural e o urbano; e cultural, que busca a preservação das diversidades culturais.

Reforçando esse assunto, os movimentos sociais, intensificados no país nos anos 80 tiveram uma contribuição nas redefinições das relações entre Estado e sociedade, compreendendo maior participação social na formulação e na gestão de políticas nacionais e influenciando nas ações governamentais nos processos de extensão, atendimento e reconhecimento de direitos e demandas emergente.

Assim, o argumento são as ações de mudanças e inovações advindas de democratização que exigiram novas posturas de instrumentos gerenciais e legais para incorporar os diversos atores nos processos decisórios das políticas públicas setoriais. Nesse sentido, dialogar, e reconhecer esses atores, para que sejam reconhecidos e respeitados diante da necessidade de políticas públicas de educação para que tenhamos sujeitos transformados socialmente.

Defender os direitos humanos fundamentais, pois já fazem parte este, um direito internacional dos povos ratificados pelos diversos instrumentos legais de caráter universal, dos quais o Estado Brasileiro é signatário. A possibilidade de realizar programas educacionais para os jovens, nesse caso o PRONATEC, é fruto de um processo histórico de transformação do Estado Brasileiro e de sua redemocratização.

Como marco dessas mudanças ocorridas no país, nos tempos da redemocratização foi a partir da Lei Magna regida pela promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. Em seu preâmbulo afirma o compromisso de:

“instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus” (Brasil, 1988)

E, dos princípios fundamentais de nossa Constituição, expressos em seu art. 1º e 3º, afirmam os compromissos do país:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Brasil, 1988)

Tendo em vista efetivar o Estado Democrático de Direito, ressalta a relevância da educação, no âmbito do PRONATEC no IFMA, para o fomento do processo de mentalidade e o cumprimento de seu papel de formação técnica profissional e de capacitação dos jovens maranhenses, a partir das relações de reconhecimento e dos direitos de todos, da valorização e da incorporação do processo educativo nas práticas pedagógicas.

Portanto, o desenvolvimento do processo educativo de jovens maranhense pelo IFMA, através da política pública que o PRONATEC representa significa, não apenas a gradual redução das desigualdades sociais e da pobreza ou até mesmo da sua inserção no mercado de

trabalho com oportunidade de estágios, mas também democratizar os processos decisórios nesses acessos, possibilitando a todos os jovens a participação ativa nos seus destinos, tendo poder de escolhas claros.

O desenvolvimento educacional dos jovens oriundos do PRONATEC postula e exige não somente uma participação baseada na racionalidade econômica, mas em alternativas baseadas no planejamento de vidas de tecnologias e produtos alternativos, mas também uma racionalidade social, pressupostos refletidos na educação, no trabalho e em padrões de organização diferente, num modelo proposto pelas finalidades e características dos Institutos Federais na Lei 11.892 de Dezembro de 2008.

Art. 6º Os Institutos Federais tem por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

(Brasil, 2008). Disponível no sítio < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm> acesso em 18/03/2018).

Geralmente, nos quadros da retomada do crescimento econômico, das melhorias sociais, dos avanços no mercado de trabalho brasileiro, e mais recentemente da desaceleração da economia e do ritmo de geração de empregos, observam-se importantes transformações e melhorias também nas condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho. (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

Na ótica da pesquisadora, o desenvolvimento humano dos jovens se efetiva em sistemas que assegurem a participação dos cidadãos, observando que, além das questões ambientais, técnicas e econômicas, há uma dimensão cultural e política que exigirá a cooperação de todos os mentores que fazem a gestão da organização nas tomadas de decisões. Para que as mudanças ocorram, independentes da área que o ser humano atua, seja na educação, na saúde, na agricultura, na infraestrutura. Assim, a cooperação entre as pessoas e as organizações é vital para a implantação e o aperfeiçoamento do desenvolvimento educacional, numa perspectiva de integração.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento passou a incorporar elementos econômicos, ambientais, sociais e políticos, com prioridade para o requisito social e ambiental. E foi nesta linha que a Assembleia Geral da ONU – Organização das Nações Unidas definiu seus objetivos estratégicos para os próximos anos, visando a erradicar a pobreza e marginalização, mudar os padrões de produção e os padrões de consumo, focados em um modelo novo que implica no conceito de crescimento econômico, não voltado somente à lógica do capital, mas também, que promova justiça social para as nações e possibilite o acesso aos recursos e a distribuição de custos e benefícios, com equidade e diversidade.

É factual que as grandes questões sociais que afligem o mundo constam da (Agenda 21 da ONU, 1997), traz recomendações às empresas para a adoção de estratégias de prevenção e controle do ambiente, criação de tecnologias limpas em todas as fases do ciclo desenvolvimento de um consumo responsável que respeite as limitações dos recursos e que promova a equidade social. Provavelmente por isso vem crescendo o número de empresas que buscam certificações ambientais e que, segundo Oliveira (1998 p. 164), “assinala um direcionamento nas políticas das organizações, mesmo que não resulte de imediato, na mudança de práticas administrativas arraigadas”. Ainda nessa agenda a ação ao combate à pobreza:

A pobreza. É um problema complexo e multidimensional, com origem ao mesmo tempo na área nacional e na área internacional. Não é possível encontrar uma solução uniforme, com aplicação Universal para o combate à pobreza. Antes, é fundamental, para a solução desse problema que se desenvolvam programas específicos para cada

país; com atividades internacionais de apoio às nacionais e com um processo paralelo de criação de ambiente internacional de apoio. A erradicação da pobreza e da fome, maior/equidade na distribuição da renda e desenvolvimento de recursos humanos: esses desafios continuam sendo consideráveis em toda parte; O combate à pobreza é uma responsabilidade conjunta de todos os países.

“(…) Afim de que uma estratégia possa fazer frente Simultaneamente aos problemas da pobreza, do desenvolvimento e do meio ambiente, é necessário que se comece por considerar os recursos, a produção e as pessoas, bem como, simultaneamente, questões demográficas; o aperfeiçoamento dos cuidados com a saúde e a educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens, dos indígenas e das comunidades locais e, ao mesmo tempo, um processo democrático de participação; associado a um aperfeiçoamento de sua gestão. (AGENDA 21, 2012 p.27 disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>> acesso em 17/03/2018) .

Também contribuiu com estudos sobre este assunto, mas numa perspectiva multidimensional Buarque (1999, p. 23) concebeu o desenvolvimento educacional integrativo como sendo um processo endógeno de mudança social registando em agrupamentos humanos coletivos e elevando as oportunidades que surgem na sociedade através da compatibilização do tempo e do espaço, no crescimento e nas deficiências econômicas, numa lógica que todos participam do processo e obtenham qualidade de vida, equidade social e acesso a economia do país.

E mais ainda, a contribuição do IPEA, nas pesquisas que a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais-(Disocs), veio para dimensionar a avaliação e propor aperfeiçoamento de um conjunto de políticas públicas sociais no Brasil. Para tanto, esses estudos foram publicados para dar direcionamento nas decisões impactadas dentro de um ambiente macro e microeconômicos dessas políticas sociais direcionadas aos grupos mais vulneráveis como:

“Programa Bolsa Família, aumento real do salário mínimo, formalização do mercado de trabalho, Programa Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos, Programa Universidade para Todos, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego(PRONATEC) etc.

Como resultado desse conjunto de políticas, a renda *per capita* do trabalhador brasileiro elevou-se de US\$ 8.430,00 em 1994 para US\$ 11.150,00 em 2013 – valores de 2013. O índice de Gini, que mede a desigualdade da renda pessoal, caiu de 0,601 em 1995 para 0,530 em 2012. Neste movimento, o número de pessoas extremamente pobres, isto é, com renda abaixo de R\$ 70,00 por mês, diminuiu de 22,4 milhões para cerca de 10 milhões no mesmo período, segundo informações obtidas junto ao Ipeadata. (IPEA, 2015 p. 9)

Interpretado sob o ponto de vista do âmbito local, representa uma pequena transformação nas bases econômicas e no campo social no plano de lugar, resultante da

mobilização de retratar o dinamismo recente no mercado de trabalho, que assim pode explorar suas capacidades e potencialidades no mercado de trabalho em São Luís – MA e seus impactos sobre os segmentos de jovens da força de trabalho não é suficiente para ter uma compreensão muito clara ainda.

Esse tema reforça a ideia de uma visão ampliada para o desenvolvimento de jovens no seu processo educativo só se dá com mudanças significativas em várias dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, integrativas. Com este efeito, mudanças recentes na demografia impactaram as políticas de proteção social e as voltadas para o mercado de trabalho, exerce importante papel sobre as formas e condições de vida dos jovens maranhense e de São Luís, como acontece essa inserção no mercado de trabalho e de que modo a proteção social e trabalhista está se dando nesse contexto atual, em plena crise brasileira? Observa-se condições precárias tanto para a inserção laboral do jovem quanto para o aumento das taxas de atividades trabalhistas desse segmento.

Pode-se dizer que, o desenvolvimento dos jovens só é alcançado de tivermos um modelo de desenvolvimento educativo voltado para o social e não somente para a lógica do capital, onde podemos alcançar e envolver todos os aspectos tecnológicos, técnicos, gestão, infraestrutura e atender as aspirações da sociedade como um todo, no acesso aos bens comuns, principalmente no envolvimento das famílias e participação dos pais no ambiente escolar. Contudo, as várias dimensões são dinâmicas e unidas no processo de interação relacionadas numa existência de mudanças equacionada em um desenvolvimento não isolado. Mas, se surgem problemas dentro de um processo sistêmicos, as soluções também os são.

O que se pode inferir dessas abordagens: para haver um desenvolvimento humano e social, é necessário que todos tenham suas necessidades básicas atendidas e lhes proporcionem oportunidades concretas e suas aspirações a uma vida melhor. Desta premissa, pode-se extrair dois conceitos básicos: priorizar as necessidades dos mais pobres e, a noção de limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender as necessidades presentes e as futuras. (VASCONCELOS, 2002 p. 90).

Portando, o envolvimento do governo no desenvolvimento e a história da inserção dos jovens no mercado de trabalho é importante, principalmente na questão da responsabilidade social que os governos e as instituições sociais e privadas assumem ao longo de suas parcerias para fomentar projetos inclusivos empreendedores, criando assim, oportunidades empregáveis aos jovens oriundo dos cursos técnicos do IFMA e do CESJO.

1.2 O envolvimento do governo no desenvolvimento e o padrão histórico de inserção dos jovens no mercado de trabalho

Como fazer a promoção de uma vida sustentável, torná-la parte da linha mestra da estratégia de desenvolvimento sem a participação de grupos e das comunidades locais? Possivelmente, através de um planejamento integrado que desenvolva sistemas alternativos de modo a reduzir os problemas existentes nas comunidades e respeitando suas respectivas culturas.

No contexto da empregabilidade dos jovens egressos do programa PRONATEC no IFMA, é necessário que se faça uma pesquisa de campo, como se dá o processo de inserção dos alunos egressos no mercado, em São Luís, no qual não pode ser dissociado das características concentradoras e excludentes do processo de desenvolvimento econômico do estado e do país, diante da crise atual, é responsável pela construção de uma população com altos índices de exclusão e desigualdades sociais, econômica, regional/local nos diversos segmentos da sociedade, especialmente do segmento de jovens.

É factual que ainda não é consenso de todos, mas há entre autores que tratam do desenvolvimento sob este contexto, uma grande convergência de opiniões indicando a importância de um desenvolvimento igualitário, em harmonia com o meio ambiente, permeando todos os planejamentos, influenciando as ações dos cidadãos, tomadores de decisão e profissionais de todas as áreas, inclusive os que preparam e avaliam projetos de desenvolvimento.

Este paradigma precisa ser, acima de tudo, embasado em políticas públicas transparentes em todos os setores responsáveis e envolvidos, iniciando-se assim, pelo governo local de cada município, empresas privadas e comunidades em geral, buscando meios adequados para progredir levando em consideração a harmonia ambiental.

A comunidade deve promover valores que apoiam a ética e o encorajamento do desenvolvimento sustentável, através de educação formal e informal, dentro de sua realidade, administrando seus problemas locais, usando informações adequadas e propondo uma harmonia regional de forma a gerar instrumentos mais eficazes para transmitir às pessoas o valor que o meio ambiente terá com a mudança desse paradigma com solidariedade e responsabilidade social.

Por isso é indispensável modificar a maneira de planejar, levando em consideração a razão e eficiência dos recursos disponíveis, visionando a integração universal dos problemas a serem solucionados e prever as consequências de cada ato. Além do que, é necessário mudar a forma de ver as coisas e pensar o mundo de forma mais organizada e sistemática para a formação de cadeias produtivas que possam gerar emprego e renda para a comunidade regional e local. (Vasconcelos, 2002 p.92).

Desta maneira, observa-se que o desenvolvimento sustentável para um processo inclusivo não é complexo processos unilaterais, racionais, pois é também um processo multidimensional e emocional, enfatiza JARA (1999 p. 7), explicando as mudanças sociais, mesmo baseadas em planos instrumentais ou marcos lógicos e racionais, é cometer o reducionismo existencial, é prever que os processos de desenvolvimento obedeçam apenas a razão, sem considerar a contribuição da emoção.

Estudiosos renomados de várias correntes ideológicas têm acentuado que é impossível a sustentabilidade do modelo que está sendo colocado em prática no momento caracterizado pelo materialismo exacerbado individualista, pela destruição do meio ambiente e das espécies de vida no planeta, pela concentração de muito nas mãos de poucos e pela exclusão social de pessoas dos benefícios gerados pelo progresso tecnológico e econômico.

O paradigma do progresso está centrado na busca do bem comum, e se, os negócios funcionam como o motor das sociedades modernas, qual o papel das empresas na construção do futuro da humanidade? Certamente, contribui para melhorar a sociedade através de ações voltadas para o bem comum, pautadas na ética, na cidadania, buscando promover a autonomia das comunidades jovens onde estão inseridas.

Além disso, a sociedade está requerendo uma mudança substancial no seu conjunto de valores porque a economia não deve continuar sendo a medida de tudo. Devem existir outros valores como a coletividade e solidariedade das comunidades com um objetivo comum a todos os participantes de uma cadeia produtiva, tanto no processo produtivo quanto no processo educativo de modo inclusivo e integrativo.

Para isto, alguns requisitos devem servir de inspiração para o Estado do Maranhão na busca de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico que priorize a promoção harmoniosa entre os seres humanos e a natureza tendo a necessidade, conforme sugestão da comissão que elaborou o Relatório Bruntland, 1987 cit in (VASCONCELOS, 2002 p. 93-94):

- Um sistema político que assegure a efetiva participação no processo decisório;

- Um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico em bases confiáveis e constantes.
- Um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado;
- Um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- Um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- Um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento e,
- Um sistema administrativo flexível e capaz de corrigir-se.

Pelo que aponta o Relatório, o desenvolvimento sustentável não é um estado de permanente harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional devem procurar atender as necessidades atuais e futuras. Não se traduz como uma tarefa fácil que terá um curso sem tropeços, principalmente porque escolhas difíceis terão que ser feitas. Como uma continuação motora precisa ser aperfeiçoada e buscarão a partir de novas tentativas entre erros e acertos, ajustes, adaptações e sucessivas aproximações.

Seguindo a linha dessa recomendação, Mendes (citado por BURSZTY cit in VASCONCELOS, 2002 p. 94), complementa argumentando de que o desenvolvimento socioeconômico deve, antes de tudo, levar o homem a ter atitudes nas questões de extrema relevantes à sua sobrevivência, quais sejam: o grau de desejo da ética, a aceitação de sua responsabilidade social, a condicionar sua produtividade econômica e a garantia de sua sustentabilidade agroecológica.

Verificando-se as várias formas de conceitos do desenvolvimento sustentável, constata-se que existam elementos comuns (um desenvolvimento sustentado na participação de todos os envolvidos) permeando as concepções e práticas de pessoas, grupos organizados e instituições capazes de iniciar e manter o desenvolvimento integrativo na sua comunidade. Também, existe na literatura apontamentos de se ter vantagens de ampliação nas abordagens do desenvolvimento social, econômico, político para uma dimensão de integrar os diversos atores na busca de efetivar a sua sustentabilidade na localidade, onde tudo acontece.

1.3 Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

O processo do desenvolvimento local integrado e sustentável ao longo da história das nações tem influenciado diversos ciclos econômicos de cada realidade. Dentre as novas maneiras de desenvolvimento integrativo sustentável surgida nas últimas décadas, aparece o poder do espaço local evoluindo, nas variáveis do desenvolvimento, aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais.

Mas, por que o desenvolvimento local tem despertado a atenção de instituições de governos, sociedade civil e cidadãos nos últimos tempos? Talvez por que essa venha a ser um novo modelo de combater a exclusão social e de estimular o desenvolvimento de localidades carentes como diz Terra (2000, p. 14):

[...] a saída para combater a exclusão social e promover avanços sociais junto com o crescimento econômico nestas localidades, é o desenvolvimento local integrado e sustentável, preparado de forma participativa pela comunidade e executado com a ajuda de vários parceiros.

Constituinte na verdade de estruturas de apoio ao desenvolvimento local e, onde novos atores sociais comparecem como elementos - chaves no processo de desenvolvimento desses espaços. A expressão Desenvolvimento Integrada e Sustentável (DLIS) vem sendo usada no Brasil e no Maranhão pelo SEBRAE e pelas secretarias de agriculturas estadual e municipais e por ONGs, nas discussões conceituais como estratégia e práticas de desenvolvimento socioeconômico local/regional.

Alguns estudiosos do assunto, por exemplo, interpretam o DLIS como Franco (2000 p. 93):

Uma metodologia visando à promoção do desenvolvimento de unidades sócio – territoriais delimitadas por meio de um conjunto de práticas diagnosticadas e planejadas de modo participativo, baseados na identificação das potencialidades locais, na conformação de uma demanda pública da localidade e da oferta articulada e convergente de ações voltadas para a dinamização dessas potencialidades. A formulação desse referencial mais abrangente traduz-se como iniciativas metodológicas voltadas para o desencadeamento de inúmeras ações de mudanças.

Dessa interpretação, pode-se entender o DLIS como sendo um modo de promover o desenvolvimento a partir de ações de reforço a sustentabilidade das comunidades,

capacitando-as a identificar suas vocações e aproveitar suas potencialidades por meio de parcerias em todas as áreas na busca de suprir suas necessidades.

Ainda com relação ao entendimento do que vem a ser DLIS, citamos Buarque (1999, p. 23) que diz:

É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhor qualidade de vida da população, transformando as bases econômicas e a organização social no plano local, como resultado da realização.

Qualidade de vida como um componente do desenvolvimento comporta inúmeros significados que refletem valores individuais e coletivos, mas aqui é entendida como um conjunto de experiências, situações e percepções individuais refletidas nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais, éticas e filosóficas. Na visão do desenvolvimento local, este diz respeito ao acesso adequado aos recursos necessários a uma vida melhor: saúde, educação, renda, infraestrutura, e aqueles definidos pela comunidade como elementos geradores de qualidade de vida.

Na visão de Kliksberg (2001, p. 85), parece haver amplo espaço para uma revalorização das políticas públicas no mundo em desenvolvimento advindas com a eclosão crescente dos problemas sociais. Sobre a questão diz ele:

Não se trata de voltar às visões onipotentes do Estado, mas de pensar um modelo estatal diferente, numa relação de redes muito produtivas, com a sociedade civil em todas as expressões. Essa ampla articulação inclui as comunidades por fazerem parte desse conjunto de forças e compartilharem com os demais atores sociais buscar soluções para solucionar os problemas contingenciais.

Para tanto, compreender o desenvolvimento socioeconômico integral com foco no local, ao que tudo indica, envolve aspectos políticos e estratégias de crescimento voltadas para soluções estruturais, a maximização de oportunidades e engajamento de todos nas decisões de seu desenvolvimento. Ao abraçar o conceito de local e integrado, o desenvolvimento alcança os setores ambiental, educacional, econômicos, social, político e cultural nas suas várias dimensões.

Contextualizando a participação e o envolvimento dos vários atores sociais (grupos, associações, organizações, conselhos municipais e fóruns de discussão, dentre outros) florescem e se fortalecem à medida que se integram em parcerias e compartilham decisões na busca de objetivos comuns. Essa construção coletiva tem ensejado o aparecimento de

metodologias de ações no espaço local, com estratégias de diagnosticar os espaços para definição de metas e objetivos.

Reforçando essa argumentação, Dowbor (1999, p. 28) diz que:

(...) é em nível local que se pode realmente identificar com clareza as principais ações redistributivas que dependem vitalmente de soluções locais e de momentos políticos, e as propostas demasiado globais simplesmente não funcionam, na medida em que enfrentam interesses dominantes organizados, e complexidades políticas que inviabilizam os projetos.

Em outras palavras, o espaço local possibilita a democratização das decisões, na medida em que o cidadão pode intervir com muito mais propriedade e facilidade em assuntos de seu conhecimento e experiência.

Essa é uma nova forma articulada no âmbito nacional, regional e local, o desenvolvimento comunitário na busca de um determinado nível de crescimento duradouro e que produza efeitos sustentáveis no âmbito social contribuindo para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos como entende Uchoa (2001, p. 20):

(...) é a escolha de um processo que leva determinada comunidade, estabelecido um espaço definido, a escolher a combinação de fatores que permitirão superar as carências, mantendo sempre um certo ritmo de crescimento que, aos poucos, mas de forma permanente, a faça superar as limitações econômicas, sociais e ambientais.

A noção de sustentabilidade associada ao de desenvolvimento da empregabilidade local vem sendo crescentemente enfatizada em seus aspectos multidimensionais, contemplando de forma ampla, político e de gestão democrática participativa, o socioeconômico, na equidade e inclusão social e no ambiental, na conservação e biodiversidade.

Para que esse desenvolvimento se efetive num contexto local há que se considerar na formação de uma comunidade a integração dos vários fatores que compõem os sistemas econômicos, o qual Rosseti (1997, p.157-158) classifica em três conjuntos de elementos:

- **Recursos:** estoque de fatores de produção, reservas naturais, recursos humanos, capital, capacidade técnica e capacidade empresarial.
- **Agentes econômicos:** unidades familiares, empresas e governo.
- **Instituição:** jurídicas, políticas e sociais.

Pela classificação, dos sistemas orgânicos pode-se entender que, quanto mais integradas forem as relações entre seus elementos, maior probabilidade de o desenvolvimento se tornar integrado, inclusivo e sustentado. Para isso, é necessário ancorar-se no tripé da sustentabilidade que alcança as dimensões econômica, social e ambiental, e que, de forma integrativa, venha impulsionar a melhoria das condições de vida das comunidades locais e de seus cidadãos.

Com o advento do novo paradigma político e de organização territorial, o desenvolvimento local integrado e sustentável se apresenta segundo Rattner (1999, p. 154) como: *“a alternativa descentralizada no plano local, isto pelo fato de tal modelo ser baseado nos valores de cooperação e solidariedade, associados ou não ao poder público, de contribuir e gerenciar os problemas comunitários”*.

Com efeito, as formas associativas e cooperativas solidárias nos espaços locais representam um freio na medida em que, ao concentrarem esforços com objetivos comuns e elevarem a formação e conscientização dos cidadãos, tendem a aumentar o poder reivindicatório da população e contribuir para o melhoramento das condições do bem-estar da coletividade. Esse conjunto de forças de todos os segmentos da sociedade serve para fortalecer e ampliar as potências da comunidade, principalmente no que diz respeito à força governamental que tem poder de ação política e recursos que beneficiam uma comunidade dentro de seu local.

De outra forma, para que o desenvolvimento local seja integrativo, inclusivo e sustentável é necessária uma participação ativa e efetiva da comunidade não só na identificação das suas necessidades como na escolha das melhores soluções, visto ser fundamental a busca sistemática e permanente de autonomia e auto – sustentação.

O significado dessa argumentação é criar mecanismos da cooperação e da participação dos administradores/gestores nos serviços públicos, onde a sociedade civil se articula com o Estado que tem interesse nessa parceria, buscando nessa conjugação de esforços e melhorar o desempenho nos projetos inclusivos sociais.

Materializando esse fato, uma pesquisa do IBGE de 2011, ao investigar o perfil dos municípios brasileiros, revelou que os 5.565 municípios do País vêm passando por transformações políticas, que poderá ter significativos impactos nas suas formas de conduzir a gestão e a estrutura dos municípios. Os dados encontrados na pesquisa demonstraram que 99% dos municípios possuem conselhos municipais. Esse modelo de gestão descentralizada participa

do segmento organizado da sociedade na administração dos recursos da saúde dos municípios, da educação e assistência social, da defesa da criança e do adolescente e das áreas de turismo (com participação do artesanato), transporte, meio ambiente e urbanismo.

Em sua nona edição, a MUNIC investigou todas as 5 565 municipalidades existentes no País. Foram levantados, no segundo semestre de 2011, dados relativos à gestão e à estrutura dos municípios, a partir da coleta de informações sobre sete temas, contemplando questões relacionadas a recursos humanos das administrações, articulações interinstitucionais, educação, saúde, habitação, direitos humanos e saneamento básico. Entretanto neste mesmo documento elaborado em 2015 surge uma contradição:

A maioria das pesquisas de âmbito nacional concentra-se em aspectos relacionados a indicadores sociais de determinados grupos populacionais ou áreas geográficas, fornecendo um perfil da demanda potencial pelos serviços. Assim, parece clara a necessidade da realização de estudos sobre a gestão municipal e suas atividades, a fim de orientar investimentos estratégicos – inclusive no que se refere à capacitação de recursos humanos –, bem como subsidiar mecanismos de regulação da qualidade dos serviços, partilha e repasses de recursos. É, portanto, de suma importância a obtenção de dados estatísticos com base municipal que expressem de forma clara e objetiva a oferta e a qualidade dos serviços públicos com vistas a capacitar os gestores para o melhor atendimento de suas populações. (IBGE, 2015) disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95942.pdf>> acesso em 31/032018.

Mesmo existindo a quase totalidade dos municípios brasileiros e se constituindo em um segmento organizado e representativo da sociedade conforme identificou a pesquisa, esses canais necessitam de infraestrutura mínima e aperfeiçoamento, na maioria das localidades muitas vezes disputando espaços com os Poderes Executivo e Legislativo, dificultando assim os fluxos de informações necessárias ao funcionamento dos trabalhos coletivos nas cadeias produtivas e em vários outros setores.

Embora as várias experiências já demonstraram que o desenvolvimento local é uma das alternativas mais viável e factível para o desenvolvimento regional sustentável dentro da empregabilidade local dos jovens, a forte concorrência internacional, com grande impacto para os países pobres, tem percebido que a influência global constitui ameaça e força contrária às iniciativas de desenvolvimento local embora Buarque (1999, p.26) conceba vantagens da globalização para o desenvolvimento local argumentou que,

(...) ao mesmo tempo em que a economia se globaliza, integrando a economia mundial, surgem novas e crescentes iniciativas no nível local, com ou sem integração da dinâmica internacional, as quais viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento no espaço local (...).

Da conceituação à prática, já se observa que algumas características há consenso sobre as necessidades de perceber o sistema por uma ação interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, tendo na sustentabilidade a afirmação política que deve estar voltada ao atendimento participativo de cada localidade e região.

As diversidades produtivas, sociais, culturais e espaciais (regionais, urbanas e rurais) por muito tempo foram tratadas como desequilíbrios, assimetrias e obstáculos colocados ao desafio que é promover o desenvolvimento num país continental como o nosso. Em consequência, a qualidade dos registros administrativos é diversa no nível federal, entre os ministérios, assim como nos níveis estaduais e municipais.

Atualmente, contudo, as escalas nacional, regional e local mostram-se crescentemente articuladas e demonstram a urgência que têm em engendrar ações mais ágeis, potentes e sistemáticas, o que passa necessariamente pela oferta de informações estaduais e municipais de qualidade, como instrumentos efetivos de planejamento, diagnóstico e monitoramento das condições locais.

Como nos anos anteriores já mencionados, a Munic 2015 pesquisou sobre o processo de elaboração da Agenda 21 Local e em que estágio se encontrava no momento da coleta dos dados, assim como a realização de reuniões do Fórum de Agenda 21 Local. A Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território, que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações (BRASIL, 2016).

Os resultados da Munic 2015 apontaram para uma adesão crescente à Agenda 21 Local. Entre 2012 e 2015, o percentual de municípios que iniciaram o processo de elaboração desse instrumento, em todo o Brasil, subiu de 18,1% (1 010) para 22,0% (1 225), e o crescimento foi observado em todas as classes de tamanho da população e em quase todas as Grandes Regiões. Destacaram-se os municípios com mais de 500 000 habitantes, com aumento de 57,9% (22) para 75,6% (31), e a Região Norte, que passou de 30,3% (136) para 39,6% (178)

dos municípios. (IBGE,2015) Disponível em <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95942.pdf>> acesso em 31/03/2018.

Diante disso e pelas posições e discussões aqui colocadas pode-se concluir que o DLIS, hoje, se apresenta como uma estratégia facilitadora para promover avanços sociais, transformador de realidades locais, através da igualdade e da melhoria da qualidade de vida de forma educativa através de cursos profissionalizantes, oficinas, treinamentos, workshops, seminários, rodas de conversas, dentre outros, desde que apoiados por ações convergentes capazes de mobilizar diferentes forças, ampliando parcerias e integrando iniciativas de todos segmentos público, privado, ONGs e sociedade civil/comunidade.

Esse é o caminho para uma comunidade inclusiva e mais sustentável e um novo desafio Internacional, para o Brasil e principalmente o Maranhão especificamente na sua capital São Luís, com enfoque no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IFMA e sua parceria com o CESJO/Centro de Formação São José Operário através do PRONATEC, o ambiente cujo estudo será aplicado, onde contribuirá com as ações para a melhoria das condições de vida dos jovens e de seus colaboradores.

Entretanto, uma das formas de garantir o Desenvolvimento Socioeconômico é através de um processo educativo inclusivo e integrado com todos os atores que fazem parte desse ambiente, envolvendo as famílias nesse processo escolar bem como as organizações privadas que dividem espaços dentro desse ambiente de **Formação Técnica Profissional** através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/PRONATEC.

Antes de introduzir o tema sobre o PRONATEC no IFMA e no CESJO é preciso apresentar a **História e a Política da Educação Profissional no Brasil**. Essa ação permitirá fazer uma abordagem histórica nos processos educacionais que apoiaram a transformação da realidade social e do combate à desigualdade. Assim, observar a realidade e as necessidades de atuação do setor público em conjunto com as organizações sociais e o setor privado dentro de um mesmo espaço e com diversos enfoques, faz com que implemente ações necessárias e prioritárias que podem afetar diferentes grupos sociais, dentre eles, os jovens egressos dos cursos técnicos profissionalizantes.

2. Breve história econômica e política da Educação Profissional

Neste capítulo, vamos iniciar fazendo uma abordagem teórica do estudo da professora Marize Ramos no relatório, de Formação Pedagógica especificamente sobre o tema história e a política da educação profissional no Brasil. O estudo teve como objetivo possibilitar aos gestores e educadores da educação a compreensão da dinâmica à luz de um modelo de Estado e formação social concreta brasileira. A autora utilizou como referência os estudos adotando os conceitos de Estado ampliado de Antônio Gramsci. *O reconhecimento de que o Estado brasileiro é fundado na lógica do capitalismo dependente é analisada tendo como base o pensamento crítico de intelectuais como Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Carlos Nelson Coutinho*”. (RAMOS, 2014 p.9)

2.1 A educação profissional no Brasil: da fundação do Estado capitalista dependente à crise dos anos 80

Apresenta-se uma fundamentação teórica baseada no Estado capitalista brasileiro, sob o referencial materialista histórico-dialético. Assim, compreende-se que o movimento histórico da política de educação profissional no Brasil expressa a própria constituição do Estado brasileiro e suas transformações ao longo do século XX e da primeira década do século XXI. Sua especificidade é, então, analisada com base no pensamento crítico de alguns intelectuais que fazem estudo sobre esse tema.

Essas referências demonstram que a modernização tecnológica no Brasil foi de origem estrangeira, definida por Florestan Fernandes como uma *modernização do arcaico*, marcada, inicialmente, pelo embate entre um projeto de desenvolvimento autônomo e outro associado e subordinado ao grande capital. Essa análise identifica a existência de uma estratégia de desenvolvimento nacionalista em alguns períodos da história do país, demarcados por Ianni (1991) em 1930-45; 1951-54; 1961-64. Mas essa estratégia foi vencida pela segunda, de desenvolvimento dependente e associado, predominante nos anos de 1946-1950; 1955-60 e desde 1964. Esse tenso equilíbrio foi rompido e deslocado em favor do capital estrangeiro no governo de JK. Apesar de contra-tendências no curto período do governo João Goulart, a associação ao capital estrangeiro se consolidou a partir da ditadura civil-militar”. (RAMOS, 2014 p. 13).

Nesse sentido, abordaremos, ainda, a hegemonia neoliberal que se instaurou no Brasil a partir dos anos de 1990 e as dificuldades de se superá-la mesmo com a mudança da composição do bloco no poder, configurada pela vitória da candidatura Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003. Nesse último período, porém, abrem-se novas perspectivas para a educação profissional, dada a tentativa de resposta à sociedade de históricas reivindicações.

Mais exatamente no segundo período de governo, retoma-se um projeto de desenvolvimento, estando as diretrizes e a base ideológica e econômica destas (Idem).

Contudo, ainda nos anos de 1990, marcados por profundas transformações no papel do Estado, que resultaram na redefinição de suas funções por meio de Reforma orientada por princípios gerenciais, promovendo assim, a neoliberalização das políticas públicas no país.

A inspiração desse período foi marcada pela Reforma de Educação Profissional (REP) pelo Banco Mundial (BM) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que implementaram documentos para os setores produtivos utilizarem. Nesse sentido, a educação profissional foi marcada pelo utilitarismo, pois o seu conhecimento, habilidade e atitudes desenvolvidas pela utilização a capacidade do trabalho que o mercado impõe.

A esta Reforma do Estado brasileiro seguiu-se a Reforma Educacional, cujo marco legal é a reconfiguração do mundo do trabalho e da educação profissional provocando consequências, que se concretizaram a partir do decreto 2.208/97 e, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional por meio da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Há novas regras, no Brasil, a respeito da formação profissional, na interpretação do que pretenderam os legisladores, ao aprovar a Lei nº 9.394/96. O Decreto nº 2.208/97 regulamentou o ensino profissional médio, com uma grande inovação: separou o curso técnico do Ensino Médio em Geral. (NISKIER, 2006 p 27).

Estas constituem-se como um arcabouço jurídico necessário à adequação da política educacional e às novas necessidades do modo capitalista de produção em sua fase de acumulação flexível, para a formação de trabalhadores voltados para educação profissional no mercado de trabalho.

O Neoliberalismo chegou no governo Collor de Melo, o caçador de Marajá, com uma doutrina que pregava a liberdade absoluta do mercado, podendo o Estado atuar de forma mínima, ficando o mesmo sendo, responsável pela legislação e fiscalização. Repassando para a iniciativa privada, para o capital a execução de seus projetos em todas as áreas, inclusive área educativa. Nesse sentido o mercado do setor produtivo era quem ditava as regras para o setor da educação.

Nesse período, com a abertura da economia através da quebra das barreiras alfandegárias os setores produtivos tiveram que se adequar as regras do mercado com o advento das novas tecnologias oriundos da globalização no país. Com a intenção de tornarem competitivas e rentáveis as empresas nacionais ou se adequava aos ditames de se fazerem frente

às novas empresas multinacionais que aqui chegavam e se instalavam com o objetivo de se aproximar do mercado consumidor e atraídas por uma força de trabalho de baixo valor.

Isto a princípio traria uma maior oferta de empregos e necessidades de trabalhadores capacitados para as novas funções dos quais eram impulsionados a buscar qualificações para permanecerem ou entrarem nesse novo cenário que era novidade no mercado de trabalho competitivo no qual não havia vaga para todos.

Esse foi um período de profundas transformações no país para os jovens caras pintadas, que foram para as ruas, formando um grande movimento para pedir o impeachment do Presidente Collor de Melo, que desceu a rampa do Planalto, para dar espaço para outra figura do Estado de Minas Gerais o então Vice-Presidente Itamar Franco. Que assume o país de 29 de dezembro de 1992 a 1 de janeiro de 1995.

Diante dessas ideologias e com o advento do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, consegue eleição favorável após todo esse processo ideológico desencadeado pelos jovens brasileiros.

Diante desse quadro, em 1995 o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou no seu governo o Plano Nacional de Qualificação Formação (PLANFOR), uma política pública de qualificação profissional que vigorou no país após um ano de sua criação pela Resolução 126/96 baseada na deliberação do Conselho do Fundo Nacional de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), esse foi um programa de qualificação financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vigente até 2002.

O PLANFOR foi um plano que teve a preocupação de resolver o problema de qualificação profissional como uma política pública de grande escala, integrativa a várias ações que estimulavam as oportunidades de trabalho e geração de emprego e renda para as populações carentes do país, baseado na demanda de necessidade de mão de obra mais qualificada para os diversos setores produtivos brasileiros. Destaca-se aqui, que este foi um programa que teve como meta principal, articular a infraestrutura de formação profissional no Brasil para treinar mais de 20% da População Economicamente Ativa (PEA) a cada ano.

Este também, foi um plano que formou o trabalhador e procurou atender as necessidades do mercado na lógica do capital, um processo criado na tentativa reestruturar o setor produtivo através de uma política pública voltada, para a qualificação do trabalhador baseado na empregabilidade e na capacidade de manter-se empregado ou conseguir uma oportunidade de trabalho, baseada pela competência do trabalhador.

Com esta ação, o Estado tenta tirar a sua responsabilidade e culpabilizar a vítima por falta de emprego e renda e, também por falta de vagas para todos. Este é um problema da macropolítica econômica do país, de responsabilidade estrutural do Estado. E não da vítima, que é o trabalhador que precisa vender sua mão de obra em troca de salários. Mas não podemos esquecer que, esses mesmos (trabalhadores) que vende a mão de obra em troca de salário, pagam impostos e tributos, para manter a estrutura do Estado.

Para alguns teóricos, este foi um Plano que não resolveu o problema de trabalho e empregabilidade no país, pois eram cursos de baixa qualidade, inadequados e não favoreciam a colocação das pessoas no mundo do trabalho. No entanto, o que percebe no Brasil, no passado e no presente são políticas públicas que por falta de articulação das transversalidades com os demais setores públicos não inserem as pessoas dentro de um cenário empregável.

O que existe são políticas públicas, que não possui transparência em sua execução, muitas vezes por falta de monitoramento e avaliação. Aqui repetindo o que uma aluna sempre fala em sala de aula, “professora os políticos não investem em educação. Sabe por que, a educação derruba o sistema”. Acredito que ela tem razão. Mas também é através da educação que transformaremos cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres.

Corroborando ainda, Arnaldo Niskier (2006 p. 27) afirma que há necessidade de desconstruir a cultura tradicional em busca de uma sociedade do conhecimento, na Conferência Mundial do Ensino Superior, realizada na UNESCO em Paris, uma das conclusões abordadas foi o entrosamento da escola secundária com o nível superior, sugerindo a formação em íntima cooperação com o mundo do trabalho. Essa deve ser a visão profissional, que promoverá sem esquecer a formação integral do indivíduo, ligado ao humanismo indispensável ao ser humano.

Portanto, com a Lei nº 9.394 de 1996, foi estabelecido novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no seu processo educativo específico de direitos e garantias para todos os cidadãos brasileiros, aqui vamos fazer um recorte somente aos assuntos pertinentes para este trabalho de projeto numa citação direta da referida Lei:

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Da Educação Profissional e Tecnológica

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

(...)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996) disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> acesso em 26/03/2018.

Nesse contexto a LDB foi consagrada pelo poder ditatorial do mercado alavancado pelo discurso efetivo da globalização. Sem dúvida uma época de grandes modificações e ajustamentos das experiências neoliberais. Nesse período a educação foi lembrada e significada sob outras concepções e estratégias determinadas pelos organismos multilaterais. Houve a edificação de reformas educacionais após a LDB. Mas sempre lembrando que na lógica capitalista e do mercado.

O ápice dessa estratégia foi a aprovação da LDBEN que ocorreu conforme a ideologia hegemônica do neoliberalismo, de ajustes econômicos e valorização do mercado capitalista. Como disse Saviani (2003 p. 200): “É uma LDBEN minimalista, compatível com o Estado mínimo”. Nesse aspecto foram elaborados dois projetos denominados de democráticos

sendo pensado pela sociedade civil organizada coordenado pelo Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública; e o outro burocrático elabora pelo MEC – Ministério da Educação.

A educação técnica profissional no seu arcabouço da LDBEN, surge e ainda vigente no país, apesar de muitas emendas, normativa legal, para que os jovens possam se interessar para conhecer os seus direitos e receberem uma educação de qualidade de forma justa e equitativa, apesar de todas as contradições que alguns estudiosos da área abordam. Os diplomas dos cursos de educação profissional quando registrados terão validades nacionais.

Essa LDBEN foi marco histórico para a Educação profissional no sentido de trazer em seus **artigos 39 a 41**, elementos que subsidiasse a integralidade, ao trabalho, à ciência, à tecnologia para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Este desenvolvimento, é articulado com o ensino médio regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente laboral. Vale destacar que, a Educação Técnica Profissional, não se confundirá com o ensino médio regular, cada um tipo de ensino tem suas nuances específicas, evitando assim, a confusão nas concepções de muitos teóricos da pedagogia que valorizam o ensino integrado. Mas isto careceu e carece ainda, de muitos debates e embates.

Entretanto, Saviani (2003 p. 216) clarifica que o capítulo III da LDBEN, destinado à Educação Profissional e Tecnológica, parece mais uma carta de intenção do que um documento legal, já que não define instancias, competências e responsabilidades. Esta afirmação confirma fragilidades no texto da lei, como inconclusivo e propenso a diversas interpretações. Assim, o MEC anunciou a intenção de realizar uma reforma no ensino técnico profissional no país, para promover a separação de ensino regular e o ensino técnico. Esta é uma proposta orientadas ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso com relação a educação técnica profissional na ideia política baseadas nos termos econômicos e sociais.

Para consolidar a política surge o Decreto nº 2.208 de 1997, passou a regulamentar a LDBEN em seus artigos de 39 a 42 (capitulo III do Título V), expressa um novo conceito e sentido para a Educação Profissional no Brasil que vigora a partir de 1997, revelando a cisão entre Educação Geral e a Formação Técnica Profissional. Instituída da forma seguinte: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do

ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este, ou seja, o aluno poderia cursar o ensino técnico profissionalizante ao mesmo tempo em que cursaria o ensino médio concomitantemente em turno diferentes, um ou outro, ou também após a sua conclusão de forma sequencial.

Essa dualidade permitiu duas redes de ensino, a do ensino regular geral, visando a preparação para o ensino superior e a do ensino técnico profissionalizante, para atendimento da lógica do mercado capitalista. Reforçando a ideia de duas redes de ensino, reafirmando desse modo, os fundamentos do taylorismo fordismo do mercado com separação de funções específicas de cada setor ou áreas.

Nesse contexto, essa reforma consagra no momento de uma ruptura de dois tipos de ensino, acarretando a coexistência de duas redes separadas, a do sistema regular, preparando para a Universidade continuando os estudos no ensino superior; e a do Ensino Técnico Profissionalizante, ancorado na lógica do mercado capitalista, que se aproximou mais das recomendações dos órgãos internacionais e dos interesses dos empresários. Deixou um pouco de lados as aspirações da sociedade civil baseada na democracia participativa.

Muitos problemas originados na Política da Reforma da Educação Profissional, envolvendo o encerramento do governo Fernando Henrique Cardoso, que abriu espaços para o próximo governo de Luís Inácio Lula da Silva, o populista Lula, indicaria um novo rumo para a Educação profissional no país.

Assim, dentre as negações ao decreto e sob várias alegações que o seu teor não surgiu da participação da sociedade e, também que, a educação geral, necessária para a formação de um cidadão pleno foi destaque para o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), teve um papel preponderante no posicionamento ao contrário pelo decreto, principalmente no quesito que falava da Reforma de Educação Profissional.

Os reflexos dessa década, na Educação Profissional foram de perplexidade, nessa modalidade de educação no Brasil. Assim, teóricos como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005^a, p. 1.089), colocou que o tratamento dado à educação profissional anunciado pelo Ministério de

Educação no início do governo do Lula da Silva (2003 – 2010), seria de reconstrução baseada em uma política pública que pudesse fazer as correções de conceitos e distorções decorridas nos governos anteriores, principalmente do FHC e seus desmontes.

2.2 A Educação Profissional a partir do Presidente Lula e a criação dos Institutos Federais de Educação na primeira década do século XXI

No governo de Lula da Silva, surge grande expectativas de mudanças estruturais na Educação Profissional brasileira. Em 2004, o presidente reportou aos seus discursos eleitoral e respondeu aos anseios e pressões populares, revogando o Decreto nº 2.208/97 com uma nova edição dada pelo Decreto de nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Estabeleceu assim, a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico profissional.

Fato este, que apresentou uma maior flexibilidade nas relações do ensino médio e da educação técnica profissional em relação ao decreto anterior revogado. Contudo, uma vez que houve agregação na formação integrada e, também na educação profissional de formação concomitante e subsequente. Entretanto, Frigotto, Ciavatta e Ramos, (2005^a, p.21), afirmam que, essa aprovação do decreto sucessivo, não descaracterizou o desmonte produzida na década anterior.

Esse decreto não teve, portanto, a capacidade política de promover um novo paradigma da Educação Técnica Profissional. Embora houve a formalização da quebra de paradigma admitindo a necessidade de integração ao ensino médio regular. Mas na realidade apresentou muitas dificuldades no rompimento de modelos retrógrados e ultrapassados do Decreto nº 2.280/97.

Em 2008, houve a promulgação da Lei nº 11. 741 de 16 de julho, que alterou os dispositivos da LDBEN, no intuito de redimensionar e institucionalizar a integração de ações da educação técnica profissional técnica de nível do ensino médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica.

A nova terminologia de Educação Profissional e Tecnológica passa a integrar os seguintes cursos, de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação

profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, conforme consta no parágrafo segundo do art. 39. (Brasil, 2008) disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm> acesso em 27/03/2018.

Nesta lei houve constatação de orientações mais claras e efetivas para a Educação profissional técnica de nível médio, e para a educação tecnológica de graduação e de pós-graduação. Entretanto, não existem orientações quanto a formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Deixando assim, um fosso que poderia levar as várias interpretações e conseqüentemente, realizar qualificações profissionais de diversos níveis de qualidade.

Com esta Lei, os conteúdos do Decreto 5.154/2004 foi incorporado ao texto da LDBEN, mas mantendo ainda, os cursos técnicos na modalidade concomitante e subseqüente trazidas pelo Decreto nº 2.208/97.

Ainda em 2008, ocorreu mais transformações na educação profissional e tecnológica. Houve a assinatura do então presidente Lula, da Lei 11. 892, publicada no DOU em 30 de dezembro do mesmo ano. Esta foi a Lei que instituiu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Nessa composição os Institutos Federais, a partir de várias instituições peculiares (Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnica e CEFETs) e, também a criação de novos campi no país. Houve nesse período uma heterogeneidade de estruturas advindas de diversas realidades. Daí a necessidade Integração local, regional numa visão do desenvolvimento socioeconômico e sustentável para o país. Essas instituições passaram a ser campus, vinculados a sedes chamadas de Reitorias, localizadas nas capitais da federação da República Brasileira.

A adesão aos IFETs foi opcional, ficando na responsabilidade de cada instituição. Houve um chamamento público no MEC/SETEC nº2/2007 cuja proposta teve como objeto, analisar e selecionar propostas de constituição do IFES no território nacional, conforme adesão de cada ente. Foi estabelecido também prazos de 90 dias para aderir e dar sugestões nos seus projetos. O resultado da seleção do chamamento público ocorreria no dia 31 de março de 2008.

Assim, nasce o Projeto de Lei de criação dos Institutos Federais numa acirrada pressão ao governo.

Com a criação dos IFETs, o governo amplia o quantitativo das instituições de educação profissional em todo o território nacional, viabilizando a interiorização da educação profissional e tecnológica através da criação de novos campi. Relevante também apresentar o conteúdo conceitual que envolveu a questão da territorialidade na origem dos Institutos Federais, conforme Lei de criação.

Diante desse quadro, o MEC fez a unificação de no máximo todas as autarquias diferentes em um mesmo Estado, a partir de identidades socioeconômicas de uma mesma região e ou localidade. Assim, não há unidade que esteja fora da subordinação da Reitoria localizada por região no país. A exemplo do IFMA, os campi dos diversos municípios maranhenses, estão subordinados à Reitoria que fica na capital São Luís no Maranhão.

Os Institutos Federais apresentam uma organização pedagógica verticalizada, da educação básica até a pós-graduação. Dessa forma, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para tornar singular o seu desenho curricular.

Neste aspecto, foi instituído um novo paradigma para a educação, denominada de Educação Profissional e Tecnológica, que agrega possibilidades de ofertar cursos educativos nos quais são necessárias grandes reestruturações para os novos modelos diversos de ofertas nos cursos e de um percentual fixado para cada modalidade de ensino na formação. Nesse caso, os Institutos Federais são levados a assumir uma identidade diferentes de suas instituições de origem.

Torna-se necessária questionar a autonomia dos Institutos Federais ao deparar com a obrigatoriedade destes percentuais, a título ilustrativo de 20% reservados aos cursos de licenciatura, o que saí da entoação dos hábitos tradicionais que ofertava vagas somente para a educação profissional. Nessa questão é inegável explicitar a importância de formação de docentes competentes para integrar as escolas do país.

Para tanto, a Lei 12. 677, de 2012, fez alterações naquela Lei, onde em seu art. 2º que diz “os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional,

pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, baseado na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, nos termos desta lei. Nesta última Lei também, trouxe no seu arcabouço, vários cargos e funções criadas para a estruturação dos Institutos Federais. (BRASIL, 2012) disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm#anexo> acesso em 27/03/2018.

No âmbito de sua atuação regional, os Institutos Federais têm, autonomia para exercer o papel de instituições acreditadora e certificadora de competências profissionais. Portanto, a instituição é autônoma para criar e extinguir os cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para o registro de diplomas dos cursos por eles oferecidos mediante autorizados pelo o seu Conselho Superior, aplicam-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Além de todas essas diversidades de cursos, previstos na Lei, configura-se também, a criação de Programas específicos para esta modalidade de ensino. Dessa forma, a criação dos Institutos Federais marcou uma expansão além da territorialidade, para uma diversificação de ofertas de cursos formativos. O texto legal explicitou, uma educação voltada para atender demandas produtivas que, em tese, está em consonância com os diversos setores socioeconômicos, o que retrata a continuidade da Educação profissional tecnológica.

Assim em 2011, surge uma política pública voltada para a população mais excluída desse processo formativo do ensino técnico de acordo com as demandas surgidas no governo de Dilma Rousseff. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

2.3 A Política Pública do PRONATEC

Uma política pública é uma ação de governo dentro de um processo composto por um conjunto de metas/atividades que visa atender demandas da sociedade. Essas atividades partem

de decisões tomadas por autoridades detentores de legitimidades de acordo com as normas legais.

As políticas públicas são, então, programas de ação governamental com a finalidade de oferecer benefícios para a sociedade, tal como transporte público, abastecimento de água e energia elétrica, alimentação, saúde, educação. Enfim, trata-se de ações que o governo realiza para viabilizar as condições básicas de sobrevivência da sociedade que governa. (VIANA, 2016 p.7)

É importante, que as relações de etapas sobre as construções de políticas públicas são implementadas por diversos instrumentos de orientação e diretrizes transformadas em ação. Nesse aspecto, as políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos de lei, campanhas publicitárias, dentre outro. Assim, o PRONATEC, é uma política pública. Portanto, suas ações na Educação Profissional, devem ser conhecidas pela sociedade em geral.

Relevantes ações voltadas para a Educação Profissional (EP) foram desencadeadas a partir dos anos finais da primeira década deste século, fundamentadas, nos marcos da expansão e da privatização da esfera educacional. Nesse contexto, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pela Lei nº 12.513/2011, veio para consolidação de uma política pública de qualificação profissional, sendo considerada prioritária pelo governo do país. Pois esse programa chegou capilarizado, despertando aos jovens a esperança de empregabilidade e ascensão profissional para os diversos setores do mercado de trabalho.

Para corroborar neste assunto, as autoras Caires et al (2016 p. 169) diz que:

Em 2011, também, foi promulgada a Lei nº 11.523, de 26 de outubro, que estabeleceu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a finalidade de ampliar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, contando com ampla participação do denominado Sistema S.(Brasil 2011^a) cit in Caires et al (2016).

A partir dessa ampliação surge a necessidade de organizar a rede que irá ofertar os cursos profissionalizantes pelas instituições parceira e pelos Institutos Federais. A princípio o maior demandante foi a iniciativa privada, através do demandante do Sistema S, de acordo com cada categoria de representatividade. Portanto, de acordo com o artigo segundo da Lei, o PRONATEC foi focado ao atendimento prioritariamente aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da EJA; trabalhadores, beneficiários dos programas federais de

transferência de renda; e estudantes que tenham cursado o Ensino Médio completo, em escolas da rede pública ou em instituições privadas, na condição de bolsistas integral.

Nesse aspecto sua oferta mais transparente foi os Cursos técnicos e os FICs através da modalidade bolsa-formação (estudante e trabalhador). Este programa foi uma iniciativa do governo federal despertar na classe trabalhadora grande esperança de mudar os rumos profissionais de uma parcela da população. Os jovens é o principal alvo dessa política pública, na medida em que o setor da sociedade mais sensível ao desemprego e maior ocupador de funções precarizadas no mercado de trabalho.

Desse modo, esta foi uma iniciativa que surgiu para mudar o quadro de colocação de oportunidades de capacitação profissional ao mercado de trabalho. Este programa também veio com o papel de certificar os jovens egressos que após conclusão dos cursos profissionalizantes, terão melhores oportunidades profissionais de inserção no mercado de trabalho e, possibilidades de desenvolvimento educacional ampliando os horizontes para as conquistas sociais de cidadania.

As ações do Pronatec, são ofertadas em diversas instituições públicas e privadas e chama atenção sua presença nos Institutos Federais, como acontece no IFMA do Maranhão, onde desde a sua criação foram ofertados cursos técnicos, integrado, concomitantes, subsequentes e os FICs através dessa política pública. Assim, foi estimulada a expansão de vagas ofertadas as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Federais, Estaduais e Municipais de Educação, e, também, articular com o Sistema Nacional de Emprego e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM nos termos da Lei 11.692, de 10 de junho de 2008. Essa ação foi incluída pela Lei de nº 11.816, de 2013. (Brasil, 2011 cit in Caires et al 2016).

Esta ação governamental, foi desdobrada em várias ações e principalmente pelas pessoas que apresentam vulnerabilidades sociais. Esses cursos são financiados pelo governo federal que pretende combater as desigualdades sociais que envolvem a educação e o trabalho, mas passa por uma estrutura complexa para sua implementação. Diante disto, foi anunciado pelo governo que:

O governo federal anuncia que, por meio desse Programa, proporcionou mais de 8 milhões de matrículas, no período de 2011 a 2015, com, aproximadamente, 2,3 milhões em cursos técnicos na forma concomitante e 5,8 milhões em cursos de formação inicial e continuada (FIC). Esses últimos de curta duração e com carga horária a partir de 160 horas. MELO & MOURA (2016)

Contudo, o Pronatec tem como objetivos declarados:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013) (BRASIL, 2011, p. 1).

Uma leitura superficial dos objetivos anunciados pode nos levar ao entendimento de que o Programa traz aspectos muito positivos para a expansão e o fomento à Educação Profissional. Não obstante, faz-se necessária uma análise mais profunda quanto aos fundamentos desse Programa, buscando ir além de sua aparência, ou seja, assumir a tarefa de desvendar a sua essência.

A Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação (CNTE, 2011), diz que o PRONATEC oferece riscos da Educação Profissional, em relação as questões que não dimensiona e nem flexibiliza o papel do Estado em ofertar educação gratuita e pública da formação profissional e tecnológica no ensino médio; estimula a reserva do mercado educacional, direcionando o aluno para o ingresso nos financiamentos estudantis; contrapõe o recente acordo para o aumento do número de matrículas gratuitas, no Sistema S; inibe a expansão de instituições públicas de Educação Profissional; e promove o reducionismo curricular na formação para o trabalho, através de Cursos de Qualificação Profissional de curta duração, nos casos dos FICs. (Caires et al 2016 p. 171).

Também Silva (2012), critica o PRONATEC, devido transferir os recursos públicos para as instituições privadas, e de outro modo, ofertar cursos pontuais, pragmáticos, de curta duração e descomprometidos com a formação de qualidade, usando os recursos pagos pelos

impostos do povo brasileiro para negociatas de bastidores. Ele chama atenção que o Sistema S é administrado por Confederações nacionais da indústria e do comércio (CNI e CNC), estas entidades há anos vivem às custas de recursos parafiscais, e o programa citado, negociados pela lógica do capitalismo selvagem, oferece cursos rápidos, frágeis do ponto de vista formativo e desarticulado da formação geral, humanística e científica, do ensino médio. Esses cursos são inviáveis para atender as demandas do mercado. (Silva, 2012 cit in Caires et al 2016 p. 171 - 172).

Entretanto, as autoras também referenciam o estudo de caso, do PRONATEC, feito por Contarine e Oliveira (2014), estudo este, numa instituição ligada ao Sistema S vinculada ao SENAI, o mesmo evidenciou que os sujeitos pesquisados, apesar de reconhecerem algumas limitações do programa, fizeram uma avaliação positiva em relação a essa política pública. Sintetizaram da forma seguinte: de acordo com a realidade socioeducacional brasileira, resultou em um histórico processo de dualismo educacional, ofertar cursos técnicos de qualidade significando a capacidade de muitos jovens carentes se qualificarem para o mercado de trabalho. Assim, nessa área de profissionalização, tem se o desejo de formar técnicos capacitados, neste âmbito os jovens, para a sua inserção no mundo do trabalho. Neste contexto toda a crítica de muitos autores pode ser minimizada. Dentre, não ter ou ter os cursos técnicos profissionalizantes, o melhor é tê-los mesmo que de forma desconexa com o mundo do trabalho. (CONTARINE; OLIVEIRA, 2014 P. 124-125 cit in Caires et al 2016 P. 173).

Por outro lado, Fidalgo et al (2010), afirma que a educação só pode ser analisada, de forma correlacionada com o ensino médio, no qual tem vínculo ou não vínculo ao longo de sua história. No entanto, o ensino médio sofre oscilações quanto aos objetivos e definições. Tradicionalmente vem tendo um caráter acadêmico, formando sujeitos de formação desinteressada, uma educação de adorno, direcionada para o ingresso no ensino superior. Entretanto, a educação profissional, destina-se a camadas menos favorecidas, sendo quase sempre marginalizada e estigmatizada, assumindo tanto um caráter assistencialista e de preparação para um ofício, quanto um cunho pragmático, de atendimento aos interesses do setor produtivo. (Fidalgo et al, 2010 p. 168).

A grande maioria das pesquisas enfatizam que a Reforma da Educação Profissional afetou, radicalmente, a qualidade do ensino ministradas pelas instituições, sobretudo por

inviabilizar a prática da educação tecnológica, consubstanciada na integração entre educação geral e a profissional (ensino médio e ensino profissional), historicamente valorizada e reconhecida pelos setores societário e produtivo.

III. ESTUDO EMPÍRICO

1. O Contexto e os Participantes

O projeto de pesquisa envolveu jovens egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias, localizada no estado do Maranhão, Brasil. O programa faz parte de uma parceria entre o IFMA Campus Centro Histórico e o Cesjo – Centro de Ensino São José Operário. Este possui um Centro de Formação Técnico Profissional destinado a jovens e adultos daquela comunidade. Essa comunidade fica em um bairro chamado de Cidade Operária, um bairro populoso onde são demandados os jovens oriundos das escolas estaduais de nível médio regular para o ensino técnico profissional de Técnico em Logística, na forma concomitante ao Ensino Médio, na modalidade presencial. Atualmente já formou desde o ano de 2013 várias turmas em parceria entre o IFMA, campus Centro Histórico – Unidade Remota São José Operário CESJO.

No entanto, o curso no período de sua implementação pelo PRONATEC, no qual disponibilizou 40 vagas por turno: manhã, tarde e noite, com uma carga horária de 1.000 horas/aulas, divididos por módulos (I – 240 h, II – 260 h, III - 240, IV – 260 h) onde teve início em 23 de agosto de 2013. O curso tem como objetivo formar profissionais capazes de gerenciar a logística e as ações relacionadas a armazenagem, controle e distribuição e transporte.

Nesse sentido, o curso visa formar técnicos em logística. Considerando suas capacidades e competências estabelecidas da referida área no mercado de trabalho, usando as metodologias e tecnologias contemporâneas de gestão, garantindo assim a prestação de um serviço de qualidade no mundo do trabalho.

Este curso está em uma área de atuação que carece de profissionais capacitados, para ter uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho e desenvolver sujeitos capazes de assegurar o conhecimento técnico para um excelente desempenho profissional.

No corpo docente do curso inclui professores que são selecionados através de editais divulgados no site da instituição, conforme necessidade dos módulos e das disciplinas que integram o currículo do curso técnico. Os perfis dos docentes que participarão nesta pesquisa, serão colocados em um quadro demonstrativo dos professores que ministraram aulas nas disciplinas do curso de técnico em logística, conforme documento consultado no Plano de Curso. Quanto aos objetivos desta pesquisa, serão convidados egressos dos cursos técnicos em

logística dos três turnos, pretendemos ter respostas positiva dos mesmos no interesse em participar deste estudo.

1.1 Perfil do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia/Brasil

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets).

Desde seu início como instrumento de política voltado para as 'classes desprovidas', a Rede Federal se configura hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Foi na década de 1980 que um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços. Para atender a essa demanda, as instituições de educação profissional vêm buscando diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta.

Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

Em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (Brasil/MEC,2016) disponível em <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>> acesso em 29/06/2017. A Rede Federal vivenciou a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. **Instituições:** Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros Federais de Educação Tecnológica; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Colégio Pedro II.

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Em unidades

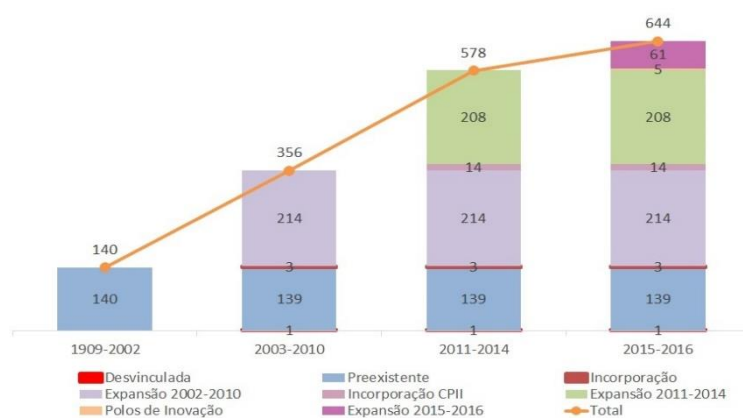


Figura 3 – Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> acesso em 0

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por quantidade de Municípios/atendidos:



Figura 4 – Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> acesso 06/06/2017.

No âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação é constituída pelas seguintes

instituições especificadas acima e está em funcionamento através de seus campi em todos os estados, com mais de um campus, conforme figura 5.



Figura 5 - Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>> acesso em 06/06/2017.

1.2 Perfil Institucional do IFMA no Estado do Maranhão

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnica Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras, começou a ser construída no século XX. No dia 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7.566, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados. As Escolas foram criadas com o intuito de proporcionar às classes economicamente desfavorecidas uma educação voltada para o trabalho, sendo a do Maranhão instalada em São Luís no dia 16 de janeiro de 1910. (PDI, 2014 p.15)

Portanto, no ano de 1937, em meio a mudanças, provocadas pelas disposições constitucionais, que remodelaram o esboço educacional do país, e com este esboço da educação para o trabalho, a Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão recebeu a denominação de Liceu Industrial de São Luís, passando a funcionar no bairro do Diamante. Em 1936 foi lançada a pedra fundamental do prédio que atualmente abriga a sede do Campus São Luís - Monte Castelo, extinto CEFET-MA. Foi, também, no início dessa década, mais especificamente no ano de 1930, que se criou o Ministério da Educação e Saúde a quem o ensino industrial ficou

vinculado, permanecendo, entretanto, o ensino agrícola sob a tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. (Idem p.16)

Em 30 de janeiro de 1942, com a necessidade de responder às novas demandas educacionais no setor industrial, em face da intensificação do processo de substituição das importações, ditada pela dinâmica da produção dos países industrializados durante a Segunda Guerra Mundial, o Decreto-lei nº 4.073 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Nesse contexto, criaram-se as Escolas Técnicas Industriais. No mesmo ano, por meio do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, instalou-se a rede de escolas técnicas federais. Com isso, o então Liceu Industrial de São Luís transformou-se na Escola Técnica Federal de São Luís.

A exclusão do ensino agrícola de um tratamento legal gerou muito protesto dos trabalhadores do campo e dos setores produtivos rurais. Assim, em 20 de agosto de 1946, aprovou-se, também, por meio do Decreto-Lei nº 9613, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. E, já sob os auspícios da nova Lei, no ano seguinte, em 20 de outubro de 1947, o Decreto nº 22.470 estabeleceu que fosse criada uma escola agrícola para o Estado do Maranhão. (Idem p.16)

Na década de 50 do século XX, em virtude das novas demandas que se inseriam no processo de produção brasileiro, retomou-se a discussão da dualidade escola propedêutica e escola profissional. No seio dessa discussão havia o acordo MEC-USAID, firmado entre os Estados Unidos e o Brasil. Como consequência desse acordo, surgiram novas diretrizes, em 1956, para o ensino agrícola.

Essas diretrizes se propunham, entre outras, incentivar: programas de extensão educativa, cursos de economia rural e doméstica, adoção de processo científico para a seleção de candidatos, com aplicação de testes de inteligência e vocacional, e implantação de cursos ‘vocacionais’ nos níveis ginásial e primário, em regime de cooperação com os proprietários agrícolas da circunvizinhança. A plena equivalência, porém, só aconteceu na década seguinte, com a promulgação, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Idem P. 16)

Após a Golpe Militar de 1964, sob a influência do capital internacional e da hegemonia política e cultural dos Estados Unidos da América, promovendo um desenvolvimento no país de forma não autossustentável, e com um grande endividamento externo, o governo militar reformulou a LDB e generalizou o ensino profissional em ensino médio (na época, ensino de segundo grau), por meio da chamada “profissionalização compulsória”.

Todos os cursos passaram a ter um caráter profissionalizante, mas que, na prática, por falta de estrutura física, laboratórios e equipamentos só atendiam às disposições legais e às motivações político-eleitorais e não às demandas reais da sociedade. Na verdade, esta lei teve, entre outras prioridades, a função refradora, isto é, a de conter o aumento da demanda de vagas para os cursos superiores.

Nos primórdios da década de 70, foi criado o Departamento de Ensino Médio (DEM), reunindo as diretorias do ensino agrícola, comercial, industrial e secundário. As disputas políticas, travadas dentro deste departamento, em virtude da preservação de interesses dos setores produtivos, envolvidos, principalmente, dos advindos da industrialização agrícola, propiciaram, no ano de 1975, a criação da Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), com a finalidade de coordenar a educação agropecuária, ao nível de segundo grau no Sistema Federal de Ensino.

A principal ação dessa coordenadoria foi a implantação do sistema Escola-Fazenda, que tinha como princípio ‘aprender a fazer e fazer para aprender’. Para ajustar-se ao novo sistema, em 4 de setembro de 1979, pelo Decreto nº 83.935, o Colégio Agrícola do Maranhão transformou-se na Escola Agrotécnica Federal de São Luís.

Em 1982, por força do fracasso, advindo da profissionalização compulsória, a Lei nº 5692 foi modificada, tornando facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau. Mais uma vez, retoma-se a dualidade estrutural. A referida mudança trouxe novas expectativas para o ensino técnico de nível médio, dentre elas a necessidade de junção de todas as modalidades de ensino.

A extinção da COAGRI acumulou a gestão do ensino profissional no MEC e obrigou um realinhamento das forças em disputa, resultando na transformação da SESG em SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica, cabendo à mesma as atribuições de estabelecer políticas para a Educação Tecnológica e exercer a supervisão do Ensino Técnico Federal. Este processo resultou na transformação das Escolas Agrotécnica Federais em autarquias por meio da Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993.

No ano de 1994, a Lei Federal nº 8.984 instituiu no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que transformou todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). A mudança abriu caminho para que as Escolas Agrotécnicas Federais, também, reivindicassem sua integração ao sistema, o que, efetivamente, só ocorreu a partir de 1999.

Em 1988, após a promulgação da nova Constituição Federal, a chamada Constituição Cidadã, começaram os debates sobre a construção da nova LDB. Depois de vários entraves, oriundos de disputas corporativas, a nova LDB foi promulgada no ano de 1996 e o ensino profissional tomou forma própria ao ser tratado num capítulo à parte. As escolas técnicas foram contempladas, na ocasião, com a prerrogativa legal de oferecerem seus cursos também de forma concomitante ou sequencial à educação básica. Sua função não era mais de substituir a educação básica, nem com ela concorrer. Era de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, para continuar aprendendo, preparado para o trabalho e para a cidadania. (Idem p 18)

Em 1997, o Decreto nº 2.208 regulamentou os artigos da nova LDB que tratavam especificamente da educação profissional. Iniciou-se, a partir daí a chamada Reforma da Educação Profissional, de ideário neoliberal, que ocasionou uma série de mudanças no sistema federal de ensino. A principal delas foi a retomada da dualidade estrutural pela separação entre formação geral e formação profissional.

No ano de 2004, foi editado o Decreto nº 5.154, em substituição ao de nº 2.208, que eliminou as amarras para a organização curricular, pedagógica e oferta de cursos, estabelecendo a possibilidade da integração curricular entre formação geral e formação profissional. Abriu-se, também, a possibilidade de as Escolas Agrotécnica Federais ofertarem cursos superiores de tecnologia.

Quadro 1 – Quadro comparativo: Decreto 2.208/97 e Decreto 5.154/04

Decreto 2.208/97	Decreto 5.154/04
A educação profissional é desenvolvida em três níveis: básico, técnico e tecnológico (at. 3º)	A educação profissional é desenvolvida por meio de cursos e programas de: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissão tecnológica, de graduação e de pós-graduação (Art. 1º).
A educação profissional de nível técnico deve ter organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este (Art. 5º).	A educação profissional técnica de nível médio (...) será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, através da forma integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio (Art. 4º).
Limite de 25% do total da carga horária mínima, conferida ao ensino médio, para aproveitamento no currículo da habilitação profissional (Art. 5º).	Não prevê limite para aproveitamento da carga horária do ensino médio para a educação profissional.

Fonte: Fidalgo et al 2010, p. 177).

Portanto, de acordo com o Decreto 5. 154 foi relevante em abrir o estabelecimento de possibilidades de integração entre ensino médio e a educação profissional, promovendo a

extinção do nível básico, no qual foi criticado aceitar alunos sem qualquer escolaridade e determinou a eliminação o ensino modular que fragmentava e conferia um caráter no ensino pontual. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005 cit in fidalgo et al 2010, p.178).

No ano de 2006, na intenção de alavancar o desenvolvimento de regiões, geograficamente delimitadas do interior do país, por meio do incremento dos processos de escolarização e de profissionalização de suas populações, o governo federal criou o Plano de Expansão da Educação Profissional – fase I, com a implantação de escolas federais profissionalizantes, em estados ainda desprovidos delas, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes dos centros urbanos.

No ano de 2007, veio a fase II, com o objetivo de criar uma escola técnica em cada cidade-polo do país. A intenção era cobrir o maior número possível de mesorregiões e consolidar o compromisso da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Com o crescimento do sistema, surgiu a necessidade de sua reorganização. Em decorrência disto criaram-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles, o do Estado do Maranhão – IFMA. O Instituto do Maranhão foi criado, agregando 18 unidades (Campi) da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Maranhão. Dentre eles o Campus do Centro Histórico.

O IFMA tem como missão: Promover educação profissional, científica e tecnológica, por meio da integração do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação do cidadão e no desenvolvimento socioeconômico sustentável. E, Visão: Ser reconhecida como uma instituição de excelência em educação, ciência e tecnologia, formadora de cidadãos críticos, promotores da transformação social. E os seus Valores: a) Respeito à democracia e à ética; b) Formação para a cidadania; c) Postura investigativa, inovadora e empreendedora; d) Qualidade, excelência e efetividade; e) Responsabilidade socioambiental. (PDI, 2014).

1.3 Organização Didático Pedagógica Geral do IFMA

1.3.1 Diretrizes Curriculares Internas

De acordo com as diretrizes curriculares interna, conforme consta em seu PDI (2014), é constituída por uma educação afinada com uma cidadania ativa e crítica proposta esta, que busca sujeitos pensantes nos processos integrativos e formativos que serão desenvolvidos pela instituição. Nesse sentido o IFMA estabelece como diretrizes curriculares:

- No desenvolvimento das atividades formadoras dos Campi, ensino, pesquisa e extensão devem acontecer de forma totalmente integrada e articulada.
- A oferta dos cursos da educação profissional deve respeitar as diversidades e peculiaridades regionais, dando suporte aos arranjos produtivos socioculturais locais.
- Os cursos da Educação Profissional técnica de nível médio devem ser ofertados prioritariamente na forma integrada ao ensino médio.

Os cursos integrados devem permitir o diálogo entre os conhecimentos científicos, sociais e humanísticos (bases científicas) e os conhecimentos e habilidades relacionados ao trabalho (bases tecnológicas). Todos os seus componentes curriculares devem receber tratamento integrado, na perspectiva de inter-relação das diferentes áreas do conhecimento e na relação teoria e prática.

O curso de educação técnica de nível médio, realizado na forma integrada ao ensino médio, deve ser considerado como um curso único, desde a sua concepção curricular plenamente integrada e ser desenvolvido como tal em toda a extensão da prática educativa, na qual se inclui o planejamento e as atividades didáticas. A construção dos Planos de Curso deve envolver tanto os professores das bases científicas como os das bases tecnológicas de modo que, juntos, possam prever os componentes curriculares, conteúdos e cargas horárias, mantendo as necessárias inter-relações e a coerência de conjunto dentro de uma concepção metodológica que priorize a interdisciplinaridade e a contextualização como princípios pedagógicos. (PDI, 2014 p.45).

A organização curricular deve ser preferencialmente feita a cada semestre e o tempo de duração será de até três anos, tanto para o técnico de nível médio quanto para a modalidade EJA. A otimização desse tempo escolar pressupõe ações efetivas de articulação interdisciplinar, voltadas para o desenvolvimento de conhecimentos, saberes, habilidades, valores e práticas e, ainda, a articulação entre teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais, relacionadas com o contexto e a problemática do desenvolvimento local, buscando-se concretizar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

- O Instituto, por intermédio de seus Campi, deve desenvolver ações e fomentar o diálogo com órgãos governamentais e não-governamentais, na perspectiva da Educação do Campo de modo a garantir a educação escolar e profissionalização da população do campo nas suas mais variadas formas de produção da vida.

Instâncias de reflexão e debate devem ser também criadas pelos Campus, envolvendo a comunidade local, os movimentos sociais e os gestores públicos da educação. Nesse sentido, devem ser criados grupos de estudo e previstos canais de comunicação entre os Campi para socialização de experiências e de conhecimentos próprios das comunidades rurais e dos arranjos produtivos locais.

Gestões podem ser feitas pelos Campus, junto às Secretarias Municipais de Educação para inclusão no currículo do ensino fundamental de conteúdo / disciplinas, voltados para os “saberes da terra”, de modo a atender as demandas da agricultura familiar, bem como da adoção de procedimentos adequados, no atendimento às populações rurais em cursos da modalidade de EJA e FIC.

Para tanto é necessário que esses conteúdos e procedimentos metodológicos sejam objeto de estudo e prática pedagógica dos alunos dos cursos de licenciatura, oferecidos nos Campus. Os Campus devem prever o desenvolvimento de ações de formação inicial e continuada de trabalhadores das populações rurais, atentando para as demandas e características da localidade.

- Desenvolver estudos e estimular a pesquisa em torno de categorias vinculadas à educação profissional e tecnológica, na perspectiva de qualificar o debate permanente em torno das Diretrizes de Formação.

Cada Campus deve fomentar a constituição de grupos de Pesquisa, priorizando questões conceituais e metodológicas que envolvem a educação profissional, assim como o debate em torno dos processos culturais, social e econômico locais, com foco no estudante, na perspectiva de subsidiar a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos.

- Implementar ações afirmativas, tendo em vista deflagrar uma política institucional de Educação Inclusiva, admitida como cultura coletiva e não como ação exclusivamente da gestão.
- Ampliar a oferta de educação a distância, de modo a contribuir para o acesso e a democratização do ensino em seus diferentes níveis e modalidades, e ainda promover ações de formação continuada para os professores.

Na educação a distância, o uso dos recursos e das tecnologias nos diferentes níveis e modalidades deverá integrar o ambiente do ensino e da aprendizagem, como meio educativo e formador, cumprindo a função social da educação, resguardando a interatividade entre as pessoas, o foco nos princípios pedagógicos da interdisciplinaridade e contextualização, a

difusão da cultura, respeitando as diversidades, além de favorecer a superação das distâncias geográficas, das relações espaço e tempo, permitindo a qualificação dos sujeitos.

Nesse sentido devem desenvolver estudos para aperfeiçoar as ferramentas de interação e acompanhamento do aluno no ambiente virtual e as metodologias de ensino a distância.

1.3.2 Estruturação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFMA

A organização curricular dos Cursos Técnicos deve prever o desenvolvimento de conhecimentos profissionais sintonizados com o respectivo setor produtivo, por eixo tecnológico estruturador. E, ainda, na organização e gestão do currículo, deve-se optar pela abordagem interdisciplinar e contextualizada, viabilizada pelo trabalho docente e técnico, desenvolvidos coletivamente, planejado previamente, de modo integrado e pactuado com professores e alunos. (PDI, 2014 p.47).

A estrutura dos Planos de Curso, tanto em nível técnico quanto em nível tecnológico, deve obedecer ao previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e Resolução CNE/CP nº 03/2002 respectivamente). E, no caso dos cursos integrados na modalidade de EJA, o disposto no Decreto nº 5.840/2006.

Na elaboração dos Planos de Cursos Técnicos, na forma integrada, deve ser observado, ainda, o que segue: A Filosofia, Sociologia e Arte devem ser oferecidas, pelo menos, em um semestre a cada ano letivo.; A Língua Espanhola deve ser oferecida obrigatoriamente, atentando-se para o seu caráter de disciplina optativa pelo aluno.

Os conteúdos referentes à história, à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas devem ser ministrados com base na interdisciplinaridade e contextualização, de modo especial, na Língua Portuguesa, História, Arte, Sociologia e Geografia, perpassando pelas demais disciplinas do currículo.

A Educação Ambiental como prática educativa integradora deve ser desenvolvida de forma transversal ao longo das três séries dos cursos. Nos cursos integrados na modalidade de jovens e adultos, a metodologia didático-pedagógica deve adequar-se às características desses “sujeitos das aprendizagens”, compreendendo e favorecendo as suas lógicas de aprendizagens.

Na Educação Superior, a estrutura dos Projetos Pedagógicos deve conter, pelo menos, os seguintes itens: **Justificativa**- considerando, entre outros, a população do ensino médio regional, a quantidade de vagas ofertadas no ensino superior e a demanda pelo curso; **Objetivo** – indicando os compromissos institucionais em relação ao ensino, a pesquisa, a extensão e ao perfil do egresso; **Perfil do Egresso** – plenamente definido e mantendo coerência com os objetivos do censo e com as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais; **Número de Vagas** – adequado à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES; **Período de Integralização mínima e máxima do curso** (Bacharelado: Parecer CNE/CES nº 08/2007 e Resolução CNE/CES nº 02/2007; Licenciatura: Parecer CNE/CP nº28/2001 e Resolução CNE/CP nº. 02/2002); **Concepção Pedagógica** – explicitando as concepções teóricas que norteiam o projeto pedagógico do curso; **Organização Curricular** – explicitando a metodologia definida para o desenvolvimento das atividades do curso (não esquecer o compromisso com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos críticos), a matriz curricular, o ementário das disciplinas e os critérios e procedimentos de avaliação de alunos;

Na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos observar-se-á nas licenciaturas a inserção de Educação das Relações Étnico-Raciais e temáticas que dizem respeito aos afro-brasileiros e indígenas e a inserção de LIBRAS como disciplina obrigatória. Nos demais cursos deverá ser incluído LIBRAS como disciplina optativa, conforme preceitua o Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.

A organização pedagógica e curricular dos projetos dos cursos superiores, deverão contemplar a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem a modalidade semipresencial, com base no art. 81 da LDB, e no disposto da Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Os projetos pedagógicos devem atentar, no caso da educação ambiental, para as disposições da Lei nº. 9.795/99, que estabelece a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional.

No caso das licenciaturas, os cursos devem ser organizados em tempo máximo de 4 (quatro) anos e os de tecnólogos em tempo máximo de 3 (três) anos. **Corpo Docente** – relação dos professores e suas respectivas titulações; **Instalações Físicas** – descrição das instalações, incluindo os Laboratórios Específicos, destinados à realização de aulas práticas e relação dos livros da Biblioteca (previsão de atendimento aos programas das disciplinas, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até seis (6) alunos previstos para cada turma). Cada Campus poderá estabelecer a duração dos seus cursos em termos de hora/aula, desde que garantam a carga horária total mínima, estabelecida nas Diretrizes Curriculares que é sempre posta em termos de hora/ relógio (60 minutos).

1.3.3 Perfil Institucional do IFMA/Campus São Luís Centro Histórico.

O Campus São Luís – Centro Histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) integra a fase I do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, tendo a sua autorização de funcionamento em 30 de janeiro de 2008. Localizada na região norte do estado maranhense, a cidade de São Luís conta com uma população de 1.014.837 habitantes, área de 834,785 km² e IDH 0.768. Do ponto de vista econômico, a cidade de São Luís concentra **arranjos produtivos focados nos setores da indústria, comércio, turismo**, entre outros.

Este campus está localizado na Rua Afonso Pena, 174, antiga Rua Formosa, no Centro Histórico da cidade de São Luís, estado do Maranhão. Atualmente funciona em um sobrado do século XIX de estilo colonial e, tem como **missão, promover a produção do conhecimento, através do ensino, pesquisa e extensão, qualificando cidadãos críticos e capazes de atuarem na transformação da sociedade.**

Com uma vocação humanística, nasceu com o **objetivo de contribuir para a formação do indivíduo enquanto agente de desenvolvimento sustentável, sensível à arte e a cultura.** Recentemente ampliou sua área de atuação, ofertando, através do Núcleo Itaqui-Bacanga e Centro de Formação São José Operário - Cesjo, apesar desse anexo não constar no PDI da Instituição, cursos voltados para a indústria que irão atender, sobretudo, a comunidade daquela cidade. (PDI, 2014 p. 98). Disponível em < <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/pdi.pdf>> acesso em 23/06/2017.



Fonte: <http://wikimapia.org/23042643/pt/IFMA-Instituto-Federal-do-Maranh%C3%A3o-Centro-Hist%C3%B3rico#/photo/2500184> com acesso em 26/07/2017 às 22h:00min

Com a necessidade de expandir o campus tem todo um estudo projetado para sua implementação ao longo de seu funcionamento, apesar das dificuldades financeira de orçamento que os Institutos Federais enfrentam conforme quadro demonstrativo abaixo.

Quadro 33 - Plano Diretor de Reestruturação/Expansão do Campus São Luís- Centro Histórico

Natureza da Contratação	ANO				
	2014	2015	2016	2017	2018
OBRA	Construção do laboratório de mecânica no Núcleo Itaqui-Bacanga	Restauração de prédios localizados na Av. Senador Vitorino Freire; Compra de terreno e elaboração do projeto do prédio definitivo do campus; Elaboração do plano diretor	Construção da primeira fase do prédio definitivo do campus; Construção da primeira fase do prédio definitivo do Núcleo Itaqui-Bacanga	Construção da segunda fase do prédio definitivo do campus; Construção da segunda fase do prédio definitivo do Núcleo Itaqui-Bacanga	Construção da terceira fase do prédio definitivo do campus; Construção da terceira fase do prédio definitivo do Núcleo Itaqui-Bacanga
REFORMA	Reforma do prédio do campus, localizado na Rua Afonso Pena; Reforma do prédio anexo do campus, localizado na Rua da Palma;			Reforma do prédio do campus localizado na Rua Afonso Pena; Reforma do prédio anexo do campus localizado na Rua da Palma	Reforma do prédio do campus localizado na Av. Senador Vitorino Freire.

Figura 6- Fonte: (PDI, 2014 p. 99) disponível em <<https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/pdi.pdf>> acesso em 31/05/2017 as 22h:30min.

No quadro, a seguir, apresentam-se os projetos de extensão, por campi, que serão desenvolvidos no período de 2014 a 2018 no Instituto Federal do Maranhão.

PROJETOS DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE 2014 A 2018 DO CAMPUS CENTRO HISTÓRICO
Culminância da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (2014 – 2018)
Projeto Teatro
Projeto Teatro
Projeto de Palestras sobre Empregabilidade, Empreendedorismo, Estágio e Carreira

Fonte: elaborada pela autora conforme informações do PDI.

Como observamos nesta tabela o campus tem a preocupação em debater o assunto sobre empregabilidade e empreendedorismo com os seus discente, além de estágios e carreira. Isto, é importante para a temática, pois uma das abordagens deste estudo é a inserção desses jovens no mercado de trabalho e o seu desenvolvimento para a vida prática num contexto de sociedade inclusiva.

1.3.4 Perfil Institucional do Centro Educacional e Social São José Operário - Cesjo.

Em 1988, O Cesjo foi fundado em 10 de fevereiro, em São Luís Maranhão, no bairro da Cidade Operária, onde funciona até hoje. A instituição que mantém o Centro Educacional em processo orgânico, é uma entidade católica sem fins lucrativos que chegou no Brasil em 1961 e no Maranhão em 1983, o Instituto Pobres Servos da Divina Providência. Assim, o primeiro trabalho do Instituto em São Luís foi no Lar do Menor Dom Calábria, que fazia o acolhimento de crianças em situação de rua. O propósito do Centro de Formação, a princípio foi como forma de oferecer o acolhimento a jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, além das crianças.

Para tanto, o Cesjo tem uma área abrangente em vários serviços prestados à sociedade ludovicenses como: educação (Ensino Regular e Ensino Profissionalizante); Assistência Social (Reabilitação Clínica e Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência; Esporte, Lazer e Cultura (Taekwondo, Teatro, Rodas de Conversas, Futebol Cinco, Aula de balé para crianças). Apresentaremos de modo cronológico os serviços prestados pelo CESJO/Instituto Divina Providência.

Em 2007, a entidade foi ampliada para oferecer mais serviços à comunidade local, começou a prestar serviços de atendimento de reabilitação, capacitação e inclusão de pessoas com deficiência por meio de um Projeto Ariane, que oferecia cursos profissionalizantes e atendimento clínico e psicossocial.

Foi somente a partir de 2013, que o Lar Calábria passou a funcionar diretamente vinculado ao Núcleo de Acolhimento do CESJO, e recebe crianças e adolescentes em cinco Casas -Lares, mantidas pelo Instituto, por doações voluntárias e projetos específicos como um brechó beneficente, que recebe doações de roupas, calçados e outros objetos para comercialização a preços simbólicos para ajudar a manter as casas lares, onde vivem as crianças e seus cuidadores.

Em 2014, a entidade passa a oferecer atendimento especializados a pessoas com deficiência através do Centro Dia de Referência da Pessoa com Deficiência e suas famílias, inaugurado no dia seis fevereiro. Essa unidade faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e das ações do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Viver sem Limite. O serviço no Centro Dia de Referência, tem a capacidade de atender 30 usuários,

peças com deficiência em situação de dependência e sua família, por turnos de 4 horas diárias. Hoje, o Centro Dia conta com uma equipe de 10 cuidadoras, 3 técnicos e uma coordenação para atendimento dos 42 usuários que utilizam o serviço.

2. Metodologia de Projeto

Este trabalho de projeto assume como objetivo central conhecer a inserção dos alunos oriundos dos cursos técnicos profissionalizantes no mercado de trabalho em São Luís MA, sob o olhar dos discentes/jovens, dos professores e gestores do PRONATEC.

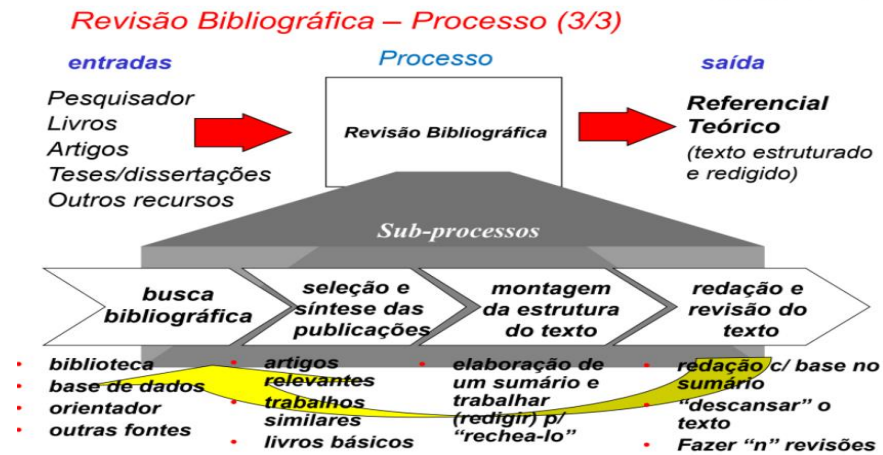
Importa que os Institutos Federais priorizem o foco nos alunos, em seus professores e gestores, pois estes são os principais, o capital humano que o ambiente escolar possui para uma excelente formação educativa.

A pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como principal objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos pelo trabalho investigativo. Assim, esta pesquisa tem a pretensão de apresentar linhas de ação para enfrentar os problemas num recorte específico, delimitado.

Trata-se de um estudo de caso. Segundo Barañano (2008) “o estudo de caso é um método de investigação utilizado no âmbito das Ciências Sociais que pressupõe uma apresentação rigorosa de dados empíricos, baseada numa combinação de evidências quantitativas e qualitativas”.

Após pesquisa e estudo bibliográfico fomos para outra etapa, que foi fazer um diagnóstico da situação. Não podemos esquecer como parte desta etapa, o uso da experiência profissional da investigadora, da revisão bibliográfica, da reflexão e da intuição para compreender o contexto e analisar as situações que surgiram ao longo do trabalho. Dado o número de pessoas que responderam o inquérito, optou -se pelo questionário no Google formulários pelo tempo que se tinha para a conclusão deste trabalho. Foram feitos 3 questionários, um principal que foi aos jovens egressos dos cursos técnicos profissionalizantes, outro para os professores e para os gestores que estão inseridos no PRONATEC, no campus IFMA/Centro Histórico/CESJO, objeto de estudo deste trabalho/projeto. Contudo, na definição de estratégias metodológica utilizamos um quadro de revisão bibliográfica da USP.

2.1 Estratégia metodológica



Fonte: Curso USP Metodologia da Pesquisa

Para viabilização desta investigação/pesquisa, fomos beber da fonte da informação, do estudo e do conhecimento. Buscamos fazer um curso na USP- Universidade de São Paulo a distância EaD, usando as tecnologias disponíveis através da internet de Metodologia da Pesquisa. Assim, este trabalho nasce de um projeto de pesquisa ainda na Especialização em um Curso de Docência e Gestão da Educação pela Faculdade Einstein - Facei, Salvador-Bahia, Brasil.

A pesquisa bibliográfica neste trabalho surge de uma investigação, de escolher um assunto, de uma revisão bibliográfica, de um tema proposto, da escolha de um método e da autenticidade da pesquisa. Seguimos o passo a passo, conforme o quadro da USP, uma hora ou outra ficávamos confusa, mas retornávamos para saber onde estaria a dúvida. Entre encontros e desencontros conseguimos ter uma maior clareza, ao longo de muita pesquisa e estudo. Essa etapa foi importante, pois construímos e organizamos os conceitos do projeto de pesquisa.

Trata-se, neste contexto, de um projeto de intervenção cujo produto será a proposição de um projeto inclusivo que será construído e apresentado como solução alternativa de intervenção inovadora em uma especificidade de incubadora dentro da instituição. A metodologia usada terá como base uma abordagem de pesquisa-ação para a operacionalização deste projeto de inovação empreendedora no Projeto Coworking, uma atividade de extensão do IFMA/Campus Centro Histórico e outros Campus fazem parceria com diversos

microempresários no Bairro da Cidade Operária e seus entornos e adjacências. Assim definiremos o problema de investigação e os seus objetivos.

3. Objetivos

Como acima referido,

✓ **A nossa pergunta de partida é a seguinte:**

Como se dá a inserção dos jovens egressos dos cursos técnicos do PRONATEC no mercado de trabalho?

✓ **O nosso objetivo geral é:**

- Conhecer a percepção sobre a inserção dos jovens egressos do PRONATEC dos cursos técnicos no Mercado de Trabalho;

✓ **Os objetivos específicos como referido na introdução**

- I. Identificar as formas de publicitação dos cursos técnicos que são ofertados;
- II. Informar-se sobre o nível de absentismo e evasão dos cursos técnicos que são ofertados;
- III. Identificar impactos do curso na situação de emprego dos alunos dos cursos técnicos que são ofertados.
- IV. Avaliar o nível de satisfação dos alunos com a transmissão de conhecimentos por parte dos professores
- V. Avaliar, na percepção dos participantes, se houve melhoria no seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- VI. Avaliar, na percepção dos participantes, o papel do IFMA nas ações desenvolvidas pela gestão democrática, potencializadoras para os cursos técnicos, da inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho.

4. Procedimentos e Instrumentos de recolha de dados

Para que métodos de pesquisa, técnicas ou instrumentos sejam adequados temos que saber se com eles se responderá aos objetivos a atingir. Deste modo, escolher a técnica e o instrumento de recolher os dados depende dos objetivos a atingir/alcançar com o estudo e o universo da investigação. Contudo, antes de recolher os dados, deve-se fazer a seleção, a elaboração e o teste cuidadoso dos instrumentos, sempre de acordo com as etapas a serem cumpridas. Para este estudo fez a escolha da técnica de inquérito por questionário, que definiu os procedimentos de operacionalização do método de forma padronizadas. Esta técnica foi implementada no Google Formulário pela celeridade que o procedimento requeria no momento de prazo para finalizar o estudo. O questionário foi aplicado aos alunos egressos, docentes e aos gestores do IFMA/CESJO.

Os tipos de inquérito por questionário têm vantagens e desvantagens como podemos observar nos tópicos abaixo. (Alves, MP. (2012) cit in Viana, 2016).

Vantagens:

- Contempla várias dimensões de recolha de informações em um só documento;
- As perguntas são iguais para todos os inquiridos;
- O tratamento dos dados é facilitado se forem escolhidos itens de respostas fechadas ou de respostas curtas;
- Os respondentes têm mais tempo para pensar e responderem com mais calma;
- Não há constrangimento em responder.

Desvantagens:

- É menos flexível que a entrevista;
- Requer literária; por vezes, as respostas não correspondem à verdade, por falta de clareza da pergunta ou má interpretação por parte do inquirido;
- A profundidade da informação é, por vezes, sacrificada em função da extensão;
- Geralmente, as pessoas expressam-se melhor oralmente do que por escrito;
- Responder a um questionário pode ser maçante e, por vezes, as pessoas não o devolvem.

5. Descrição da Amostra

Para o estudo foram definidas amostra dos participantes desta pesquisa, os jovens egressos dos cursos do PRONATEC que terminaram ou estão em fase de estudo destes cursos, os professores que já lecionaram disciplinas ou estão lecionando, e gestores responsáveis em gerir o PRONATEC.

Foram inquiridos os jovens egressos do IFMA/Campus São Luís Centro Histórico da Unidade remota do CESJO, alguns professores, gestores e supervisores do PRONATEC.

Os lócus da investigação foi o IFMA/Campus Centro Histórico/Unidade Remota do Cesjo, localizado em São Luís no Estado do Maranhão, que oferta cursos técnicos profissionalizantes para jovens da região da Cidade Operária e entornos.

A infraestrutura, possui 1 laboratório de informática; 1 laboratório de refrigeração; 3 salas de apoio, sendo a sala do coordenador, 1 sala para os supervisores e professores, 1 sala para o apoio administrativo; e 4 salas de aulas; existe também um auditório onde acontece os eventos institucionais; neste espaço funcionam algumas instituições privadas onde o Cesjo fez o arrendamento da Oficina Mecânica para a iniciativa privada, 1 sala alugada para uma empresa projetista, várias salas alugadas para uma empresa da área de comunicação. O Currículo dos Cursos Técnicos é composto por 4 módulos, totalizando 1.000 horas e contemplam as seguintes áreas: Módulo I - 240 horas (Fundamentos da Logística, Introdução à Administração, Higiene e Segurança do Trabalho, Comunicação e Produção Textual, Metodologia do Trabalho Científico, Matemática Financeira e Comercial, Inglês Instrumental); Módulo II – 260 horas (Informática Básica, Gestão da Qualidade, Planejamento das Necessidades de Materiais e Manufaturas, Controle de Produção, Gestão de Materiais, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Programação de Suprimentos, Controles de Suprimentos); Módulo III – 240 horas (Recebimento e Movimentação de Materiais, Contabilidade Aplicada à Logística, Custos Aplicados à Logística, Logística Reversa e Desenvolvimento Sustentável, Legislação Tributária, Gestão de Marketing e Técnicas de Negociação, Fundamentos de Compras, Sistemas de Transporte para armazenagem e movimentação de material); Módulo V – 260 horas (Logística Internacional, Empreendedorismo, Gestão de Pessoas e Relações no Trabalho, Programação da Distribuição, Controle da Distribuição, Projetos Logísticos).

5.1 Perfil dos jovens inquiridos

Os questionários foram respondidos por 67 (sessenta e sete) jovens egressos dos cursos do PRONATEC/IFMA/Cesjo; 9 (nove) Professores que lecionam no Programa e 2 Gestores/Supervisores para coletar os dados importantes para o estudo.

O perfil dos jovens egressos, delineados pelo questionário, aplicado a 67 alunos é retratado nos dados a seguir (perguntas 1 a 9 do questionário aos alunos):

Sexo: 58,2% (39) são do sexo feminino e 41,8% (28) do masculino. Apresenta-se neste caso uma quantidade maior para o sexo feminino dentro de um contexto de buscar espaços iguais na questão de gêneros com mais oportunidades na inserção de trabalho para quem tem uma melhor qualificação profissional.

Qual o sexo?

67 respostas

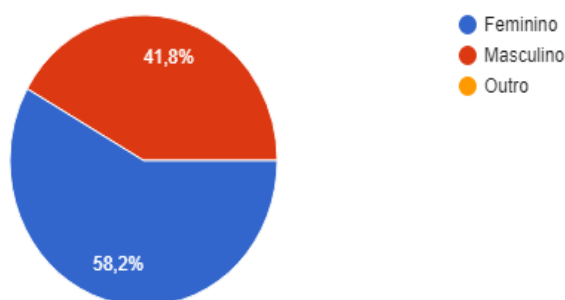


Gráfico 1 – Qual o sexo - Fonte: Dados da pesquisa

Faixas etárias de maior incidência: 61 (91%) se situam entre 16 a 24 anos.

Apenas 4 (6%) estão entre 25 à 44 anos; 1 (1,5%) de 45 a 54 anos; 1 (1,5%) de 45 a 54 anos e 0% acima de 55 anos.

Qual é sua idade?

67 respostas

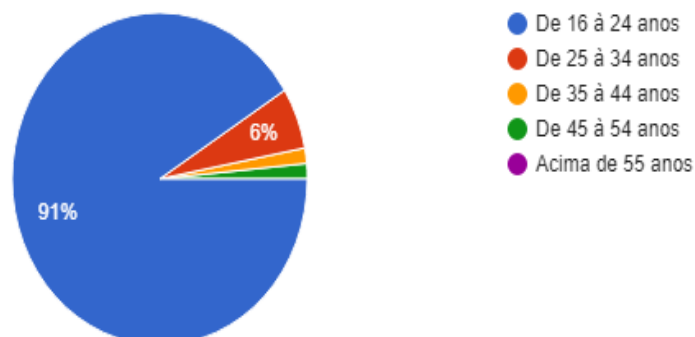


Gráfico 2 – Qual a idade - Fonte: Dados da pesquisa

Estado Civil: 62 (92,5%) dos alunos são solteiros

Só 2 (3%) são casados; 2 (3%) possuem união estável (concubinato); e 1 (1,5%) está noiva(o).

Qual é o seu estado civil?

67 respostas

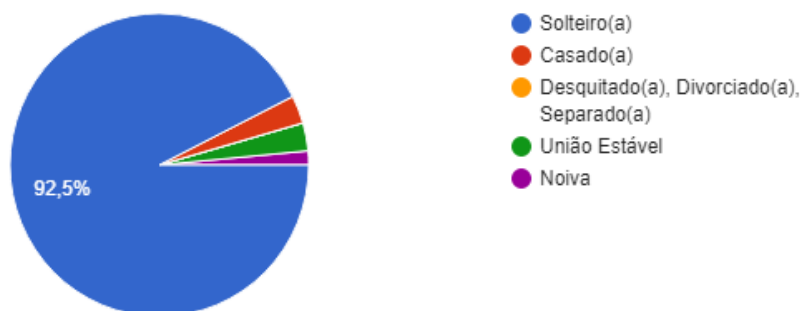


Gráfico 3 – Estado Civil - Fonte: Dados da pesquisa

Meio de transporte mais utilizado: ônibus 50 (74,6%).

De carro 6 (9%); Motocicleta 3 (4,5%); bicicleta 2 (3%); Van 1 (1,5%) andando; 1 (1,5%) a pé 1 (1,5); 3 (4,5%) de outras formas. Mas esta escolha não é constante pois as vezes pode acontecer um ou outro de acordo com a necessidade do momento.

Qual é o meio de transporte que você utiliza nos percursos casa-escola-trabalho?

67 respostas

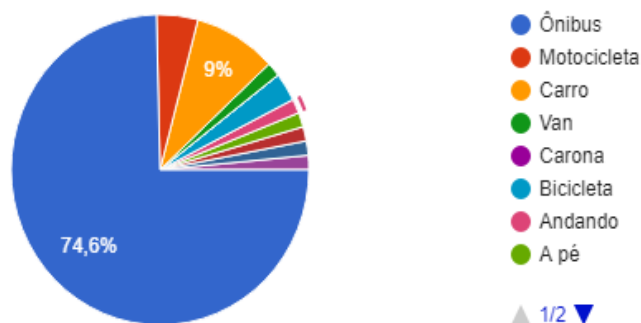


Gráfico 4 – Qual é o meio de transporte utilizados - Fonte: Dados da pesquisa

Região Residencial: 49 (73, 1%) reside em São Luís (MA).

E apenas 18 (26,9%) em São José de Ribamar; no município de Paço do Lumiar não houve alunos. Portanto, como existe na região metropolitana um problema de fronteiras, não sabemos onde começa nem onde termina um município, observa-se que os jovens egressos não têm clareza de qual município reside. Isso termina acarretando também falta de comprometimento dos gestores públicos em manterem as vias públicas com fácil acesso à população. Mas tem um projeto de lei tramitando na assembleia legislativa para resolver essa situação.

Qual é a região residencial que você mora atualmente?

67 respostas

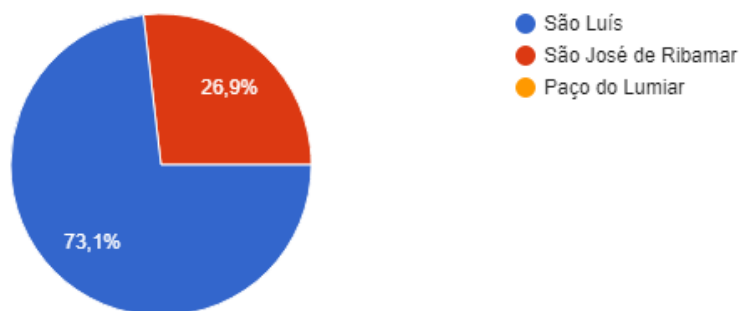


Gráfico 5 – Qual é a Região Residencial - Fonte: Dados da pesquisa

Grau de Instrução dos respondentes: 34 (50,7%) que possui o ensino médio incompleto; 19 (28, 4%) possui o ensino médio completo.

Só 5 (7,5%) possui o curso superior incompleto; 4 (6%) ensino fundamental incompleto; 2 (3%) são especialistas; 1 (1,5%) possui ensino superior completo; 1 (1,5%) está cursando o ensino médio; 1 (1,5%) ensino fundamental incompleto. A maioria desses alunos são oriundos de escolas públicas municipais.

Qual o seu grau de instrução?

67 respostas

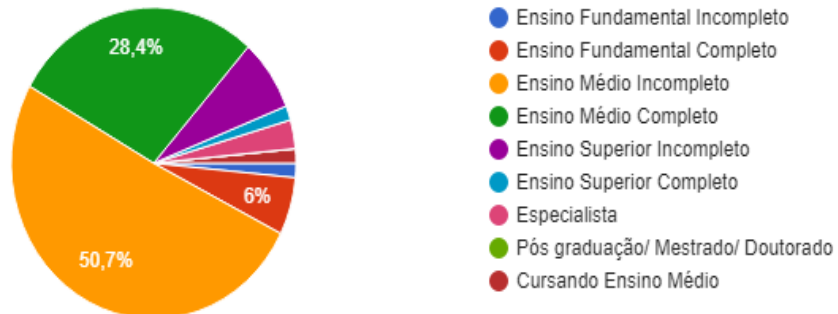


Gráfico 6 – Qual é o Grau de Instrução - Fonte: Dados da pesquisa

Renda Familiar: 39 (58, 2%) recebem uma renda de até R\$ 1.000, 00 (mil reais); 17 (25,4%) recebe de 1.001,00 a 2.000,00 ; 8 (11,9%) 2001,00 a 3.000,00; 2 (3%) acima de 5.0001,00; e 1 (1,5%) de 3.001,00 a 5.000,00). Conforme o gráfico abaixo.

Qual a sua renda da família?

67 respostas

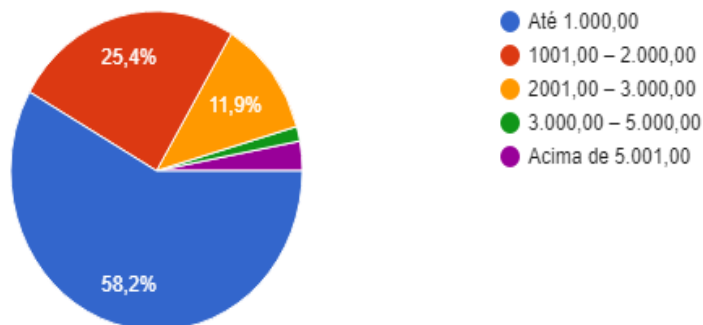


Gráfico 7 – Qual é a sua renda familiar - Fonte: Dados da pesquisa

Uso do computador: 50 (74,6%) possui o equipamento de informática em casa com acesso à internet; 9 (13,4%) possui o equipamento em casa mas sem o acesso a internet; 9 (13,4%) não possui o equipamento de informática em casa; 4 (6%) possui o equipamento de informática no trabalho, o que facilita o seu acesso à internet; 1 (1,5%) possui o equipamento no trabalho mas

sem acesso à internet; 1 (1,5%) utiliza cyber Café esporadicamente. É muito impressionante a percentagem de alunos com equipamento e com ou sem acesso à internet, o que faz chamar atenção sobre a evolução das tecnologias e as mudanças de estratégias de empregabilidade.

Como é o uso das tecnologias digitais em sua vida?

67 respostas

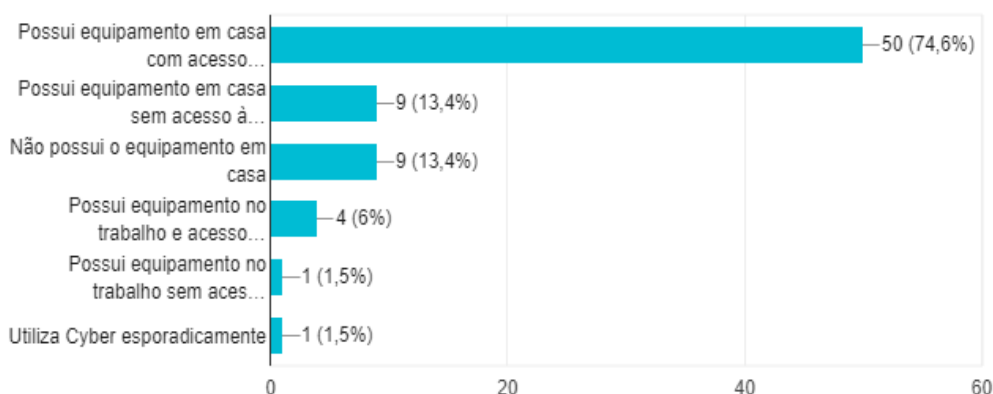


Gráfico 8 – Uso das tecnologias digitais - Fonte: Dados da pesquisa

Hábito de Leitura: dos respondentes 53,7% (36) lê diariamente livros, revistas e jornais; 43,3% (29) lê razoavelmente; e 3% (2) não gosta de leitura. É muito impressionante a percentagem de alunos com hábitos diários de leitura.

Qual é o seu hábito de Leitura?

67 respostas

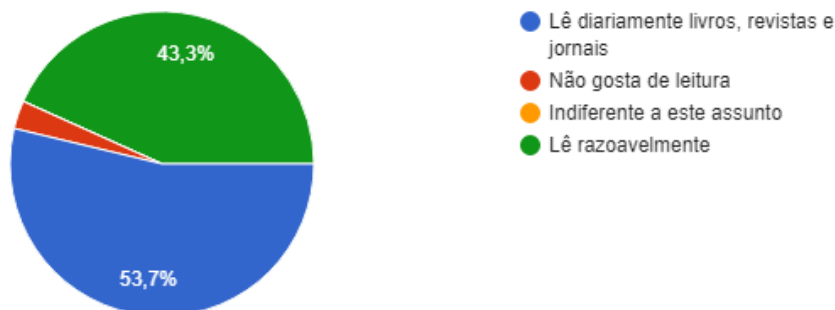


Gráfico 8 – Hábito de Leitura - Fonte: Dados da pesquisa. Princípios éticos

5.2 Perfil dos Professores inquiridos

O corpo docente do IFMA é constituído de professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)), Professores de Ensino Superior, Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros, Professores Substitutos e Professores Temporários. Contudo, nos cursos técnicos oferecidos pelo IFMA/Cesjo, através do PRONATEC têm o seu projeto pedagógico elaborado previamente. Os professores na maioria dos casos são temporários, eles são contratados tendo o direito de receberem uma bolsa para não caracterizar vínculo empregatício, onde são chamados de professores internos, selecionados por servidores internos do IFMA que se inscreverem nos editais específicos para essa finalidade; por outro lado existem os professores externos, são profissionais que não sendo servidores se inscrevem para participar de seletivos de acordo com a sua área específica.

A recolha de dados em relação à experiência docente, para uma melhor contextualização da situação

Quanto ao **tempo de serviço como professor de ensino técnico profissional do PRONATEC** verificou-se que a maioria tem de 3 a 6 anos de experiência de trabalho neste âmbito.:

Quanto tempo atua como professor no ensino técnico profissional do PRONATEC?

9 respostas

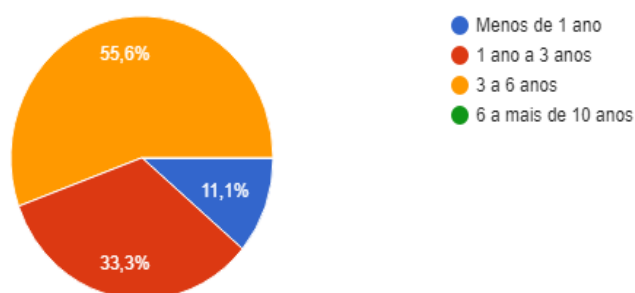


Gráfico 21 – Tempo de serviço no ensino técnico profissional (PRONATEC) - Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à **formação no âmbito da didática**, verificou-se que uma larga maioria (78%) tem este tipo de formação:

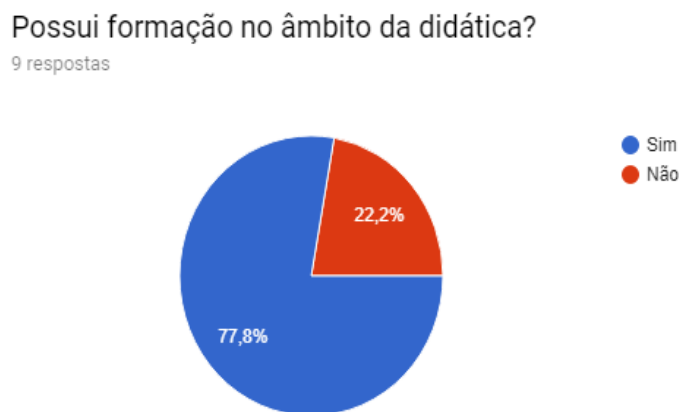


Gráfico 22 – Formação no âmbito da didática. - Fonte: Dados da pesquisa

A participação em **Formação Continuada** é frequente para 44% dos docentes:



Gráfico 23 – Participação em Formação Continuada. - Fonte: Dados da pesquisa

5.3 Perfil dos Gestores e Supervisores inquiridos

A atuação dos gestores que prestam serviços à sociedade dentro de uma instituição pública federal depende de vários fatores. Aqui buscamos saber quais as contribuições desses gestores e supervisores sobre a gestão democrática e suas práticas, porque os desafios dessa prática democrática são suportes avaliativos das questões em apreço.

Somente 2 gestores/ supervisores disponibilizaram tempo para responder ao questionário aberto que teve como objetivo: analisar a gestão democrática da instituição no contexto do PRONATEC. As respostas às duas primeiras questões dão uma perspectiva dos seus perfis.

Que fatores foram decisivos para sua opção em gerenciar/supervisionar/lecionar nos Cursos técnicos do PRONATEC?

- Investimentos em minha formação acadêmica. Uma vez que um dos requisitos mínimos para ocupar este cargo é a graduação.
- Sou supervisora PRONATEC, por se tratar de um processo seletivo rápido, carga horária de trabalho conciliável com outro trabalho e por possuir razoável remuneração.

Quais os motivos que o levaram a assumir a gestão/docência nesta instituição/IFMA/Cesjo?

- Oportunidade de exercer uma profissão dentro da minha área de formação de forma dinâmica e valorizada.
- Sou da comunidade.

6. Cumprimento dos Princípios Éticos

Neste trabalho foram respeitados os princípios éticos norteadores e orientadores da pesquisa. Solicitamos deste modo, as autorizações necessárias para o estudo (em Anexo).

Esta pesquisa foi baseada na honestidade intelectual, no rigor técnico, na procura da verdade, na exigência e na isenção. Foram respeitados, também os timings (coordenação fixação do tempo adequado para uma ação ou atividade; calendarização) dos participantes investigados que aceitaram a responsabilidade de responder com verdade, manter a confidencialidade e sem fazer juízo de valor.

7. Diagnóstico: apresentação, análise e discussão de resultados

Sabe-se que a articulação entre teoria e prática é fundamental para que o conhecimento supere a ingenuidade da curiosidade e assim avance para o “pensar certo” que, segundo Paulo Freire (1996), é a compreensão de que nenhum conhecimento está pronto e acabado e como seres históricos somos produtores desse conhecimento que intervém e constrói o mundo rompendo com amarras históricas que fundamentam uma educação reprodutivista e disciplinadora.

Ao longo deste capítulo analisaremos os dados coletados aos inquiridos, como os jovens egressos, os professores e os gestores e supervisores pelos questionários online com o objetivo de conhecer a inserção dos jovens no mercado de trabalho e conhecer a prática pedagógica dos professores e a prática de gestão democrática dos coordenadores e supervisores do programa em estudo.

7.1 Respostas dos alunos e ex-alunos inquiridos

Procurando atender ao **primeiro objetivo específico** assumido “**Identificar as formas de publicitação dos cursos técnicos que são ofertados**” (pergunta 10 do respectivo questionário) verificou-se que:

Quanto às formas de conhecimento dos Cursos ofertados pelo PRONATEC: 50,7% (34) dos inquiridos conheceu o curso através do Instituto/Cesjo; 25,4% (17) através de amigos ou conhecidos.

Só 6% (4) conheceu através do Instituto Federal; 4,5% (3) por meio da internet; 1,5% (1) as outras opções, sendo cada uma através de escola estadual, através de minha escola, através da escola (CEM II), Maria José Aragão, e Escola.

Como você conheceu os Curso Técnico do PRONATEC/IFMA?

67 respostas

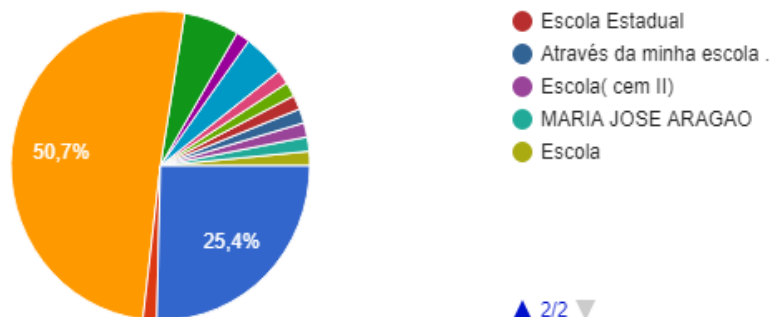


Gráfico 9 – Como conheceu os Cursos do PRONATEC - Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao **segundo objetivo específico assumida “Informar-se sobre os níveis de absentismo e evasão dos cursos técnicos que são ofertados”** verificou-se que: (perguntas 11 e 15).

Quanto ao Andamento do Programa PRONATEC: 55 (82,1%) responderam que estão cursando; 10 (14,9%) já cursaram. **Apenas 1 (1,5%) desistiu, mas pretende retornar e 1 (1,5%) desistiu do curso.** Como podemos observar neste quesito, a evasão do curso aqui é muito baixa, portando os alunos tem interesse em terminar o curso para buscar oportunidade de emprego no mercado de trabalho.

Quanto ao andamento do curso do Programa PRONATEC

67 respostas

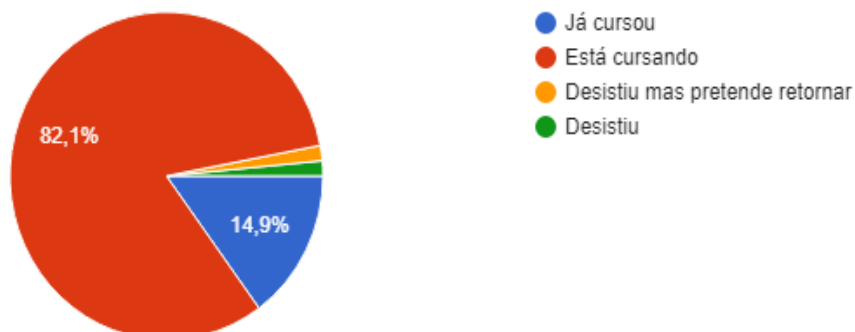


Gráfico 10 – Quanto ao andamento do Cursos do PRONATEC - Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à **assiduidade nas aulas**: dos inquiridos 38, 8% (26) responderam que às vezes costumam(vão) faltar às aulas; 32,8% faltam esporadicamente às aulas; 28,4% (19) nunca faltam às aulas, são bem assíduos. Nesse aspecto temos que utilizar estratégias inteligentes para que os alunos sejam mais comprometidos com o curso e com a sua assiduidade.

No decorrer do curso você costuma(va) faltar às aulas?

67 respostas

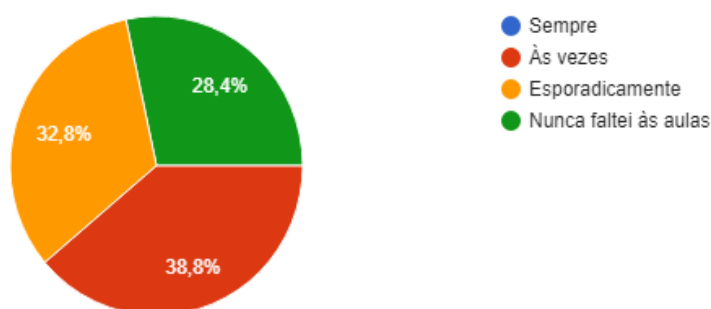


Gráfico 14 – Costumava faltar às aulas no curso - Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao **terceiro objetivo específico assumido “Impacto do curso na situação de emprego dos alunos dos cursos técnicos que são ofertados”** verificou-se que (respostas às perguntas 12 a 14).

Atualmente: 67,2% (45) não estão empregados. 13,4% (9) sim, estão trabalhando; 11,9% (8) no momento não tem interesse ou não pode trabalhar; 4,5% (3) encontram-se no momento desempregados; e somente 1,5% (1) é autônomo e 1,5 % está empregado com carteira assinada. Fato este que faz com que percebamos que as 9 pessoas que estão trabalhando provavelmente estão no trabalho informal, o que nos remete a uma precarização trabalhista, sem direitos aos encargos sociais. **É muito impressiva a percentagem de alunos que não estão empregados.**

Mas quando se analisa o segmento dos **ex-alunos** verifica-se uma ligeira melhoria. Os que **estão empregados são 50% (5).**

No momento você está empregado?

67 respostas



Gráfico 11 – Empregado no momento - Fonte: Dados da pesquisa

Sobre se o trabalho atual tem vínculo com o PRONATEC, ou seja, se conseguiu o trabalho em função de sua formação técnica profissional do curso: 53,7% (36) dos inquiridos responderam que não estão trabalhando no momento; 19,4% (13) está desempregado(a); 16,4% (11) responderam que não; somente 10,4% (7) responderam que sim, tem vínculo com a área do curso. **Esta percentagem sobe significativamente no segmento dos ex-alunos: 30% (3) afirmam trabalhar na área do PRONATEC. Mas não podemos esquecer os 70% que o não fazem.**

Podemos questionar-nos sobre se necessitamos de mais oportunidades para os jovens no mercado de trabalho e/ou haverá desfazamento entre as propostas dos cursos e as necessidades do mercado.

O seu trabalho atual tem vínculo com a área que você cursou ou está cursando por meio do Pronatec?

67 respostas

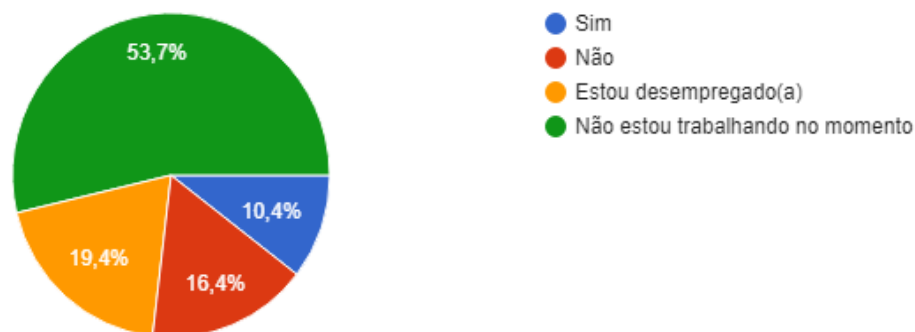


Gráfico 12 – Trabalho atual tem vínculo com a área cursada pelo PRONATEC - Fonte: Dados da pesquisa

Sobre se houve **Promoção do Trabalho ou melhoria no salário** em função do curso feito pelo PRONATEC: 91% responderam que não; e somente 9% disseram que sim, obtiveram oportunidade através do curso realizado pelo PRONATEC. Nesta questão fomos bastante objetivo na pergunta. **Esta percentagem sobe significativamente no segmento dos ex-alunos: 30% (3) afirmam trabalhar na área do PRONATEC, com melhoria na sua situação profissional. Mas não podemos esquecer os 70% que o não fazem**

Você obteve promoção no seu trabalho ou melhoria do seu salário, em razão do curso realizado pelo Pronatec?

67 respostas

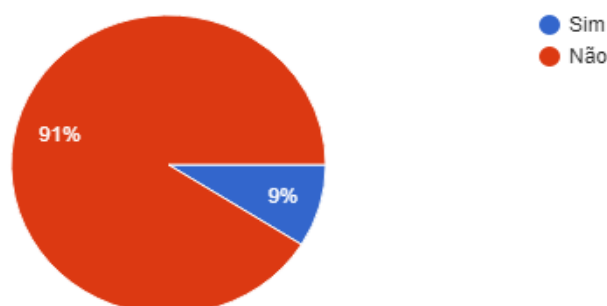


Gráfico 13 – Promoção no trabalho ou melhoria salarial em razão do PRONATEC. Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao atingimento do IV Objetivo “Avaliar o nível de satisfação dos alunos com a transmissão de conhecimentos por parte dos professores” verificou-se (respostas à pergunta 16) que:

Quanto à Boa lecionação dos Conteúdos das aulas do Cursos técnico: **97% (65) dos egressos responderam que sim, quase a totalidade; somente 3% (2) responderam de forma negativa.**

Quanto às aulas, os professores souberam/sabem passar o conteúdo?

67 respostas

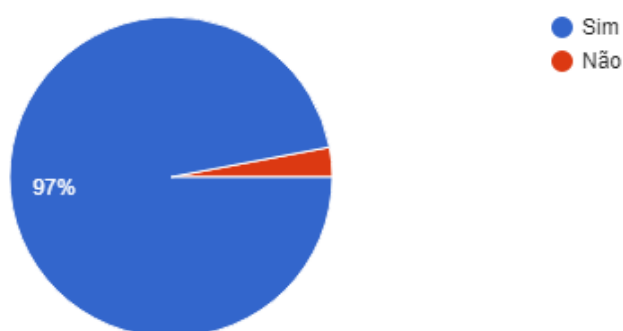


Gráfico 15 – Conteúdos das aulas do curso técnico pelos docentes Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao atingimento do VI Objetivo “Avaliar, na percepção dos participantes, o papel do IFMA nas ações desenvolvidas pela gestão democrática, potencializadoras para os cursos técnicos, da inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho.” verificou-se (respostas às perguntas 17 a 20):

A diversidade de ações apoiadas pelo IFMA/Cesjo para a inserção ao mercado de trabalho foi apreciada: 36 (53,7%) através do acesso a internet pelo laboratório de informática; 32 (47,8%) através das visitas técnicas; 27 (40, 3%) local com infraestrutura / espaço físico adequado; 26 (38,8%) através de capacitação/treinamento e desenvolvimento de pessoas; 23 (34, 3%) através de seminários/wokshops; 12 (17, 9%) através da bolsa formação; 9 (13, 4%) através dos encaminhamentos para o estágio; somente 8 (11,9%) através de parcerias com empresas privadas.

Em quais ações o IFMA/Cesjo apoia ou apoiou a sua inserção no mercado de trabalho? (pode marcar mais de uma opção)

67 respostas

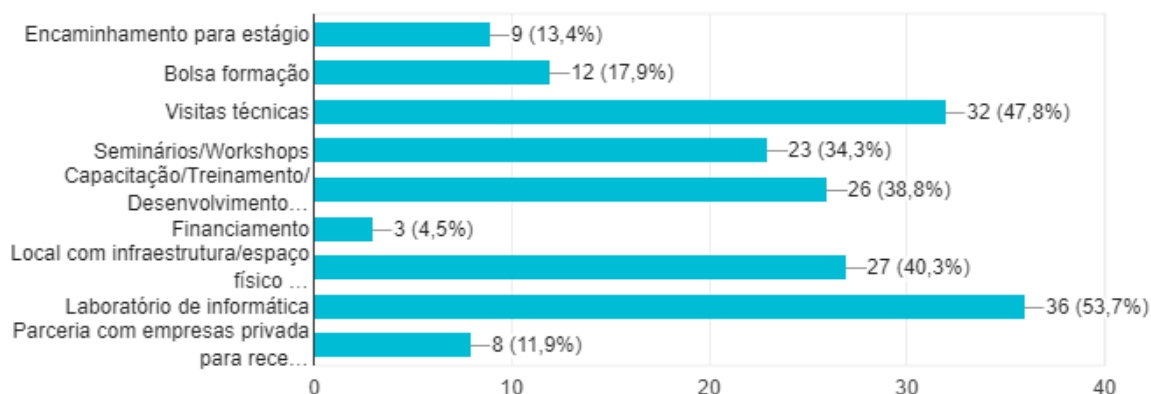


Gráfico 16 – Ações do IFMA/Cesjo no apoio à inserção no mercado de trabalho. Fonte: Dados da pesquisa

Avaliação do papel do IFMA/Cesjo no incentivo e desenvolvimento na educação discente: 65, 7% (44) responderam que é excelente; 28, 4% (19) muito bom; 6% (4) bom. Aqui as respostas numa escala de 1 a 5, sendo 1 equivale a péssimo. A avaliação foi feita de forma positiva, mostrando a satisfação dos alunos egressos pelo curso.

Como você avalia o papel do IFMA/Cesjo ao incentivar e desenvolver cursos técnicos profissionalizantes ...a o fomento educativo na comunidade?

67 respostas

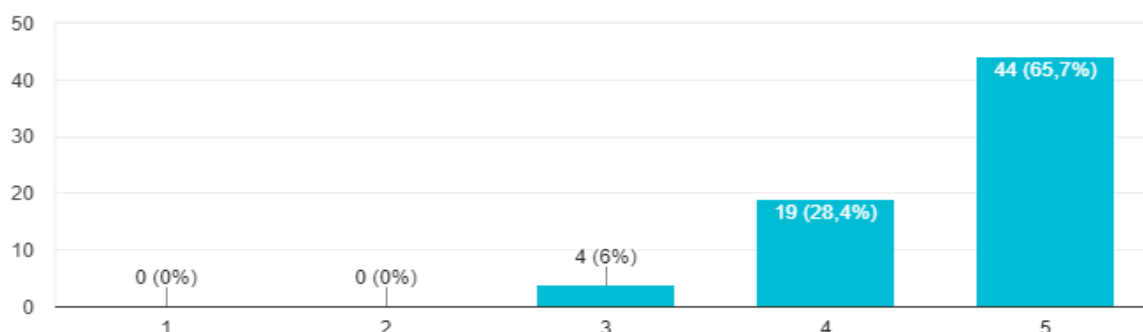


Gráfico 17 – Avaliação do papel do IFMA/Cesjo ao incentivar e desenvolver cursos técnicos. Fonte: Dados da pesquisa

Incentivo ao Empreendedorismo: 44,8% (30) responderam que sempre os professores incentivam sobre o empreendedorismo, uma oportunidade em montar o seu negócio; **38,8% (26) dizem que às vezes** receberam ou recebem esses incentivos empreendedores; somente respectivamente, 9% (6) que recebem esporadicamente, e 7,5% (5) nunca ouviram os professores falarem sobre esse tema, do empreendedorismo. Estranhei nunca ouvirem falar pois o empreendedorismo é recorrentes nos cursos técnicos, com uma disciplina específica. É muito interessante verificar que todos os ex-alunos ouviram falar de empreendedorismo: **50% (5) responderam que sempre** os professores incentivam os alunos ao empreendedorismo e 50% responderam às vezes.

Os professores ou coordenadores do curso incentivam o empreendedorismo? Ou seja, você montar seu próprio negócio?

67 respostas

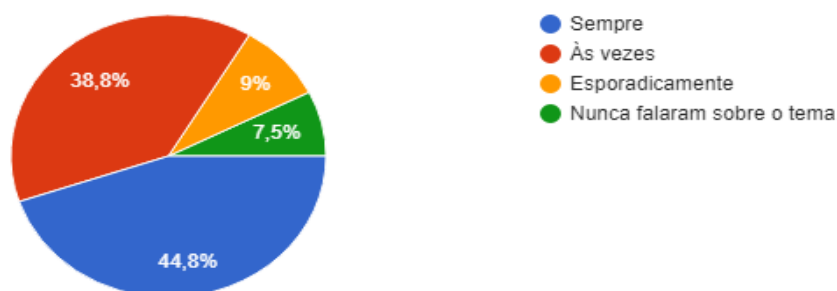


Gráfico 18 – Incentivo ao empreendedorismo pelos professores ou coordenadores do curso.
Fonte: Dados da pesquisa

Gestão Democrática no ambiente escolar: **34 (50,7%) responderam que a gestão no ambiente escolar é excelente**; **24 (35,8%) disseram ser muito bom**; 8 (11,9%) ser bom; e somente 1 (1,5%) ser regular, um número bem insignificante. Nenhum dos respondentes disseram ser péssimo. A maioria dos alunos gostam da forma que a instituição faz a sua gestão dentro do contexto escolar.

Como é a gestão democrática do ambiente escolar no IFMA/Cesjo nos cursos ofertados pelo PRONATEC?

67 respostas

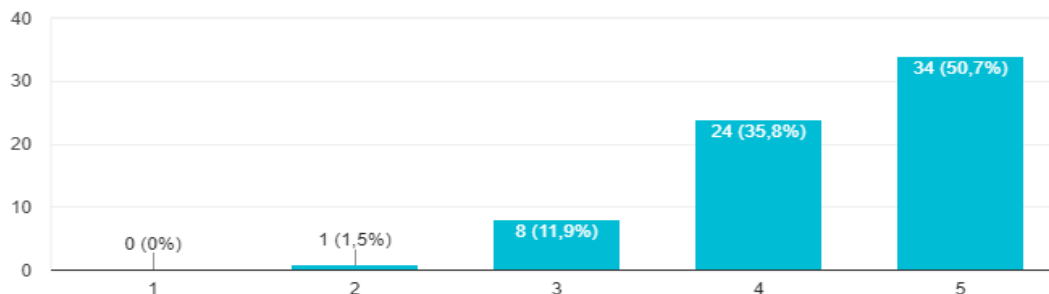


Gráfico 19 – Gestão Democrática no ambiente escolar do curso. Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao atingimento do V Objetivo “Avaliar, na percepção dos participantes, se houve melhoria no seu desenvolvimento pessoal e profissional” verificou-se (respostas à pergunta 21) que:

Avaliação do PRONATEC quanto aos impactos na vida profissional: **45 (67,2%) avaliam de modo excelente os impactos para a vida profissional e 20 (29,9%) avaliam de forma muito boa**; somente 2 (3%) avaliaram de modo bom, nenhum respondeu de modo regular ou péssimo.

Como você avalia o PRONATEC, tendo em vista o impacto do curso em sua vida profissional.

67 respostas

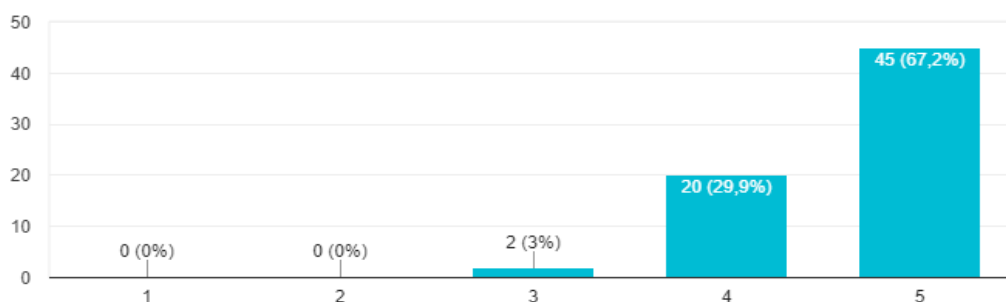


Gráfico 20 – Avaliação dos impactos do curso na vida profissional do discente. Fonte: Dados da pesquisa

Em complemento inúmeras foram as apreciações e sugestões dos inquiridos:. Tivemos 36 respostas, sendo feita escolhas criteriosas para as sugestões que venha enriquecer o trabalho dissertativo em conteúdos e importância, sem desmerecer as outras respostas. Vamos a elas:

- i. Desejo mais oportunidades para pessoas que realmente querem estudar. O Pronatec até agora, foi a melhor coisa que já me aconteceu, não tenho tempo para outras coisas senão para os estudos.
- ii. Reconhecimento de trabalho voluntário, ganhos pessoais com informações e ideias inovadoras.
- iii. É um curso muito bom, mas acho que deveria ser presencial, todos os dias, como antes, até porque além dos mais, estamos nos preparando para buscar espaço no mercado de trabalho, e muitas vezes ficar somente à distância é ruim. Deveríamos visitar mais empresas, visando ter noção sobre a área e surgir mais vagas. Pois muitos desistem dos cursos em razão da falta de professores.
- iv. Bom, o PRONATEC IFMA chegou em minha vida me ajudando muito, trazendo muitas melhoras. Hoje eu tenho um novo olhar de ver as coisas. Hoje percebo o quanto o PRONATEC é excelente, fazendo diferença à sociedade.
- v. O PRONATEC foi uma ferramenta essencial na minha profissionalização, pois foi mais fácil encontrar um emprego, pelo fato de ser preparado no curso.
- vi. Representou algo importante para mim. Mas não foi suficiente para me manter em uma área de emprego/trabalho ou até mesmo levar a uma vaga de estágio.
- vii. O PRONATEC representa comodidade excelente, um impulsionador que traz os jovens da comunidade a conhecer os cursos bons, e com eles ganham conhecimentos, isso representa capacitação para dominar a área escolhida com novos conhecimentos.
- viii. Representa oportunidade na vida pelo incentivo aos jovens o crescimento e ter sonhos por uma vida melhor.
- ix. Eu desejo que o curso me ofereça oportunidade a abrir as portas de emprego para que eu possa me inserir no mercado de trabalho. Agradece a oportunidade que o curso lhe dá.
- x. O PRONATEC proporciona experiências que valem a pena. Sou grata por ser acolhida de forma consciente. Pode-se afirmar que o programa é de confiança e que ainda vai levar muita gente ao sucesso.
- xi. O PRONATEC está sendo muito bom para a minha formação na vida profissional. Ainda não terminei o curso. Estudo também informática para internet. Tenho certeza que irá render bons frutos na vida.
- xii. Ele é bom para a vida profissional. Mas precisa de incentivo financeiro para o transporte.
- xiii. Representa um grande avanço na carreira profissional. Desde quando eu iniciei o curso, aprendo bastante e sempre me esforço para não sair do curso. Pois sou uma pessoa humilde, não tenho dinheiro para pagar um curso desse nível. Agradeço a oportunidade que o PRONATEC está oferecendo para a minha carreira profissional.
- xiv. O PRONATEC trouxe para a minha vida oportunidade de fazer um curso técnico que me ajudará a ingressar no mercado de trabalho.

- xv. Estou satisfeito com o curso apesar de já ter pensado em desistir. O programa me dá oportunidade de aprender cada vez mais. Não aprendo apenas conteúdo voltado ao curso, mas também ensinamentos que levarei para a vida. A cada novo professor, um novo aprendizado.
- xvi. O PRONATEC está sendo importante na minha carreira e na profissão quanto na vida pessoal.
- xvii. Importante para ingressar na vida profissional. Uma instituição excelente. Sou grata ao PRONATEC, em especial aos professores por fazerem parte do meu crescimento profissional e pessoal, me incentivando a descobrir novos horizontes dessa profissão linda que aprendi a amar.
- xviii. O PRONATEC se caracteriza como uma fonte de oportunidade aos alunos que buscam além de um novo aprendizado, o desejo de entrar no mercado de trabalho. Iniciativa como esta devem ser valorizadas, assim como os profissionais que contribuíram para o seu prosseguimento.
- xix. O Pronatec foi muito importante, referente aos meus estudos, fui aluno do Pronatec desde o 1º ano do ensino médio e tenho minhas formações com o Pronatec , eu sou muito grato por ter conhecido o Pronatec e ter o privilégio de usufruir desse programa do governo que me ajudou muito no meu crescimento profissional, e vejo que muito o que eu conseguir foi por esforços meus , que sempre dizia um dia eu vou conseguir algo com todo meu estudo, e hoje sou muito agradecido por ter sido aluno do Pronatec . Quando passei no processo seletivo do IFMA foi um desafio para mim. Porque sempre quis estudar nessa instituição, e conseguir me entregar de cabeça e logo eu fui escolhido a ser líder de turma, um dos melhores alunos, e hoje sou grato por tudo que o Pronatec me proporcionou, como o meu estágio, que foi muito gratificante na minha vida profissional e pessoal. Eu sempre deixei claro pra todos os jovens que todo mundo pode conseguir, basta ter determinação e foco por que consegue sim, com tantos programas de ensino que temos hoje. E eu digo eu sou muito grato e feliz por ter usufruído do Pronatec.
- xx. Bom, o PRONATEC me proporcionou um novo conhecimento que está me ajudando muito no curso de logística, pois é um ótimo curso que tem várias opções de áreas de trabalho onde podemos nos empregar, outra opção de melhoria do programa seria o estágio após o termino do curso, eu gostaria de estagiar na área de logística, eu não tenho condições de pagar um estágio.

Observa-se pelas respostas dos jovens egressos oriundos do curso técnicos que estão em sua maioria satisfeitos com a oportunidade de se preparar para o mercado de trabalho e buscar novas oportunidade de se inserirem nesse mercado. Contudo precisa-se no país e no estado do Maranhão políticas públicas de estado para incentivar esses jovens que ao sair de um curso técnico profissionalizante em ter direito na inserção ao mercado de trabalho.

7.2 Respostas dos professores inquiridos

As respostas dadas pelos professores inquiridos permitem-nos contextualizar e compreender melhor as opiniões dos alunos e ex-alunos, pese embora a pequena dimensão amostra respondente.

Para início de discussão triangulada relembra-se que é bastante alto o nível de satisfação dos alunos com a lecionação. As respostas seguintes identificam contribuições significativas para tal opinião.

Quanto à formação é de relevar que 44% dos docentes inquiridos acede com frequência a **Formação Continuada** e 78% têm formação no âmbito da Didática.

Quanto à prática pedagógica dos docentes inquiridos, 44,4% trabalha ou já trabalhou com workshops **com a missão de melhorar os processos** de ensino e aprendizagem no coletivo com outros docentes:

Na prática pedagógica, trabalha ou já trabalhou com workshops com a missão de melhorar os processos de...em no coletivo com outros docentes?

9 respostas

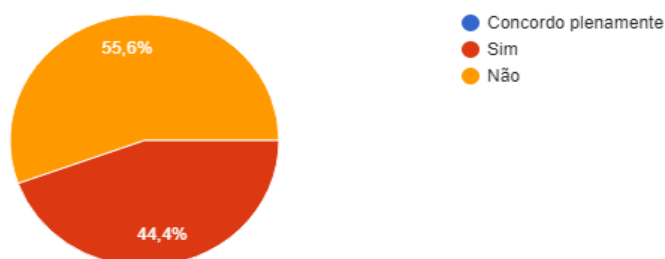


Gráfico 24 – Prática Pedagógica: workshops para melhoria de processos. - Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à opinião sobre o contributo de uma boa relação pedagógica entre professores e coordenadores de curso pode contribuir para um melhor planeamento do processo de ensino e aprendizagem, a larga maioria (88,9%) dos inquiridos dão-lhe a máxima pontuação.

Uma boa relação pedagógica entre professores e coordenadores de curso pode contribuir para um melhor plane...o processo de ensino e aprendizagem?

9 respostas

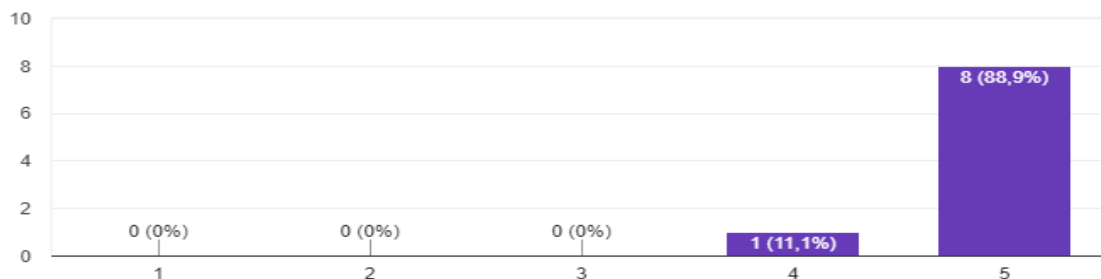


Gráfico 25 – Boa relação entre professores e coordenadores para melhorar o ensino-aprendizagem. - Fonte: Dados da pesquisa

Sobre se existem dificuldades que impedem a execução do trabalho colaborativo entre os professores, supervisores e coordenadores para que seja mais produtivo, relevam-se:

- o tempo de planejamento, pois o professor só recebe pelo momento em que está em sala de aula não para os demais trabalhos que executa.
- a construção do plano de curso.
- diferentes áreas do conhecimento
- Falta de comprometimento
- problemas relacionados a infraestrutura.
- Até o momento em que estou trabalhando no Pronatec, eu não tive nenhuma dificuldade, até porque os gestores que estiveram comigo foram excelentes em suas gestões. Acredito que uma forma de expor o que se deva fazer talvez seria um ponto.

Como costuma organizar estratégias e materiais de maneira a contribuir para um melhor funcionamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos? Relevam-se:

- Costumo fazer cursos de pequena duração na UEMA ou alguns sites específicos para me atualizar e obter sempre atividades melhor aprimoradas.
- Normalmente, utilizo plataforma online, onde disponibilizo materiais didáticos, vídeos, questionários.
- costumo fazer um planejamento antes de cada disciplina
- Ser breve, e utilizar a linguagem e materiais voltados para a faixa etária dos estudantes.
- Livros que falam do assunto.
- Procuro sempre utilizar dos meios tecnológicos como forma de aproximar o conhecimento a realidade vivenciada pelos alunos.
- Apresentando conceitos, experiências de vida, filmes e sempre mostrando os dois lados da realidade, como educador, a escolha é sua, eu mostro o caminho.

Na presença de dificuldades no processo ensino-aprendizagem de alunos, costuma fazer as adequações necessárias? Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da adequação das práticas a partir do feedback dos alunos. Exemplifique também, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens na adequação (7 respostas, de que se relevam:

- Já tive alunos que disseram que não gostam de aula com Datashow por exemplo, eu tive que me adaptar a fazer aula no quadro, descrevendo e explicando, no caso aula de contabilidade. Concordo que é mais prático para o aluno ver o passo a passo da atividade, porém, é menos produtivo para nós enquanto profissionais.
- Costumo fazer adequação em sala para ficar mais dinâmica como filmes, seminários entre outros.
- uma situação de dificuldade na prática foi com relação a falta de ferramentas, onde improvisou e consegui obter êxito
- Através do feedback dos alunos pude perceber que a aula totalmente expositiva não estava contribuindo para o aprendizado. Portanto, passei a aplicar questionários interativos e vídeos onde o aluno pudesse obter o conhecimento através de outros meios. Mesmo após esta adequação, muitos alegaram que não possuíam internet o que inviabilizava tal abordagem.
- Em um momento que precisei ministrar uma aula de metrologia, antes tinha solicitado alguns instrumentos e não obtive, então tive que expor o instrumento desenhando em escala maior para então dar ênfase na aula. os alunos que apenas olharam e entenderam o objetivo começaram a transpor o que estas no quadro para uma folha de papel e com isso assimilaram melhor o aprendizado, mesmo que não tiveram na prática com o instrumento. A vantagem é não desistir daquele seu objetivo passar com seriedade sua experiencia como educador. Você chegar em uma sala de aula e não ter recurso e se ver desarmado diante dos alunos é muito difícil, você deverá pensar rápido e mostrar que você é o profissional.

Está aberto a adoção de boas práticas de planejamento na sua atividade de planejar o processo de ensino e aprendizagem? Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha experienciado os benefícios da adoção de boas práticas de planejamento. Exemplifique também, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens da adoção de boas práticas de planejamento (6 respostas).

- Tive problema por exemplo na correção de atividades, alguns alunos pediram um feedback personalizado e eu fiz, porém, houve alunos que não se contentaram com a resposta que eu dei e questionaram os meus superiores como se eu não tivesse competência para avaliar ou tivesse feito uma grande injustiça, isto é um pouco frustrante para o profissional.
- Sim, estou aberto a adoção de boas práticas de planejamento. Ao planejar uma disciplina especifiquei todas as atividades e avaliações, bem como suas respectivas notas de forma detalhada. Este planejamento proporcionou a execução da disciplina de forma eficiente, onde os alunos puderam compreender suas notas e atividades.
- Sim. Quanto mais recursos, capacitação tiver e algo inovador for para o ensino aprendizado é válido para inserirmos uma qualidade no aprendizado. Unir a teoria na pratica estava contido em um planejamento certo e funcional que proporcionou um ótimo aprendizado, em um momento quando fui

professor da disciplina manutenção automotiva depois de mostrado a teoria para os alunos fomos a uma empresa visitar e tivemos acesso a operar uma máquina, ver a manutenção de componentes que as compõem e ter a sensibilidade de como fazer, empolgar-se com o processo e tirar conclusões daquilo que realmente está sendo investido. Esse foi o sentimento que alunos que obtiveram essa oportunidade me falaram e isso para mim não tem preço.

- Sempre as ações precisam ser planejadas, pois atuo com práticas, visitas técnicas e não dar para realizar nada disso no improviso

Está aberto a desenvolver um trabalho colaborativo de planejamento com os demais professores e coordenadores da instituição: 100% afirmam que sim.

O que significa, para você, qualidade no processo de ensino e aprendizagem?

- Quando há o efetivo aprendizado!
- É estar sempre aberto a novos conhecimentos e adaptando em sala de aula, com a finalidade de sensibilização do aluno para determinado conhecimento
- A possibilidade de autoavaliação e estimular alunos a repensarem suas práticas.
- a qualidade no processo de aprendizagem é o professor trabalhar com força de vontade e dá o máximo de si para que o aluno absorva todo o conteúdo
- Absorção do conhecimento pelos alunos.
- Se o aluno de alguma forma possa ter aprendido um pouco sobre determinado assunto.
- A qualidade significa proporcionar aos alunos o acesso e acompanhamento ao conhecimento de forma simplificada.
- Transferir com responsabilidade e segurança; ter bons recursos (materiais, computadores, salas, acesso a visita, convênios e outros); Ser colaborativos com os gestores para formar uma comunidade de forma atingir o sucesso educacional
- Uma boa relação professor aluno e que ajude no desenvolvimento dos dois

Como ocorre a integração dos componentes mencionados? Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades com a integração dos componentes no processo de ensino e aprendizagem-6 respostas, de que se relevam:

- Em uma turma levei vários autores diferentes e pedi que os alunos se reunissem em equipes e dessem a aula para mim sobre aquele determinado assunto, baseados em autores diferentes, cada equipe baseada em um autor. Houve uma polêmica danada, os alunos disseram que eu estava enrolando para não dar aula e eu tive que dar aula tradicional porque eles não estão preparados para um processo diferenciado.
- costume realizar trabalho em grupo para que o aluno (futuro profissional) se prepare melhor para o mercado de trabalho.
- Os objetivos são os propósitos da ação. O conteúdo são os conceitos a serem trabalhados. A metodologia por outro lado, trata do que será necessário para promover os objetivos e conteúdo para que haja coerência.
- Da seguinte maneira: Um assunto de refrigeração onde se quer montar um circuito de ligação entre as unidades externas e internas necessita de fios, estiletes e fita isolante com a ausência de alguns desse

fica impossibilitado em realizar as tarefas, então fico em uma situação que precisaria realizar outra, ou seja, plano B que sempre deverá ter.

Quais componentes/itens costuma incluir no plano de ensino e aprendizagem? Porque?

- Material diversificado e atividades, gosto de dar a ideia para o aluno que ele é livre para escolher quaisquer materiais queira, e gosto muito de atividades para ver se fixou o assunto.
- Interação em equipe, seminários e pequenos filmes
- Atividades de reforço da aprendizagem
- atividades práticas, trabalho em equipe e dinâmica de grupo
- Objetivo, Conteúdo, Metodologia e Avaliação. Estes itens apresentam uma reflexão sobre "o quê", "para quê", "como" e "com o quê" ensinar.
- Recursos para realização de práticas: Data show, computadores, ferramentas, instrumentos; Livros atuais; porque se torna mais atrativo a aula e todos podem desenvolver sua personalidade de como realizar determinada tarefa, escolher a melhor forma e debater com os demais.

Costuma integrar o planejamento da disciplina com o projeto pedagógico do curso no qual a disciplina faz parte? 7 respostas das quais se relevam

- Sim, gosto de ler o projeto pedagógico para verificar as linhas de ação do projeto e verificar as disciplinas que eles já tiveram no passado para ver onde eu posso me apoiar para planejar a minha disciplina.
- Não construo o plano de curso e nem o planejamento.
- s vezes sim, quando o conteúdo requer boas práticas

7.3 Respostas dos gestores inquiridos

As respostas dadas pelos gestores inquiridos permitem-nos contextualizar e compreender melhor as opiniões dos alunos e ex-alunos, pese embora a pequena dimensão amostra respondente.

Para início de discussão triangulada relembra-se que é bastante alto o nível de satisfação dos alunos com o perfil dos cursos e com o seu impacto no seu desenvolvimento pessoal e profissional. As respostas seguintes identificam contribuições significativas e complementares para o reforço de tal opinião.

Como você analisa as características da formação profissional do Técnico nos Cursos do PRONATEC, segundo a matriz curricular integralizado pelos cursos/módulos?

- Muito bem articulado com as necessidades formativas do seu público-alvo, bem como pautados na Lei 12.513/2011, que objetiva e define a finalidade do Pronatec em ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.
- Apesar de se tratar de cursos Técnicos concomitantes, é integrado ao currículo disciplinas de formação gerais, pois acreditamos que a formação técnica é uma complementação da formação básica.

Como você analisa as características da formação profissional do Técnico nos Cursos do PRONATEC, segundo a matriz curricular integralizado pelos cursos/módulos?

- Eficiente e de qualidade.
- No nosso caso, o Instituto Federal que é o ofertante do curso, os alunos saem com diploma de aluno do IFMA, os alunos que tem interesse, estão estagiando ou já conseguiram emprego na área. Mas confesso que depende muito individualmente do aluno e não apenas da formação em si.

Que mudanças você tem percebido no mercado de trabalho que impactam sua atuação como professor/gestor/supervisor dos Curso Técnico profissionalizantes? (1 gestor respondeu)

- Percebo hoje que quantidades de pessoas certificadas, não garantem melhoria do mercado de trabalho, a falta de conhecimento sobre demanda e atuação de trabalho são os maiores entraves, principalmente para a classe de baixa renda.

Quais são os pontos positivos e negativos de acordo com o seu olhar do PRONATEC?

Gestor 1:

- Positivos: o aluno tem oportunidades de investir em na sua formação educacional de forma gratuita e segura, usufruindo de uma educação de qualidade e sem custos, em alguns casos recebendo incentivos como auxílio financeiro de modo a garantir "financeiramente" a conclusão do curso. A aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com as atividades profissionais da área do curso escolhido, por meio de visitas técnicas. Proporcionar instrumentos de preparação para a introdução e inserção dos alunos no mercado de trabalho, através de parcerias com empresas diversas para excussão de estágios supervisionados, ainda que este não tenha caráter obrigatório.
- Negativo: por ser curso concomitante ou FIC, os alunos não têm a obrigatoriedade de conclusão do curso, pois suas certificações não são exigidas como a certificação do ensino médio que é de caráter obrigatório para comprovação de conclusão da educação básica, ou seja, os cursos do PRONATEC visam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional. Conferindo um título a mais, não obrigatório, no currículo do aluno, e por não gerar custos a este, (a meu ver) o índice de evasão dos cursos é bem acentuado.

Gestor 2:

- PONTOS POSITIVOS: qualificação para alunos mais necessitados financeiramente; variadas ofertas de cursos; Expansão do mercado de trabalho.
- PONTOS NEGATIVOS: demora nos repasses financeiros; Burocracia para uso do recurso; A bolsa formação do aluno é para maioria o principal motivador para ingressar no curso.

8. Discussão dos resultados e Proposta de Intervenção

8.1 Discussão dos resultados

Este estudo buscou analisar a percepção dos jovens egressos oriundos dos cursos técnicos do PRONATEC quanto à sua inserção no mercado de trabalho e, a partir dela buscamos estruturar uma proposta de intervenção a ser apresentada aos gestores da Instituição onde funcionam os cursos técnicos profissionalizantes, no sentido de potencializar os pontos fortes e minimizar os pontos fracos.

Tendo em conta que a amostra não é representativa, os resultados obtidos são meramente indicativos.

- Na amostra de estudantes inquiridos o gênero não apresenta diferenças de frequência estatisticamente significativas. Este resultado é indicativo de que as mulheres estão procurando alternativa para o seu desenvolvimento econômico e profissional através do estudo e da profissionalização para adquirir um espaço no mercado de trabalho.
- A indagação sobre a faixa etária dos estudantes permitiu verificar que 91% possuem entre 16 a 24 anos, 6% possuem entre 25 a 34 anos, 1,5% dos respondentes possuem entre 35 a 44 anos e 1,5% dos respondentes possuem 45 a 54 anos. Um dos fatores influente nas atitudes dos jovens egressos é a idade certa para o programa, destacando-se a idade e o estágio no ciclo de vida conforme apresentado no referencial teórico, enfatizando a afirmação de os jovens buscam no ensino-aprendizagem os conhecimentos uteis para o seu desenvolvimento intelectual para a vida adulta na prática laborativa futura, jovens buscando aprender fazendo e tendo muito cedo responsabilidade com sua vida

profissional e familiar , e na busca por uma oportunidade de obter uma renda futura para a sua sobrevivência digna.

- Os jovens estudantes inquiridos são de famílias de baixa renda - 58,2% dos respondentes possuem renda até R\$ 1.000,00 - que buscam no conhecimento adquirido nos cursos técnicos a melhoria no seu desenvolvimento pessoal e profissional e uma oportunidade de trabalho. Lutam para conseguir um emprego digno e ou criar uma cadeia de valor agregado que é um espaço no empreendedorismo a fim de ter espaço no mercado de trabalho. No final do curso receberão uma certificação que definirá a sua formação escolar conforme consta no referencial teórico deste trabalho de projeto.
- Na amostra inquirida a escolaridade prevalente foi o ensino médio incompleto (50,7%), pois muitos desses jovens ainda estão em sala de aula estudando os dois turnos; como observamos também os alunos são oriundos de programas sociais do governo federal onde a renda é de até R\$ 1.000,00 (58,2%);
- Mas um ponto positivo neste estudo é que a maioria dos egressos (74,6%), possui tecnologias digitais em casa com acesso a internet (computador, tablet ou telefone móvel, os smartphones); também possui hábito de leitura 53,7% leem diariamente livros, revistas ou jornais;
- Tiveram oportunidade de conhecer os cursos através do Instituto dos Pobres Divina Providencia/Cesjo (50,7%); percebe-se que a maioria ainda está cursando o curso técnico profissionalizante pelo PRONATEC (82,1%), isso mostra porque muitos jovens ainda não estão no mercado de trabalho em função disso (67,2%). De facto a situação melhora um pouco no segmento dos que já cursaram o PRONATEC: 50% estão empregados.
- Quando indagamos sobre o mercado de trabalho se teria vínculo com o emprego atual, a maioria respondeu que no momento não estão trabalhando (53,7%); e que não tiveram melhoria e nem promoção em função do curso técnico (91%). No segmento dos ex-alunos 30% responderam que o seu trabalho tem vínculo ao que aprenderam no curso e melhoraram a sua situação profissional. A maioria gostam das aulas, pois os professores passam bem o conteúdo em sala de aula (97%) responderam que sim;
- Quanto ao apoio dado pelo IFMA a maioria dos inquiridos, responderam que foi o laboratório de informática. Entretanto, quando chegamos para ministrar aula em 2014, lembro que tínhamos um espaço amplo com várias salas de aula, várias salas de apoio

administrativo, salas de professores e 4 laboratórios de informática, sendo 2 no piso superior e 2 no térreo. Hoje só tem 1 laboratório de informática que é disputado tanto por alunos quanto por professores. Ao longo do tempo fomos perdendo espaços para a iniciativa privada que aluga ou arrenda o espaço para ocupação de seus funcionários e fazem também nas salas treinamento dos jovens recém contratados.

- Isso tudo por consequência da diminuição de recursos públicos que antes eram investidos em muitos cursos técnicos que ao longo do tempo foram diminuindo. Hoje os cursos são a distância em formato online, os alunos só frequentam os cursos 3 dias na semana de forma presencial. Assume-se ser um ponto fraco, também identificado nas falas de alguns alunos.
- Contudo, apesar dessa diminuição, os alunos fazem uma avaliação positiva, quando 65,7% avaliam o incentivo dado pelo IFMA no desenvolvimento dos cursos técnicos ao formato educativo dado a comunidade do Cesjo. Tem-se também, o incentivo ao empreendedorismo, quando criam um espaço COWORKING para prestar assessoramento aos pequenos e microempresários. O IFMA e o CESJO têm uma gestão democrática no ambiente escolar pautado na busca e exercício da cidadania dentro do ambiente escolar. (50,7%) estão satisfeitos com essa gestão. Na vida profissional dos jovens também é avaliado positivamente o impacto na carreira dos egressos de 67,2% (pontuação 4 ou 5).

8.2 Proposta de Intervenção

Existem hoje no Brasil cerca de 80 milhões de pessoas que estão atuando na periferia do mundo do trabalho de forma precarizada. Quanto a oportunidade de estágio nos cursos do PRONATEC não existe essa obrigatoriedade pois muitos dos estudantes estudam nos dois turnos, não tem tempo para o estágio. Mas sempre que a instituição pode, disponibiliza o ônibus para os discentes juntamente com um professor fazerem visitas técnicas em empresa privada após um pré agendamento e planejamento. Não existe pagamento de estágio, conforme um discente se equivocou em dizer que não tem condições em pagar pelo estágio. O IFMA é uma

instituição pública Federal e como tal existe toda uma legislação pela gratuidade do ensino e de seus parceiros. Não podem cobrar nenhuma taxa de seus alunos.

Verificou-se também a inexistência de resultados ao nível do empreendedorismo.

8.2.1 Arranjos Produtivos Locais – APLs

Os APLs constituem uma forma iniciante de organização mais sistêmicas das pequenas empresas. O desenvolvimento do APL liga-se a sua transformação de estrutura mais complexa como o Sistema Produtivo Local (SPLs), onde o capital social e governabilidade são determinantes para a expansão de interdependência dos atores envolvidos. Este plano de ação visa sugerir uma proposta de intervenção ao processo da Cadeia Produtiva Empreendedora das Comunidades Locais de São Luís MA e o papel do IFMA/Cesjo no desenvolvimento da mesma. O empreendedorismo muda a vida das pessoas no Brasil, e no Maranhão pode ser uma alternativa de geração de emprego e renda para as comunidades locais, principalmente os jovens egressos, criando uma *startup*.

OS Arranjos Produtivos Locais (APLs) caracterizam uma maneira nova de organização, mais estruturadas, das pequenas organizações. Nesse modelo o desenvolvimento dos APLs é a união de sua evolução de uma estrutura mais simples para uma mais complexa com as Cadeias Produtivas Locais (CPLs) e/ou Sistema Produtivo Local (SPLs), onde essa transformação é determinada para a expansão de interdependência sustentáveis de atores envolvidos. Essa proposição interventiva visa organizar e mobilizar os atores das Cadeias Produtivas que estão inseridas no espaço do Cesjo para que os mesmos possam promover rodas de conversas para se organizarem através de um Programa Inclusivo e formem redes de diálogo para um processo de mudança moderno.

No Maranhão a iniciativa do Instituto Federal de Educação ainda se dá numa concepção nova, existindo uma ação de trabalhar a ideia de arranjos produtivos locais. A melhor concepção encontrada para as aglomerações produtivas foi a de cadeia produtiva, onde concentra várias pessoas de algumas comunidades próximas com interesses comuns em determinada atividade, haja vista a de geração de trabalho, emprego e renda numa perspectiva de parceria entre o público e o privado. A seguir serão apresentados a o planejamento da ação para viabilização de um projeto de intervenção dentro do espaço da ação social do Cesjo.

O projeto de intervenção será realizado em três momentos: 1 - junto aos jovens egressos do IFMA quando se busca saber mais sobre a forma que está sendo entendido o

fomento aos Projeto de extensão denominado Coworking, onde tem um assessoramento feito pelos alunos aos pequenos empreendedores da área do bairro e seus entornos; 2 – junto aos microempresários, cujas pessoas fazem parte das comunidades que prestam serviços dentro e fora do espaço do Cesjo e formam uma cadeia de serviços empresarias (Oficina de mecânica de automotores, serviços de engenharia e projetos arquitetônicos, e serviços de comunicação e estão formando a cadeia produtiva sugerida; e juntos aos gestores e equipe acadêmica do IFMA e também do Cesjo.

O IFMA, através do Cesjo, deverá executar um projeto de geração de emprego e renda, mobilizando instituições públicas e privadas e a sociedade como um todo, no objetivo de enfrentar essa situação, consoante com os princípios de inclusão social preconizados pelo Governo Federal através do PRONATEC.

O enfrentamento da pobreza nas áreas urbana e rural de São Luís exige o aumento das oportunidades de ocupação e geração de renda, sem que se quebre o equilíbrio das contas públicas municipal, estadual e federal. Por isso, o IFMA/Cesjo buscará parcerias sólidas com todas as esferas de poder para fortalecer as cadeias produtivas inclusiva como: viabilizar o sistema de microcrédito de modo a possibilitar o surgimento de novos negócios, preferencialmente nos espaços territoriais (bairros, comunidade, vila, etc.) para os egressos e os micro empresários, capacitação e treinamento sobre empreendedorismo, como montar o seu negócio, bem como financiamento para execução dos projetos. Com isto procurará tais parceiros: organizações privadas, associações ou grupo de produção, ONGs, Universidades e Centros Tecnológicos, Bancos do Brasil, BASA, BNB, SEBRAE, SENAI.

O Cesjo, parceiro do IFMA, deverá através do desenvolvimento sustentável da população do bairro da cidade operária e seus entornos, está executando vários projetos sociais através de parcerias, mas iremos nos ater somente na parceria entre o Instituto Federal e o Cesjo, na esperança de gerar emprego e renda aos seus beneficiários.

Somando a estas questões apresentadas tem-se muitas pessoas que buscam através de iniciativas empreendedoras e desenvolvem atividades comerciais e de serviços que podem dar oportunidades aos jovens egressos que terminam o curso técnico de logísticas e outros cursos de acordo com a necessidade de absorver alunos com ideias em sua empresa. Muitos desses jovens saem de uns cursos profissionalizantes bem motivados e quando deparam com um mercado de trabalho excludente, ficam desanimados e procuram fazer qualquer coisa para sobreviverem e aceitam um trabalho precarizados.

Isto vem se constituindo um grande entrave para a inserção desses jovens no mercado de trabalho. A partir disso, esse projeto inclusivo se justifica junto ao IFMA/CESJO pelo PRONATEC apoiar as comunidades envolvidas, principalmente os jovens com o projeto de intervenção inclusivo com as suas produções, seus comércios e serviços prestados à população local transformando-as em cadeias produtivas. Propõe-se, então, a instalação de um Espaço Empreendedor que funcione enquanto local de aglutinação, que seja capaz de arregimentar consumidores e que possibilite a organização dos micro e pequenos empreendedores de diversos segmentos na perspectiva de superação da geração e ocupações no mundo do trabalho. Transcreve-se, a seguir, o projeto inclusivo (Incubadora empreendedora experimental) que dará origem a implementação do espaço de empreendedorismo no local, e que potencializará todo o processo da cadeia produtiva dentro do Cesjo:

Objetivo Geral

Incentivar a criação de uma incubadora de empreendedorismo com ênfase na identidade cultural local, oportunizando meios que facilitem a inserção de jovens egressos no mercado de trabalho local estimulando a empregabilidade dos mesmos.

Objetivos Específicos

- a) garantir espaço do empreendedor na comercialização e serviços no Cesjo;
- b) incentivar a parceria com as empresas privadas na inserção dos jovens no mercado de trabalho enfatizando a identidade local;
- c) oportunizar eventos de rodas de conversas, workshop e ou seminários para debater a temática empreendedora e de inovação;
- d) garantir a participação do público, através da mobilização/sensibilização usando os meios de comunicação.

Metas

- a) Realizar eventos: 1 Roda de Conversa, 1 Workshop e 2 Seminários com os envolvidos e a comunidade, conforme cronograma;
- b) Envolver 20 microempresários de dentro do Cesjo e fora, no seu entorno e/ou grupos e empreendedores individuais em cada evento;
- c) Realizar 1 apresentação cultural na forma de atrações complementares: Circo Escola, Teatro de Rua, apresentações folclóricas, brincadeiras e apresentações musicais em cada evento

8.2.2 Estratégias metodológicas

A dinâmica metodológica a ser empreendida compreenderá as seguintes ações:

- Cadastrar os participantes no espaço do empreendedor;
- divulgar o evento na mídia local com o objetivo de atrair participantes;
- distribuir o espaço físico entre os seus participantes;
- organizar apresentação artística/cultural durante o evento;
- fornecer a infraestrutura necessária à realização dos eventos;
- avaliar sistematicamente a realização de cada evento para a melhoria do processo;
- definir datas de realização dos eventos, conforme interesse dos participantes.

CALENDÁRIO DAS EDIÇÕES DOS EVENTOS EMPREENDEDORES

MESES	DIAS PREVISTOS
AGOSTO	10
OUTUBRO	19

DEZEMBRO	14
FEVEREIRO	22

Deseja-se que os impactos desse projeto seja a inclusão de jovens de 15 a 24 anos, de baixa renda, por meio de sua formação profissional onde ampliará os seus horizontes de possibilidades no mundo do trabalho; o seu reconhecimento através dos princípios educativos nesses espaços produtivos; e, melhorar a ampliação da responsabilidade social do empreendedor ludovicenses.

A partir de então serão norteados por projetos pedagógicos construídos nas articulações entre as necessidades produtivas e educativas, sendo que a sua organização curricular deve envolver conteúdos teóricos e práticos, definidos a partir das necessidades de trabalho da localidade e da sua formação cidadã.

9. Considerações Finais

A motivação de pesquisar sobre o tema surge com a ideia observada ao longo da prática como professora do PRONATEC desde o ano de 2014 a 2016. Eu muitas vezes perguntava, esse programa está servindo para esses jovens se inserirem no mundo do trabalho? Quando tivemos a disciplina de Metodologia da Pesquisa, o professor fez um trabalho avaliativo que teríamos de fazer um pré-projeto de pesquisa definindo sua linha de pesquisa de acordo com a escolha de cada discente do mestrado, este foi um trabalho individual solicitado como nota avaliativa.

Como fiz alguns cursos EaD pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre políticas públicas ligada ao Ministério de Desenvolvimento Social, umas das políticas foi sobre o PRONATEC através do Programa Brasil Sem Miséria, abordado no governo da Dilma Rousseff, esses cursos ajudaram na definição do tema e na elaboração do primeiro pré-projeto ainda muito incipiente, sem muita clareza naquele momento.

Identificamos durante o processo de ensino-aprendizagem muitos desafios que podemos enfrentar ao longo da prática docente que necessita serem partilhados e utilizados com

a colaboração e solidariedade de todos que se envolvem no ambiente escolar. Como diz Borges, (2013 p. 59) [...]. *Uma escola de boa qualidade deve ser comprometida com o processo de ensinar bem e fazer aprender a todos e todas, independente das diferenças que possuem.*

Nesse sentido, este estudo buscou analisar a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho oriundos dos cursos técnicos do PRONATEC e, a partir deste estudo fomos observando e questionando situações que fomos olhando e vivenciamos no dia a dia dentro do ambiente escolar juntamente com todo o seu corpo técnico de profissionais e alunos. Participamos de seminários, workshops, rodas de conversas, no próprio ambiente da sala de aula no cotidiano escolar.

Assim, buscamos estruturar uma proposta de intervenção a ser apresentada aos gestores da Instituição onde funcionam os cursos técnicos profissionalizantes. Contudo, foram conduzidos questionários ao público alvo do estudo, os jovens egressos, os professores e gestores conforme citamos anteriormente neste trabalho. Espero que este trabalho constitua um contributo para o aprofundamento de melhor adequação da formação aos seus objetivos últimos o desenvolvimento dos alunos e sua melhor inserção cidadã na sociedade.

IV. Bibliografia

AGENDA 21 – **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento** (1992: Rio de Janeiro). 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1997.

AGENDA 21 ONU, 2012 Disponível em
<<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>> acesso em 18/03/2018.

AGUIAR, Roberto Armando Ramos. **Direito do Meio Ambiente e participação popular**. Brasília: IBANA, 1994.

ALMEIDA, Luciana Souza de. O desafio dos jovens para ingressar no mercado de trabalho. Disponível em <www.lume.ufrgs.br> . Acesso maio de 2017.

Alves, MP (2012). *Metodologia científica*. Lisboa: Escolar Editora.

Barañano,A. (2008). *Métodos e Técnicas de investigação em Gestão*. Lisboa: Edições Sílabo.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1977. 223 p.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOTELHO, J. *Conhecendo e Debatendo a História no Maranhão*. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BRASIL. Relatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Pref. do Presidente Fernando Collor. Brasília: Cima, 1991.

BRASIL, 2008 Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> acesso em 18/03/2018.

Brasil, 2017 < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso em 16/03/2018.

BUARQUE, Sergio. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Instituto Sul – Americano de cooperação para agricultura, 1999.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, L. F. O significado identitário do reggae para a comunidade no bairro popular de São Francisco em São Luís Maranhão, Brasil. (2011). Disponível em <<https://dspace.ups.edu.ec/bitstream/123456789/3862/1/UPS-QT03420.pdf>> acesso em 28/05/2018.

CARVALHO, Joari Aparecido Soares. Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil. Disponível em: <www.usp.br> Acesso maio de 2017.

CASAROTTO, Nelson Filho; PIRES, Luis Henrique. **Redes de Pequenas Empresas e Desenvolvimento Local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J. E; SZAPIRO, Marina. **Proposição de Políticas para a promoção de sistema produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas – Arranjos e sistemas produtivos locais no Brasil**, Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ, 2002.

COELHO, Danilo; GUSO, Divonzir. Impactos Tecnológicos sobre a demanda por trabalho no Brasil. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2011. Disponível em <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253> acesso em 11/11/2017.

CORDEIRO, Antônio F., & TROVÃO, J.R. Atlas do Maranhão: espaço geo.-histórico e cultural. João Pessoa -PB: Editora Grafset, 2006.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez. Autores Associados. 1990.

DOWBOR, Ladislau. **O Que é Poder Local**. Brasília: Brasiliense, 1999.

FRANCO, Augusto de. **Ação Local** – a nova política da contemporaneidade. Brasília: Drager Maia, 1995.

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos do desenvolvimento local, integrado e sustentável**. Rio de Janeiro: Cadernos da Oficina Social, n, 2000.

GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986. 213 p.

Gil, A. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas.

GOLIGHER, André Braz. O jovem no mercado de trabalho. Disponível em :<www.cae.ibmecmg.br> Acesso maio de 2017.

GOMES, Gustavo Maia. **Desenvolvimento sustentável no nordeste**. Brasília: IPEA, 1995.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. Disponível em: <www.piwik.fclar.unesp.br> Acesso maio de 2017.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os jovens e o mercado de trabalho. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, 2013. LAGE, Janaina. Jovem enfrenta maior dificuldade para conseguir emprego, diz IBGE. 2015. Disponível em: <<https://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6845/4926>> Acesso em 23 de junho de 2017.

HIRTS, Paul. **Globalização em Questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade /Paul Hirts e Grahame Thompson; Tradutora: Wanda Caldeira Brant. – Petrópolis: Vozes, 1998 – (Coleção Zero a esquerda).

JARA, Carlos Júlio. **Capital social e desenvolvimento local sustentável**. Equador: IICA,1999.

Karen Maciel UNIRIO /Adriano Cardoso UERJ. Juventude, direito e políticas públicas. ANÁLISE DO PROJOVEM NO RIO DE JANEIRO: SUA PROPOSTA E SEUS DESAFIOS. Disponível em < <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-148.pdf>> acesso em 12/12/2017.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987. 222 p.

LIRA, Lucivaldo Paz. A Educação profissional sob o olhar do PRONATEC: realidade e contexto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Boituva/SP / Lucivaldo Paz de Lira. Americana: UNISAL, 2015.101f. Disponível em<http://unisal.br/wpcontent/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Lucivaldo-Paz-de-Lira.pdf> acesso em 10/10/2017

MAIMON, Dália. **As ciências sociais e a questão ambiental rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED/NHEA, 1993.

Marconi, M. & Lakatos, E. (2011). *Metodologia Científica*. S. Paulo: Atlas.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **Avaliação de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Maranhão**: relatório de atividades da análise de políticas. Ceará, Agosto 2004.

MENDES, Armando D. Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia. In BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MENEZES, Naercio. A presença dos jovens no mercado de trabalho. Disponível em: <www.insper.edu.br.> Acesso em maio de 2017.

MOURA, Susana. **A Gestão do Desenvolvimento local**: estratégias e possibilidades de financiamento. Foz do Iguaçu: Anais ANPAD, 1998.

NASCIMENTO, M.N. Geografia do Maranhão. São Paulo: FTD, 2001.

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. 2006.

OLIVEIRA, F. Correia. Gestão ambiental: nova estratégia das empresas. **Revista Centro de Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 5 n.5, 1998.

Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro / editores: André Bojikian Calixtre, André

Martins Biancarelli, Marcos Antonio Macedo Cintra. – Brasília : IPEA, 2014. 643 p. : il.,

gráfs.color.Disponívelem<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_presente_futuro_desenvolvimento> Acesso em 12 de março de 2018.

Ramos, Marise Nogueira. História e política da educação profissional [recurso eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5).

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

REVISTA do Governo Federal. **O Brasil na Era do desenvolvimento Sustentável: crescimento, emprego, inclusão social e democracia: este é nosso Brasil**, v. 2, n. 4, p. 54, 2004.

ROSSETI, José Pascoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IBAMA, 1996.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAMPAIO, F. C. Geografia do Maranhão, 4º ou 5º ano: ensino fundamental. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2008.

SCHLICKMANN, Eugênia; PIZARRO, Daniella. A evolução do jovem no mercado de trabalho: uma abordagem sob a ótica da liderança. *Revista Borges*, v.3, n.1, p.70-89, 2013.

TERRA, Osmar. Desenvolvimento local – práticas inovadoras. **Cadernos da Oficina Social**, Rio de Janeiro, n. 5, 2000.

UCHÔA, José de Freitas. Desenvolvimento local integrado e sustentável. **Revista Prática**, Fortaleza: Santa – Fé de Bogotá: centros colombianos de filantropia, 1997.

VASCONCELOS, Ana Maria Cavalcante. **Responsabilidade Social Empresarial e o Desenvolvimento Comunitário Sustentável**, Fundação Edson Queiroz da Universidade Federal de Fortaleza – IE/UNIFOR, Fortaleza, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Viana, Fabrícia Roberta. **PROJETO: UM COMPUTADOR POR ALUNO – SUCESSO OU INSUCESSO?** Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2016. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5856/1/DM_Fabricia%20Roberta%20Viana.pdf> acesso em 05/04/2018.

VIANNA, José Pedro Ramos. **Programas de Promoção e desenvolvimento de Arranjos e Sistemas produtivos Locais do Maranhão** – PAPL. SEBRAE/GEPLAN, 2003.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Waiselfisz, Júlio Jacobo. Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil. FLASCO, BRASIL. Disponível em <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf> acesso em 10/11/2017

Sites Consultados:

Fotografias do CESJO. Disponível em <<http://www.cesjo.org.br/areas-de-atuacao>> acesso em 05/04/2018.

A Inserção dos Jovens Egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Mercado de Trabalho
- um estudo exploratório -

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário aos Jovens Egressos do PRONATEC/IFMA/CESJO/São Luís MA

Objetivo: recolher dados em relação aos jovens egressos dos cursos técnicos para uma melhor contextualização para fins científicos.

Prezados Alunos,

O presente questionário insere-se no projeto intitulado, “A Inserção dos Jovens Egressos do PRONATEC dos Cursos Técnicos no Mercado de Trabalho: um estudo exploratório”.

Este estudo é realizado como projeto final do mestrado em Docência e Gestão da Educação pela Universidade Fernando Pessoa, cujo objetivo geral é conhecer a inserção dos jovens egressos do PRONATEC dos cursos técnicos no Mercado de Trabalho.

A sua colaboração é fundamental para a concretização deste trabalho, por isso, solicito-lhes que disponibilize um pouco do seu tempo para responder este questionário, expressando as suas opiniões sobre cada enunciado.

Não existem respostas certas e erradas, mas apenas um conjunto de questões sobre as quais pretendo conhecer o que pensa. Solicito que responda com precisão às questões apresentadas. Este questionário só poderá contribuir para a investigação referida, desde que esteja completamente preenchido.

O questionário é anônimo e será utilizado, apenas, para fins científicos.

Obrigada pela sua colaboração.

Roseliane de Fátima Costa Ferreira.

<p>1) Qual o sexo? <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Outro _____</p>
<p>2) Qual é sua idade? <input type="checkbox"/> 16-24 <input type="checkbox"/> 25-34 <input type="checkbox"/> 35-44 <input type="checkbox"/> 45-54 <input type="checkbox"/> acima de 55</p>
<p>3) Qual é o seu estado civil? <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> desquitados/divorciados/separados <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Outro _____</p>
<p>4) Qual é o meio de transporte que você utiliza nos percursos casa-escola-trabalho? <input type="checkbox"/> ônibus <input type="checkbox"/> Motocicleta <input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Van <input type="checkbox"/> Carona <input type="checkbox"/> Outro _____</p>
<p>5) Qual é a região residencial que você mora atualmente? <input type="checkbox"/> São Luís/Bairro _____ <input type="checkbox"/> Paço do Lumiar/Bairro _____ <input type="checkbox"/> São José de Ribamar/Bairro _____ <input type="checkbox"/> Outro/ _____</p>
<p>6) Qual o seu grau de instrução? <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Especialista <input type="checkbox"/> Pós graduação/ Mestrado/ Doutorado <input type="checkbox"/> Outros</p>
<p>7) Qual a sua renda da família? <input type="checkbox"/> Até 1.000,00 <input type="checkbox"/> 1001,00 – 2.000,00 <input type="checkbox"/> 2001,00 – 3.000,00 <input type="checkbox"/> 3.000,00 – 5.000,00 <input type="checkbox"/> Acima de 5.001,00</p>
<p>8) Como é o uso das tecnologias digitais em sua vida? <input type="checkbox"/> possui equipamento em casa com acesso à internet <input type="checkbox"/> possui equipamento em casa sem acesso à internet <input type="checkbox"/> Não possui o equipamento em casa <input type="checkbox"/> possui equipamento no trabalho e acesso à internet <input type="checkbox"/> possui equipamento no trabalho sem acesso à internet <input type="checkbox"/> Utiliza Ciber. esporadicamente <input type="checkbox"/> outros _____</p>
<p>9) Qual é o seu hábito de Leitura? <input type="checkbox"/> Lê diariamente livros, revistas e jornais. <input type="checkbox"/> Não gosta de leitura <input type="checkbox"/> Indiferente a este assunto <input type="checkbox"/> Outra _____</p>

10) Como você conheceu os Curso Técnico do PRONATEC/IFMA? <input type="checkbox"/> através de amigos ou conhecidos <input type="checkbox"/> da televisão <input type="checkbox"/> do Instituto/Cesjo <input type="checkbox"/> Instituto Federal <input type="checkbox"/> Jornal/Encarte/mural <input type="checkbox"/> Internet
11) Quanto ao andamento do curso do Programa PRONATEC <input type="checkbox"/> já cursou <input type="checkbox"/> está cursando <input type="checkbox"/> desistiu mas pretende retornar <input type="checkbox"/> desistiu
12) No momento você está empregado? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> autônomo <input type="checkbox"/> empregado com carteira assinada <input type="checkbox"/> desempregado <input type="checkbox"/> no momento não tenho interesse ou não posso trabalhar
13) O seu trabalho atual tem vínculo com a área que você cursou ou está cursando por meio do Pronatec? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Estou desempregado (a) <input type="checkbox"/> Não estou trabalhando no momento
14) Você obteve promoção no seu trabalho ou melhoria do seu salário, em razão do curso realizado pelo Pronatec? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
15) No decorrer do curso você costuma(va) faltar às aulas? <input type="checkbox"/> sempre <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> esporadicamente <input type="checkbox"/> nunca faltei às aulas <input type="checkbox"/> Outros _____
16) Quanto às aulas, os professores souberam/sabem passar o conteúdo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outro _____
17) Em quais ações o IFMA/Cesjo apoia ou apoiou a sua inserção no mercado de trabalho? (pode marcar mais de uma opção) <input type="checkbox"/> Encaminhamento para estágio <input type="checkbox"/> bolsa formação <input type="checkbox"/> Visitas técnicas <input type="checkbox"/> Seminários/Workshops <input type="checkbox"/> capacitação/treinamento/Desenvolvimento profissional <input type="checkbox"/> financiamento <input type="checkbox"/> local com infraestrutura/espço físico adequado <input type="checkbox"/> laboratório de informática <input type="checkbox"/> parceria com empresas privada para receber os jovens na sua vida profissional de 1º Emprego
18) Como você avalia o papel do IFMA/Cesjo ao incentivar e desenvolver cursos técnicos profissionalizantes para o fomento educativo na comunidade? <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> muito bom <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim
19) Os professores ou coordenadores do curso incentivam o empreendedorismo? Ou seja, você montar seu próprio negócio? <input type="checkbox"/> sempre <input type="checkbox"/> às vezes <input type="checkbox"/> esporadicamente <input type="checkbox"/> nunca falaram sobre o tema
20) Como é a gestão democrática do ambiente escolar no IFMA/Cesjo nos cursos ofertados pelo PRONATEC? <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> muito bom <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim
21) Como você avalia o PRONATEC, tendo em vista o impacto do curso em sua vida profissional. <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> muito bom <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim
22) Sugestões e ou Mensagens que você queira deixar aqui. (Exemplo, o que foi que o PRONATEC representa/representou em sua vida profissional). _____

APÊNDICE B – Roteiro de Questionário com Docente

Questionário com Professores do PRONATEC

Objetivo: Recolher dados em relação à experiência docente para uma melhor contextualização para fins científicos.

1. Quanto tempo atua como professor no ensino técnico profissional: PRONATEC
 - 1 () menos de 1 ano
 2. () 1 ano a 3 anos
 3. () 3 a 6 anos
 - 4 () 6 a mais de 10 anos
2. Possui formação no âmbito da didática?
 1. () sim
 2. () não
- Costuma participar de formação continuada? Se sim, qual frequência?
 1. () sim () raramente () frequentemente
 2. () não
3. Na prática pedagógica, trabalha ou já trabalhou com workshops com a missão de melhorar os processos de ensino e aprendizagem no coletivo com outros docentes?
() concordo plenamente () discordo plenamente () discordo em partes
4. Acredita que uma boa relação pedagógica entre professores e coordenadores de curso possa contribuir para um melhor planejamento do processo de ensino e aprendizagem?
() concordo plenamente () discordo plenamente () discordo em partes
5. Existem dificuldades que impedem a execução do trabalho colaborativo entre os professores, supervisores e coordenadores para que seja mais produtivo?
 1. () Sim Quais: _____
 2. () Não
6. Como costuma organizar estratégias e materiais de maneira a contribuir para um melhor funcionamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos?
7. Na presença de dificuldades no processo ensino-aprendizagem de alunos, costuma fazer as adequações necessárias?
Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido benefícios da adequação das práticas a partir do feedback dos alunos.
Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens na adequação.
8. Está aberto a adoção de boas práticas de planejamento na sua atividade de planejar o processo de ensino e aprendizagem?
Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha experienciado os benefícios da adoção de boas práticas de planejamento.
Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades e/ou desvantagens da adoção de boas práticas de planejamento.
9. Está aberto a desenvolver um trabalho colaborativo de planejamento com os demais professores e coordenadores da instituição?
10. O que significa, para você, qualidade no processo de ensino e aprendizagem?

11. Quais componentes/itens costuma incluir no plano de ensino e aprendizagem? Porque?
Como ocorre a integração dos componentes mencionados? Exemplifique, por favor, com a descrição de uma situação em que tenha tido dificuldades com a integração dos componentes no processo de ensino e aprendizagem.
12. Costuma integrar o planejamento da disciplina com o projeto pedagógico do curso no qual a disciplina faz parte?

APÊNDICE C – Roteiro de Questionário com os Gestores/Supervisores

Questionário para os gestores dos Cursos Técnicos Profissionalizantes(PRONATEC/IFMA)

Objetivo: analisar a gestão democrática da Instituição no contexto do PRONATEC

1. Que fatores foram decisivos para sua opção em gerenciar/supervisionar/lecionar nos Cursos técnicos do PRONATEC?

2. Quais os motivos que o levaram a assumir a gestão/docência nesta instituição/IFMA/Cesjo?

3. Como você analisa as características da formação profissional do Técnico nos Cursos do PRONATEC, segundo a matriz curricular integralizado pelos cursos/módulos?

4. Como você vê a relação entre a formação profissional dos Técnicos oriundos do PRONATEC e o mercado de trabalho?

5. Que mudanças você tem percebido no mercado de trabalho que impactam sua atuação como professor/gestor/supervisor dos Curso Técnico profissionalizantes?

6. Quais são os pontos positivos e negativos de acordo com o seu olhar do PRONATEC?

APÊNDICE D – Carta de autorização para realização da pesquisa

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Declaramos para os devidos fins, que o **Diretor-geral do IFMA-** Instituto Federal do Maranhão - IFMA /**Campus São Luís Centro Histórico, Paulo Batalha Gonçalves**, apoia e consente a realização da pesquisa nesta instituição, especificamente sobre o PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC, na unidade remota na cidade Operária que funciona em parceria com o Centro Educacional e Social São José Operário – CESJO, pela pesquisadora **Roseliane de Fátima Costa Ferreira**, Mestranda em Docência e Gestão em Educação na Universidade Fernando Pessoa – UFP, em Porto – Portugal, sob a orientação da professora Doutora Tereza Ventura.

Nesse contexto, a pesquisadora poderá ter acessos aos dados documentais e informações sobre os processos educacionais e pedagógicos do referido instituto.

São Luís - MA, 29 de outubro de 2017.



Prof. Dr. Paulo Batalha Gonçalves
Diretor Geral IFMA Campus São Luís Centro Histórico
Portaria 5.491 - DOU 16/09/2017
Mat. Siape: 1665130
paulobatalha@ifma.edu.br

APÊNDICE D – Carta de autorização para realização da pesquisa

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Declaramos para os devidos fins, que o **Diretor- Operacional do Instituto dos Pobres da Divina Providencia /Centro Educacional e Social São José Operário/Cesjo, Ir. Roque Karmirsk**, apoia e consente a realização da pesquisa nesta instituição, especificamente sobre o PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC, na unidade remota na cidade Operária que funciona em parceria com o Instituto Federal, Ciência e Tecnologia do Maranhão, pela pesquisadora **Roseliane de Fátima Costa Ferreira**, Mestranda em Docência e Gestão em Educação na Universidade Fernando Pessoa – UFP, em Porto – Portugal, sob a orientação da professora Doutora Tereza Ventura.

Nesse contexto, a pesquisadora poderá ter acessos aos dados documentais e informações sobre os processos educacionais e pedagógicos do referido instituto.

São Luís - MA, 12 de novembro de 2017.

Ir. Roque Karmirsk
Diretor Operacional do Cesjo

ANEXO 1 – LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 2º O Pronatec atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

§ 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores.

§ 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

§ 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 3º O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 4º O Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;

III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante; e

b) Bolsa-Formação Trabalhador;

V - financiamento da educação profissional e tecnológica;

VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e

IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da [Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008](#). [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação. [\(Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013\)](#)

§ 2º A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

§ 3º O Poder Executivo definirá os requisitos e critérios de priorização para concessão das bolsas-formação, considerando-se capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa.

§ 4º O financiamento previsto no inciso V poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação de trabalhadores nos termos da [Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001](#), nas instituições habilitadas na forma do art. 10 desta Lei.

Art. 5º Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e

II - de educação profissional técnica de nível médio; e [\(Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013\)](#)

III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal. [\(Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013\)](#)

§ 1º Os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2º Os cursos referidos no inciso II submetem-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação.

§ 3º [\(VETADO\)](#). [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 6º Para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei.

§ 1º As transferências de recursos de que trata o **caput** dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos.

§ 2º Do total dos recursos financeiros de que trata o **caput** deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

§ 3º O montante dos recursos a ser repassado para as bolsas-formação de que trata o **caput** corresponderá ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante, que serão posteriormente confirmadas como matrículas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da

Educação, observada a obrigatoriedade de devolução de recursos em caso de vagas não ocupadas. [\(Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 4º Os valores das bolsas-formação concedidas na forma prevista no caput correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídos as mensalidades, encargos educacionais e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço. [\(Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 5º O Poder Executivo disporá sobre o valor de cada bolsa-formação, considerando-se, entre outros, os eixos tecnológicos, a modalidade do curso, a carga horária e a complexidade da infraestrutura necessária para a oferta dos cursos.

§ 6º O Poder Executivo disporá sobre normas relativas ao atendimento ao aluno, às transferências e à prestação de contas dos recursos repassados no âmbito do Pronatec.

§ 7º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao Ministério da Educação, ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos de controle interno do Poder Executivo irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do Pronatec.

Art. 6º-A. A execução do Pronatec poderá ser realizada por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea *a* do inciso IV do caput do art. 4º aos estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, nas formas e modalidades definidas em ato do Ministro de Estado da Educação. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 1º Para fins do disposto no caput, as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio deverão: [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

I - aderir ao Pronatec com assinatura de termo de adesão por suas mantenedoras; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

II - habilitar-se perante o Ministério da Educação; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

III - atender aos índices de qualidade acadêmica e a outros requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação; e [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

IV - garantir aos beneficiários de Bolsa-Formação acesso a sua infraestrutura educativa, recreativa, esportiva e cultural. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 2º A habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, no caso da instituição privada de ensino superior, estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos: [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

I - atuação em curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no catálogo de que trata o § 2º do art. 5º; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

II - excelência na oferta educativa comprovada por meio de índices satisfatórios de qualidade, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

III - promoção de condições de acessibilidade e de práticas educacionais inclusivas. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 3º A habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, no caso da instituição privada de educação profissional técnica de nível médio, estará condicionada ao resultado da sua avaliação, de acordo com critérios e procedimentos fixados em ato do Ministro de Estado da Educação, observada a regulação pelos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 4º Para a habilitação de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, o Ministério da Educação definirá eixos e cursos prioritários, especialmente nas áreas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 6º-B. O valor da bolsa-formação concedida na forma do art. 6º-A será definido pelo Poder Executivo e seu pagamento será realizado, por matrícula efetivada, diretamente às mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, mediante autorização do estudante e comprovação de sua matrícula e frequência em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 1º O Ministério da Educação avaliará a eficiência, eficácia e efetividade da aplicação de recursos voltados à concessão das bolsas-formação na forma prevista no caput do art. 6º-A. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 2º As mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e das instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio disponibilizarão ao Ministério da Educação as informações sobre os beneficiários da bolsa-formação concedidas para fins da avaliação de que trata o § 1º, nos termos da legislação vigente, observado o direito à intimidade e vida privada do cidadão. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 6º-C. A denúncia do termo de adesão de que trata o inciso I do § 1º do art. 6º-A não implicará ônus para o poder público nem prejuízo para o estudante beneficiário da Bolsa-Formação Estudante, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão ao Pronatec sujeita as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio às seguintes penalidades: [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

I - impossibilidade de nova adesão por até 3 (três) anos e, no caso de reincidência, impossibilidade permanente de adesão, sem prejuízo para os estudantes já beneficiados; e [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

II - ressarcimento à União do valor corrigido das Bolsas-Formação Estudante concedidas indevidamente, retroativamente à data da infração, sem prejuízo do previsto no inciso I. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 6º-D. As normas gerais de execução do Pronatec por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea a do inciso IV do caput do art. 4º aos estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio serão disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Educação, que deverá prever: [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

I - normas relativas ao atendimento ao aluno; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

II - obrigações dos estudantes e das instituições; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

III - regras para seleção de estudantes, inclusive mediante a fixação de critérios de renda, e de adesão das instituições mantenedoras; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

IV - forma e condições para a concessão das bolsas, comprovação da oferta pelas instituições e participação dos estudantes nos cursos; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

V - normas de transferência de curso ou instituição, suspensão temporária ou permanente da matrícula do estudante; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

VI - exigências de qualidade acadêmica das instituições de ensino, aferidas por sistema de avaliação nacional e indicadores específicos da educação profissional, observado o disposto no inciso III do § 1º do art. 6º-A; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

VII - mecanismo de monitoramento e acompanhamento das bolsas concedidas pelas instituições, do atendimento dos beneficiários em relação ao seu desempenho acadêmico e outros requisitos; e [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

VIII - normas de transparência, publicidade e divulgação relativas à concessão das Bolsas-Formação Estudante. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 7º O Ministério da Educação, diretamente ou por meio de suas entidades vinculadas, disponibilizará recursos às instituições de educação profissional e tecnológica da rede pública federal para permitir o atendimento aos alunos matriculados em cada instituição no âmbito do Pronatec.

Parágrafo único. Aplica-se ao **caput** o disposto nos §§ 1º a 7º do art. 6º, no que couber.

Art. 8º O Pronatec poderá ainda ser executado com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante a celebração de convênio ou contrato, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá critérios mínimos de qualidade para que as entidades privadas a que se refere o **caput** possam receber recursos financeiros do Pronatec.

Art. 9º São as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do Pronatec.

§ 1º Os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronatec, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso.

§ 2º Os valores e os critérios para concessão e manutenção das bolsas serão fixados pelo Poder Executivo.

§ 3º As atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Pronatec não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos.

§ 4º O Ministério da Educação poderá conceder bolsas de intercâmbio a profissionais vinculados a empresas de setores considerados estratégicos pelo governo brasileiro, que colaborem em pesquisas desenvolvidas no âmbito de instituições públicas de educação profissional e tecnológica, na forma do regulamento.

Art. 10. As unidades de ensino privadas, inclusive as dos serviços nacionais de aprendizagem, ofertantes de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de cursos de educação profissional técnica de nível médio que desejarem aderir ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de que trata a [Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001](#), deverão cadastrar-se em sistema eletrônico de informações da educação profissional e tecnológica mantido pelo Ministério da Educação e solicitar sua habilitação.

Parágrafo único. A habilitação da unidade de ensino dar-se-á de acordo com critérios fixados pelo Ministério da Educação e não dispensa a necessária regulação pelos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 11. O Fundo de Financiamento de que trata o [Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001](#), passa a se denominar Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Art. 12. Os arts. 1º e 6º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

[“Art. 1º](#) É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos

e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria.

§ 1º O financiamento de que trata o **caput** poderá beneficiar estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos.

.....
§ 7º A avaliação das unidades de ensino de educação profissional e tecnológica para fins de adesão ao Fies dar-se-á de acordo com critérios de qualidade e requisitos fixados pelo Ministério da Educação.” (NR)

“Art. 6º

§ 1º Recebida a ação de execução e antes de receber os embargos, o juiz designará audiência preliminar de conciliação, a realizar-se no prazo de 15 (quinze) dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

§ 2º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.

§ 3º Não efetuada a conciliação, terá prosseguimento o processo de execução.” (NR)

Art. 13. A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 5º-B, 6º-C, 6º-D e 6º-E:

“Art. 5º-B. O financiamento da educação profissional e tecnológica poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação profissional e tecnológica de trabalhadores.

§ 1º Na modalidade denominada Fies-Empresa, a empresa figurará como tomadora do financiamento, responsabilizando-se integralmente pelos pagamentos perante o Fies, inclusive os juros incidentes, até o limite do valor contratado.

§ 2º No Fies-Empresa, poderão ser pagos com recursos do Fies exclusivamente cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional técnica de nível médio.

§ 3º A empresa tomadora do financiamento poderá ser garantida por fundo de garantia de operações, nos termos do inciso I do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 4º Regulamento disporá sobre os requisitos, condições e demais normas para contratação do financiamento de que trata este artigo.”

“Art. 6º-C. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 10% (dez por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer que lhe seja admitido pagar o restante em até 12 (doze) parcelas mensais.

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º Sendo a proposta deferida pelo juiz, o exequente levantará a quantia depositada e serão suspensos os atos executivos; caso indeferida, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito.

§ 3º O inadimplemento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposta ao executado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e vedada a oposição de embargos.”

“Art. 6º-D. Nos casos de falecimento ou invalidez permanente do estudante tomador do financiamento, devidamente comprovados, na forma da legislação pertinente, o saldo devedor será absorvido conjuntamente pelo Fies e pela instituição de ensino.”

“Art. 6º-E. O percentual do saldo devedor de que tratam o **caput** do art. 6º e o art. 6º-D, a ser absorvido pela instituição de ensino, será equivalente ao percentual do risco de financiamento assumido na forma do inciso VI do **caput** do art. 5º, cabendo ao Fies a absorção do valor restante.”

Art. 14. Os arts. 3º, 8º e 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passam a vigorar com seguinte redação:

“Art. 3º

.....

§ 1º A União poderá condicionar o recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos para a concessão da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego nos casos previstos no § 1º, considerando a disponibilidade de bolsas-formação no âmbito do Pronatec ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica para o cumprimento da condicionalidade pelos respectivos beneficiários.

§ 3º A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo considerará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador.” (NR)

“Art. 8º O benefício do seguro-desemprego será cancelado:

I - pela recusa por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior;

II - por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego; ou

IV - por morte do segurado.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência.

§ 2º O benefício poderá ser cancelado na hipótese de o beneficiário deixar de cumprir a condicionalidade de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, na forma do regulamento.” (NR)

“Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico.

.....” (NR)

Art. 15. O art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 28.

§ 9º

t) o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação básica de empregados e seus dependentes e, desde que vinculada às atividades desenvolvidas pela empresa, à educação profissional e tecnológica de empregados, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e:

1. não seja utilizado em substituição de parcela salarial; e

2. o valor mensal do plano educacional ou bolsa de estudo, considerado individualmente, não ultrapasse 5% (cinco por cento) da remuneração do segurado a que se destina ou o valor correspondente a uma vez e meia o valor do limite mínimo mensal do salário-de-contribuição, o que for maior;

.....” (NR)

Art. 16. Os arts. 15 e 16 da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. É instituído o Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho, destinado aos estudantes de educação superior, prioritariamente com idade inferior a 29 (vinte e nove) anos, e aos trabalhadores da área da saúde, visando à vivência, ao estágio da área da saúde, à educação profissional técnica de nível médio, ao aperfeiçoamento e à especialização em área profissional, como estratégias para o provimento e a fixação de profissionais em programas, projetos, ações e atividades e em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde.

.....” (NR)

“Art. 16.

V- Orientador de Serviço; e

VI - Trabalhador-Estudante.

§ 4º As bolsas relativas à modalidade referida no inciso VI terão seus valores fixados pelo Ministério da Saúde, respeitados os níveis de escolaridade mínima requerida.” (NR)

Art. 17. É criado o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, com a atribuição de promover a articulação e avaliação dos programas voltados à formação e qualificação profissional no âmbito da administração pública federal, cuja composição, competências e funcionamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo. (Vide Decreto nº 7.855, de 2012)

Art. 18. Compete ao Ministério da Educação a habilitação de instituições para o desenvolvimento de atividades de educação profissional realizadas com recursos federais, nos termos do regulamento. [\(Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 19. As despesas com a execução das ações do Pronatec correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos respectivos órgãos e entidades, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 20. Os serviços nacionais de aprendizagem integram o sistema federal de ensino na condição de mantenedores, podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União, nos termos dos [incisos VIII e IX do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e do inciso VI do art. 6º-D desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 1º As instituições de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para criação de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 2º A criação de instituições de educação superior pelos serviços nacionais de aprendizagem será condicionada à aprovação do Ministério da Educação, por meio de processo de credenciamento. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 3º As instituições de educação superior dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para: [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

I - criação de cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

II - alteração do número de vagas ofertadas nos cursos superiores de tecnologia; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

III - criação de unidades vinculadas, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação; [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

IV - registro de diplomas. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 4º O exercício das prerrogativas previstas no § 3º dependerá de autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 20-A. Os serviços nacionais sociais terão autonomia para criar unidades de ensino para a oferta de educação profissional técnica de nível médio e educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 20-B. As instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A ficam autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da União, previstas no [inciso IX do caput do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#). [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 1º A supervisão e a avaliação dos cursos serão realizadas em regime de colaboração com os órgãos competentes dos Estados e do Distrito Federal, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

§ 2º A criação de novos cursos deverá ser comunicada pelas instituições de ensino superior aos órgãos competentes dos Estados, que poderão, a qualquer tempo, pronunciar-se sobre eventual descumprimento de requisitos necessários para a oferta dos cursos. [\(Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013\)](#)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de outubro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Fernando Haddad

Carlos Lupi

Miriam Belchior

Tereza Campello

Fonte:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>acesso em 27/06/2018.

ANEXO 2 – PLANO DE ENSINO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO LUÍS – CENTRO HISTÓRICO/CESJO
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC

PRONATEC–CAMPUS CENTROHISTÓRICO/CESJO

Ano: 2015

Curso: TÉCNICO EM LOGÍSTICA

Turno: Vespertino

CHT: 28

CHS: 28 H/A

Disciplina: Fundamentos de Compras

Professor: Roseliane Ferreira

Plano de Ensino

OBJETIVOS DE ENSINO

Geral:

Apresentar os conceitos e princípios que norteiam os fundamentos de compras, bem como aprender a funcionalidade da organização do setor de compras, permitindo aos alunos uma compreensão profunda dos tópicos relacionados à temática estudada.

Específicos:

- Transmitir conceitos sobre fundamentos de compras e discutir sobre a utilização dos regulamentos de compras;
- Desenvolver a capacidade analítica e prescritiva dos alunos para que possam compreender a utilidade e aplicabilidade na pesquisa sobre o cadastro de fornecedores;
- Identificar elementos cruciais na formação profissional do aluno;
- Relacionar teoria e prática sobre a realidade da temática estudada, os gargalos existentes, as necessidades e perspectivas futuras;
- Capacitar o aluno a realizar uma análise crítica sobre as atividades das ferramentas e técnicas de compras.

BASES CIENTÍFICAS / TECNOLÓGICAS

- Introdução aos fundamentos de compras;
- Objetivos dos fundamentos de compras;
- Classificação, seleção e avaliação de fornecedores;
- Concorrência, modalidade de coletas de preços, etapas da concorrência;
- Contratação, conceituação gerais de fornecimento;
- Diligenciamento (follow up);
- Compras no serviço público: Contratos e Licitação (Lei 8.666/1993) – Modalidades de Licitação

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na disciplina serão desenvolvidos estudos de natureza teórico e prático, compreendendo aulas expositivas, exposição dialogada, estudos dirigidos, trabalhos em grupo, discussões e seminários desenvolvidos pelos alunos de forma individual e ou em grupo, sob a coordenação e orientação da professora.

RECURSOS DIDÁTICOS

Utilização de retroprojeter multimídia, quadro branco, vídeos, caneta, pincel p/ quadro branco, papel A4, apagador p/ quadro branco, marcador de texto, dentre outros.

AVALIAÇÃO

No decorrer da disciplina, o processo de avaliação será realizada de forma contínua, e estará baseados nos seguintes critérios: conhecimento do assunto, pontualidade na realização e entrega dos trabalhos, participação ativa dos alunos quanto a frequência, observar-se-á as exigências da legislação.

REFERÊNCIAS

- **FERNANDES, Kleber dos Santos./Logística: Fundamentos e Processos/Kleber dos Santos Fernandes. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. 164 p.**
- **MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.**

- **VIANA, João José. Administração de Materiais – um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.**

Sites:

- <https://fnq.org.br/colabore/comunidade-de-boas-praticas/exibir-pratica/selecao-e-qualificacao-de-fornecedores>. acesso em 08/07/2015;
- <file:///C:/Users/Rose/Downloads/enegep2010 TN STO 113 741 15400.pdf> acesso 08/07/2015. Acesso em 08/07/2015.;
- <https://diligenciamento.wordpress.com/2010/04/08/como-funciona-o-setor-de-compras/> com acesso em 08/07/2015.
- <http://uol.iesde.com.br/aprovaconcursos/demo aprova concursos/logística fundamentos e processos 04. pdf> acesso em 08/07/2015.

São Luís, 06 de agosto de 2015.

Professor

Coordenador Adjunto

Pedagogo